

TVR
N.º 170, DE 2020
(Do Poder Executivo)
MSC 99/2020
OF 113/2020

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 72, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Quatro Pontes, Estado do Paraná.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, atos que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 72, de 1 de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro, no município de Quatro Pontes - PR;

2 - Portaria nº 120, de 1 de fevereiro de 2016 - Associação Cultural e Comunitária dos Moradores do Centro da Vitória de Santo Antão, no município de Vitória de Santo Antão - PE;

3 - Portaria nº 154, de 1 de fevereiro de 2016 - Associação Fraternal de Quixadá, no município de Quixadá - CE;

4 - Portaria nº 731, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Serrana de Radiodifusão, no município de Serro - MG;

5 - Portaria nº 756, de 9 de maio de 2016, Associação Comunitária de Radiodifusão Souseense, no município de Sousa - PB;

6 - Portaria nº 916, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Alternativa de Radiodifusão, no município de São Lourenço - MG;

7 - Portaria nº 1.014, de 9 de maio de 2016 - Associação Cultural de Comunicação Comunitária de Carambéi, no município Carambeí - PR;

8 - Portaria nº 1.819, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico Amigos da Cidade de Jacarezinho, no município de Jacarezinho - PR;

9 - Portaria nº 1.937, de 10 de maio de 2016 - Associação de Difusão Comunitária Nossa Senhora D'Abadia, no município de Romaria - MG;

10 - Portaria nº 1.948, de 10 de maio de 2016, - Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social Atividade, no município de Murutinga do Sul - SP;

11 - Portaria nº 1.094, de 7 de junho de 2017 - Instituto de Radiodifusão de Desenvolvimento Comunitário de Mucambo, no município de Mucambo - CE;

12 - Portaria nº 1.446, de 7 de junho de 2017 - Associação Nossa Senhora das Dores de Cândido Mota, no município de Cândido Mota - SP;

13 - Portaria nº 1.898, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Santa Maria da Vitória, no município de Santa Maria da Vitória - BA;

14 - Portaria nº 1.909, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária dos Amigos de Pedras de Fogo, no município de Pedras de Fogo - PB;

15 - Portaria nº 1.949, de 7 de junho de 2017 - Associação de Desenvolvimento Urbano de Tarrafas, no município de Tarrafas - CE;

16 - Portaria nº 1.968, de 7 de junho de 2017 - Associação Beneficente e Cultural Comunitária Erval Seco, no município de Erval Seco - RS;

17 - Portaria nº 1.919, de 7 de junho de 2017 - Associação de Desenvolvimento Artístico Cultural e Social, no município de Valentim Gentil - SP;

18 - Portaria nº 2.190, de 7 de junho de 2017 - Associação de Desenvolvimento Comunitário de Várzea Nova, no município de Várzea Nova - BA;

19 - Portaria nº 2.475, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária Rádio Perdigão Eventos Comunitários e Culturais da Cidade de Perdigão, no município de Perdigão - MG;

20 - Portaria nº 2.632, de 7 de junho de 2017 - Associação Vale Teles Pires de Comunicação, no município de Sinop - MT;

21 - Portaria nº 5.744, de 20 de dezembro de 2017 - ASCOG - Associação Comunitária de Guapó, no município de Guapó - GO;

22 - Portaria nº 6.158, de 20 de dezembro de 2017 - Associação Comunitária Rádio Transversal, no município de Salto de Pirapora - SP;

23 - Portaria nº 7.228, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Rádio Comunitária do Bairro Santo Antonio FM, no município de Cachoeiro de Itapemirim - ES;

24 - Portaria nº 7.244, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Acultural de Galiléia, no município de Galiléia - MG;

25 - Portaria nº 7.589, de 9 de fevereiro de 2018 - Associação Cultural do Município de Jandaia, no município de Jandaia - GO;

26 - Portaria nº 708, de 9 de fevereiro de 2018 - Associação Comunitária Padre Landel de Moura, no município de Palmeira das Missões - RS;

27 - Portaria nº 734, de 9 de fevereiro de 2018 - Associação Comunitária Shalon, no município de João Pinheiro - MG;

28 - Portaria nº 1.026, de 14 de março de 2018 - Associação Comunitária Clóvis Manica, no município de Antônio Prado - RS;

29 - Portaria nº 1.360, de 14 de março de 2018 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Marialva, no município de Marialva - PR;

30 - Portaria nº 1.434, de 22 de março de 2018 - Associação Comunitária Cultural Coutense de Radiodifusão, no município de Couto de Magalhães de Minas - MG;

31 - Portaria nº 2.175, de 2 de maio de 2018 - Associação Cultural e Comunitária de Cesário Lange, no município de Cesário Lange - SP;

32 - Portaria nº 3.885, de 2 de agosto de 2018 - Associação Comunitária Cultural e de Promoção Social Ludwilg Zankl, no município de Bariri - SP;

33 - Portaria nº 4.181, de 28 de setembro de 2018 - Associação Comunitária e Cultural Porto União, no município de Porto União - SC;

34 - Portaria nº 4.182, de 28 de setembro de 2018 - Associação Paroquial Senhor Bom Jesus de Amparo Social e Cristão, no município de Irineópolis - SC;

35 - Portaria nº 4.188, de 28 de setembro de 2018 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social de Nova Canaã do Norte, no município de Nova Canaã do Norte - MT;

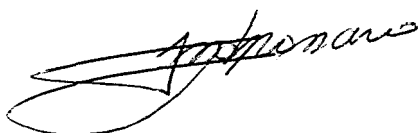
36 - Portaria nº 4.191, de 28 de setembro de 2018 - Associação Comunitária Educativa Cidade FM de Chupinguaia, no município de Chupinguaia - RO;

37 - Portaria nº 7.042, de 16 de janeiro de 2018 - Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural de Regeneração, no município de Regeneração - PI;

38 - Portaria nº 7.145, de 16 de janeiro de 2018 - Centro de Serviços Socioeducativos e Técnico-Científicos para o Desenvolvimento Comunitário, no município de Solânea - PB;

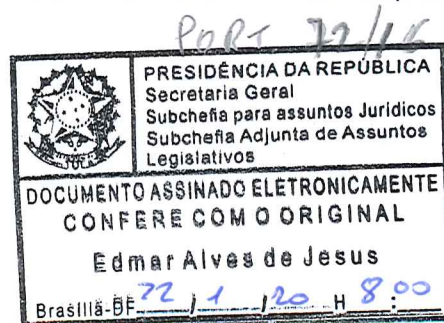
39 - Portaria nº 7.151, de 16 de janeiro de 2018 - Associação de Radiodifusão do Vale do Curu, no município de São Luís do Curu - CE; e

40 - Portaria nº 7.241, de 16 de janeiro de 2018 - Associação e Movimento Comunitário Radio Lebermann FM, no município de Goiabeira - MG.



Brasília, 18 de março de 2020.

EM nº 00252/2019 MCTIC



Brasília, 19 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.057858/2013-35, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro, inscrita no CNPJ nº 02.852.367/0001-69, explore pelo prazo de dez anos a partir de 17 de outubro 2013, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Quatro Pontes, estado do Paraná, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 11987/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 72/2016 de 01 de fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de fevereiro de 2016.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes

PORTARIA Nº 72/2016/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.057858/2013-35 e nº 53740.000137/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de outubro 2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL 03 DE NOVEMBRO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Quatro Pontes / PR.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 01/02/2016, às 09:24, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0912136** e o código CRC **43866CC1**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 34101/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Outorga de radiodifusão, processo nº 53000.057858/2013-35.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 19/09/2019, às 17:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4649887** e o código CRC **C3F10831**.

INFORME PROCESSUAL

DADOS DO INFORME	
Nº Processo:	53000.057858/2013-35
Interessado:	Associação Comunitária Cultural 3 de Novembro
Setor:	Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
CNPJ:	02.852.367/0001-69
Serviço:	Radiodifusão Comunitária
UF:	PR
Localidade:	Quatro Pontes
Tipo:	Renovação - Rádio Comunitária
Número do Tipo:	427

TABELA DE TIPOS DE TVR	
Número do Tipo	Tipo
417	Autorização - Rádio Comunitária
418	Concessão - Rádio Ondas Curtas
419	Concessão - Rádio Ondas Médias
420	Concessão Rádio Ondas Médias Educativa
421	Concessão Rádio Ondas Tropicais
422	Concessão Radiodifusão Sons e Imagens
423	Concessão TV Educativa
627	Perempção de Rádio/TV
424	Permissão Frequência Modulada Educativa
425	Permissão Rádio Frequência Modulada
426	Permissão Rádio Ondas Médias Local
427	Renovação Rádio Comunitária
428	Renovação Rádio Frequência Modulada
429	Renovação Rádio Frequência Modulada Educativa
430	Renovação Rádio Ondas Curtas
431	Renovação Rádio Ondas Médias
433	Renovação Rádio Ondas Médias Educativa
432	Renovação Rádio Ondas Médias Local
434	Renovação Rádio Ondas Tropicais
436	Renovação TV Educativa

435	Renovação TV Sons e Imagens
628	Revogação ou Anulação de Portaria de Rádio/TV
629	Transferência de Controle Societário



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Economista**, em 10/10/2018, às 15:08, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3452353** e o código CRC **6DE19C69**.

Referência: Processo nº 53000.057858/2013-35

SEI nº 3452353



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Assunto: **Renovação de Outorga**

Protocolo nº: 53000.057858/2013-35

(Processo de Outorga nº 53740.000137/1999)

1. Considerando o disposto no item 20 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011, e visto que o ato de outorga da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL 03 DE NOVEMBRO** sediada na localidade de **Quatro Pontes/PR** tem validade até 17/10/2013, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo referente à Renovação de Outorga.

Brasília, 15 de outubro de 2013.

ERDELENE MARIA FRANÇA DE BARROS
Chefe de Serviço

LDE 50

47

53740.000137/1999

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 057858/2013-35

SEAPA/SCE

03/10/2013-09:23

Ministério das Comunicações
Fls. 2
Rubrica

ANEXO 12

**REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO
DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Exmo. Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL 03 DE NOVEMBRO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.852.367/0001-69, sediada à Avenida Presidente Epitácio, 570 – Centro, na cidade de Quatro Pontes, no estado de(o) Paraná, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Decreto Legislativo nº 760/2003 publicado no Diário Oficial da União datado de 17/10/2003, vem respeitosamente à presença de V. Exª. requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Quatro Pontes - PR, 11 de setembro de 2013.


Afonso Francener
CPF: 407.877.379-68

Quatro Pontes



slow
130

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS CONFORME SUBITEM 20.3 DA NORMA Nº 1/2011, APROVADA PELA PORTARIA MC Nº 462, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011.
(Item alterado pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013).

1 - Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da interessada, dirigido ao Ministério das Comunicações (Anexo 12);
2 - Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.
3 - Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;
4 - Cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual
5 - Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme item 8.2 e 8.3;
6 - Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;
7 - Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta norma, sobre a programação veiculada pela emissora;
8 - Declaração assinada pelo representante legal da entidade solicitando vistoria da Anatel, especificamente para efeitos da renovação da outorga, de acordo com a disponibilidade da Agência; ou Laudo de Vistoria Técnica, elaborado por profissional habilitado (Anexo 13), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1.

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011.


Afonso Francener
CPF: 407.877.379-68

Endereço para correspondência:

Rua/Avenida: Presidente Epitácio, 570 – Centro
Cidade: Quatro Pontes - Estado: Paraná
CEP: 85940-000

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO FONTES
AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES - PR
Cidade: Quatro Pontes - PR - 85.940-000 - Tel. (41) 451.42.9-1079

Reconhecido por SEMELHANÇA a(s) firma(s):
(02X90902) - AFONSO FRANCENER

ALAN JOSÉ HELMICH - ESCRIVENTE JURAMENTADO
Quatro Pontes, 11/09/2013 às 16:25:39
Tabellão: Martin Souto Jentzsch

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Razão Social: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL 03 DE NOVEMBRO**

CNPJ: **02.852.367/0001-69**

Declaro, na condição de representante legal da associação supracitada, em atendimento a Portaria N° 197, de 1° de Julho de 2013, que:

- a) A emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização expedida pelo Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na Norma 1/2011 e demais resoluções pertinentes o SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA e constante na licença de funcionamento de estação.

Quatro Pontes - PR, 21 de agosto de 2013.


Afonso Francener
Representante Legal



*** Reconhecer Firma em Cartório ***

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL 03 DE NOVENBRO
CNPJ: 02.852.367/0001-69

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:28:23 do dia 21/08/2013 (hora e data de Brasília).

Válida até 20/09/2013.

Certidão expedida gratuitamente.



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

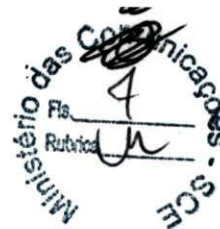
		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.852.367/0001-69 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 09/11/1998
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL 3 DE NOVEMBRO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO AV PRESIDENTE EPITACIO		NÚMERO 570	COMPLEMENTO SALA
CEP 85.940-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO QUATRO PONTES	UF PR
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 09/11/1998	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 23/09/2013 às 16:16:54 (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)

Página: 1/1



Ao
Exmo. Senhor Oficial
Cartório de Registros de Documentos Pessoa Jurídica
Marechal Cândido Rondon - Pr.



A "Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro", estabelecida à Avenida
Presidente Epitácio nº 570, Quatro Pontes - Pr, vem através deste, requerer que seja
efetuado o devido registro de seu ESTATUTO DE PESSOA JURÍDICA, em anexo.

N. Termos,
P. Deferimento.

Quatro Pontes, 05 de Novembro de 1998.

MUNICÍPIO DE
QUATRO PONTES
COMARCA DE
MAL. CDO. RONDON - PR
Geraldo Maifei Filho
OFICIAL

Reconheço a(s) firma(s) Herminio Sérgio Dassofer
Herminio Sérgio Dassofer do que dou fé
Quatro Pontes, 06 de Novembro de 1998
Em testemunho da verdade

TABELADO

TABELADO
MAFE

Herminio Sérgio Dassofer
Presidente



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



Município e Comarca de Marechal Cândido Rondon
Estado do Paraná

Registro de Títulos, Documentos e Pessoa Jurídica



3 Comun.
Fls. 8
Rubrica

Eu, LEVI MARTINS GOMES, Oficial do Registro de Títulos, Documentos e Pessoa Jurídica, desta Comarca de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná.

CERTIFICO, a pedido da pessoa interessada que, revendo os Livros e demais papéis existentes neste Cartório, dentre eles no Livro A-1, de Registros de Pessoas Jurídicas, as folhas: 229 (duzentos e vinte e nove), sob nº de Ordem: 758 (setecentos e cinquenta e oito), encontrei a inscrição de seguinte teor: Ano: 1.998, - Nº de ordem: 758, - Mês: Novembro, - Dia: 09, - Inscrição de um Estatuto, como segue: Denomina-se: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL 03 DE NOVENBRO, fundada no dia 02/11/98, com sede provisória à Av. Presidente Epitácio 570, Quatro Pontes-Pr. Personalidade jurídica, de direito privado, por prazo indeterminado. Com o objetivo de desenvolver o espírito comunitário e solidário, segundo os princípios humanistas, a luta pela defesa da vida em todas as suas manifestações, sejam elas de ordem ecológicas, culturais, educacionais e sociais, sempre dentro dos princípios da declaração universal dos direitos do homem (ser humano), promover reuniões recreativas, culturais, relações de amizade, solidariedade, criar e incentivar a participação da comunidade. Será dirigida: pela Assembleia Geral, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de ética. A Diretoria será composta de: Presidente, secretário, tesoureiro e diretor de comunicação. Os Estatutos só poderão ser reformulados, mediante aprovação de 2/3 da Assembleia Geral. Em caso de dissolução os bens serão doados a entidades congêneres. O requerimento de pedido de inscrição foi assinado pelo sr. Hermínio Sérgio Dassolet-Presidente, com sua firma devidamente reconhecida pelo Tabelionato desta cidade e se fez acompanhar dos seguintes documentos, dos quais uma via fica arquivada em Cartório: 03 (três Vias de Estatuto, visadas pelo advogado Dr. Ulices Piasato- OAB9988, Nada mais, Marechal Cândido Rondon, 09 de novembro de 1.998. Eu, (a) Catarina Turkiv Gomes, Escrevente, que o inscrevi, assino e dou fé. Averbacões, em branco. Era somente o que se continha em dita inscrição, da qual bem e fielmente extrai a presente certidão e me reportando ao seu original dou fé. Eu, Catarina Turkiv Gomes, Escrevente, que o datilografei, assino e dou fé.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Marechal Cândido Rondon, 09 de novembro de 1.998

Catarina Turkiv Gomes
Escrevente.







"ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL 03 DE NOVEMBRO"

Estatuto Social

Capítulo 01

Da denominação – Fundação – Sede e fins

Artigo primeiro

A "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL 03 DE NOVEMBRO" fundada no dia 02/11/1998, com sede provisória à Av. Presidente Epitácio, 570 - CEP: 85940-000, Estado do Paraná, com personalidade jurídica, organização não governamental, distinta de seus associados, este em número ilimitado, sem distinção de sexo, credo religioso ou político, raça ou cor, deficiência (física, sensorial (visual ou auditiva), mental ou múltiplas), sem fins lucrativos e seus diretores sem remuneração, tendo por fim promover.

Parágrafo primeiro:

Desenvolver o espírito comunitário e solidário, segundo os princípios humanistas.

Parágrafo segundo:

A luta pela defesa da vida em todas as suas manifestações, sejam elas de ordem ecológicas, culturais, educacionais e sociais, sempre dentro dos princípios da declaração universal dos direitos do homem (ser humano);

Parágrafo terceiro:

Promover em sua sede social, reuniões recreativas com cunhos culturais, visando apoiar atividade e iniciativas em defesa das "minorias discriminadas", contra todos tipos de discriminação/preconceito/marginalização;

Parágrafo quarto:

Promover relações de amizade e solidariedade entre os associados e demais sociedades ou entidades congêneres, sempre em conjunto aos movimentos sociais;

Parágrafo quinto:

A fim de cumprir suas finalidades, esta associação de organizar em tantas unidades de prestação de serviços quantas fizerem necessárias, a critério da diretoria, outrossim, fica vedado a utilização político-partidária, ou racial da entidade;

Parágrafo sexto:

Criar e incentivar a participação da comunidade na luta pelos seus direitos e deveres, pela democratização dos meios de comunicação, através de meios de comunicação próprio, ou alternativos, tais como ondas citromagnéticas "rádio" e de imagem "TV", tudo conforme a legislação em vigor;

**CERTIFICO que o selo de
Autenticidade foi afixado na
última folha do documento
entregue à parte.**





Capítulo 02

Dos Diretos Diretivos

Artigo segundo:

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL 03 DE NOVEMBRO, será um instituto constituído por entidades afins da sociedade civil e por cidadãos reconhecidamente interessados na defesa da cidadania, filiados nas condições deste estatuto e com os seguintes órgão diretivos:

Assembléa Geral Ordinária (e extraordinária);

Diretoria Executiva;

Conselho Fiscal e

Conselho de ética

Parágrafo primeiro:

O mandato da diretoria será por 03(três) anos.

Parágrafo segundo:

Sendo esta associação uma entidade democrática e livre, constituída por cidadãos da sociedade civil, as decisões serão sempre da diretoria, que deverá Ter conhecimento na área de comunicações (rádio e Tv)

Capítulo 03

Da Competência

#Artigo terceiro:

Assembléa geral é o órgão soberano desta associação, sempre constituída pelos seus sócios no pleno gozo de seus direitos. A assembléa geral, reunir-se-á originariamente uma vez a cada semestre, podendo ser convocada pela diretoria executiva ou por 10% (dez por cento) dos sócios. As decisões serão sempre pela maioria dos sócios presentes, vetado o voto por procuração.

Parágrafo primeiro:

Compete exclusivamente à assembléa geral ordinária:

Eleger a diretoria executiva e o conselho deliberativo (inclusive quantidade de seus membros);

Reformular os estatutos e todos os princípios documentos da associação de 03(três) anos em 03(três) anos, de acordo com a plataforma em disputa em cada eleição;

Aprovar o regimento interno que regulamenta os vários setores de atividade da associação;

Aprovar ou não o balanço e as contas do exercício anterior, assinado pela diretoria executiva e pelo tesoureiro;

Parágrafo Terceiro:

A assembléa geral extraordinária, convocada por qualquer órgãos da associação, mediante pedido formal (Por escrito), dirigido à diretoria executiva, ou ainda por pedido subscrito por 10%

Alle

CERTIFICO que o solo foi autenticado e a Autenticidade foi afixado na última folha do documento entregue à parte.

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES

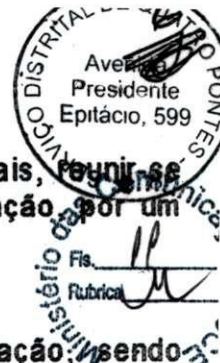
AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
Comarca Mal. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Telef.: (43) 3279-1578

AUTENTICAÇÃO

DE ACORDO COM O ART. 3º, V DA LEI Nº 7.335 DE 18/11/1994, A PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.

ALAN JOSÉ HELMICH - ESCRIVENTE JURAMENTADO
Quatro Pontes, 11 de Setembro de 2013

Tabellão: Martin Souto Jentzsch



(dez por cento) dos associados rigorosamente em dia com as suas obrigações sociais, reunirão-se, sempre que necessário para deliberar os assuntos que motivaram sua convocação por um prazo mínimo de 01(uma) semana e com prazo máximo de 02 (duas), semanas;

Parágrafo Quarto:

A Diretoria executiva é órgão encarregado das atividades – meios da associação, sendo composto por 06 (seis) membros, eleitos democraticamente, de acordo com as cláusulas anteriores deste estatuto, eleitos também para um mandato de 03 (três) anos, podendo ser reeleito para o mesmo cargo por um período de 03(três) anos, respeitando o princípio da rotativa, conforme segue:

Diretores oficiais da entidade:

01(um) diretor presidente;

02(dois) secretário;

02(dois) tesoureiro;

01(um) diretor de comunicação;

Parágrafo quinto:

A diretoria deverá reunir-se ordinariamente quinzenalmente em datas e horários designados pela própria diretoria, e extraordinariamente, quando for convocada pelas coordenadores gerais, com pelos menos 48(quarenta e oito) horas de antecedência.

Parágrafo sexto:

As reuniões, tanto ordinárias como extraordinárias, serão realizadas com maioria dos diretores presentes, sendo observado uma tolerância de 30 (trinta) minutos, ao fim desse prazo realizar-se-á com qualquer número.

Parágrafo sétimo:

É vetada a presença de pessoas estranhas às reuniões de diretoria salvo quando vier tratar de assunto da entidade ou quando convidado por qualquer membro da diretoria executiva ou dos conselhos.

Parágrafo oitavo:

Todo assunto discutido em reuniões da diretoria deverá ter caráter comunicatório, sempre dentro das propostas das finalidades desta associação, sempre com pensamento do bem comum.

Capítulo 04

Aos diretores compete:

#Artigo quarto:

Ao diretor presidente compete

Parágrafo primeiro:

Em conjunto dos demais diretores, deverá administrar a entidade, coordenar as reuniões da diretoria executiva, representá-la ativa e passivamente em juízo e nas relações externas.

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES

AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
Comarca Mal. C. Rondon - PR - 85.940-000 - telef. (45) 3279-1376

AUTENTICACÃO

CERTIFICO que o selo de Autenticidade foi afixado na última folha do documento entregue à parte.

DE ACORDO COM O ART. 7.º DA LEI Nº 8.426 DE 18/11/1994, A PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.

ALAN JOSÉ HELMICH - ESCRIVENTE JURAMENTADO
Quatro Pontes, 11 de Setembro de 2013

Tabellão: Martin Souto Jentzsch.



Parágrafo segundo:

Rubricar todas as correspondências dirigidas ao poder público e às autoridades de hierarquia superior.

Parágrafo terceiro:

Assinar sempre com o diretor, tesoureiro, cheques e qualquer documentos que envolver responsabilidade financeira, ou seja, nas atividades financeiras necessitará do diretor presidente e do diretor tesoureiro, para total validade do documento.

Parágrafo quarto:

Assinar sempre com secretário os títulos, diplomas, certificados, títulos honoríficos, etc.

Parágrafo quinto:

Autorizar em conjunto a divulgação de atos administrativos.

Parágrafo sexto:

Autorizar em conjunto as despesas no orçamento.

Parágrafo sétimo:

O primeiro secretário assessorará constantemente o diretor presidente e o substituirá em sua ausência.

Aos demais diretores compete:

Artigo quinto:

Ao primeiro secretário compete:

Atender o expediente, redigir atas nas reuniões, providenciar as correspondências dos departamentos e zelar pela ordem nos serviços gerais da secretária.

Artigo sexto:

Ao segundo secretário compete:

Parágrafo único:

Substituir o primeiro secretário na falta do mesmo.

Artigo sétimo:

Ao primeiro tesoureiro compete:

Parágrafo primeiro:

Administrar financeiramente, a entidade, ter sob sua guarda os bens e valores da "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL 03 DE NOVEMBRO", arrecadar as contribuições dos associados e assinar os devidos recibos e demais comprovantes;

Parágrafo segundo:

A associação deverá manter uma conta corrente em um conceituado banco, com agência no estado do Paraná, em conta conjunta do diretor presidente e do primeiro tesoureiro, necessitando a assinatura de ambos para as transações financeiras.

Parágrafo terceiro:

Propor formas de arrecadação para a entidade "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL 03 DE NOVEMBRO".

CERTIFICO que o selo de
Autenticidade foi afixado na
última folha do documento
entregue à parte.

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES
AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
Comarca Mal. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Tel. F. (45) 327.11878

AUTENTICAÇÃO

DE ACORDO COM O ART. 7.º V DA LEI Nº 1.930 DE 18/11/1994, A
PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO
DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.

ALAN JOSÉ HELMICH - ESCRIVENTE JURAMENTADO
Quatro Pontes, 11 de Setembro de 2013
Tabellão: Martin Souto Jentzech.

Artigo Oitavo:

Substituir o primeiro tesoureiro na falta do mesmo.



Capítulo 05

Do Patrimônio da Entidade:

Artigo Nono:

Parágrafo único:

Todos os bens existentes ou que vierem a ser incorporados, são de propriedade da associação, sendo proibida a venda, doação de instrumento ou qualquer bem do mesmo, pelos diretores executivos ou qualquer outro diretor, constituindo desta maneira, falta grave, em caso de dissolução da "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL 03 DE NOVENBRO" os bens serão revertidos a entidades filantrópicas que rezam pelos princípios estabelecidos por este estatuto.

Capítulo 06

Dos Associados: Direitos e Deveres

Artigo Décimo:

O quadro associativo se comporá das seguintes categorias: sociais beneméritos, fundadores, diretivos e efetivos.

Artigo Décimo primeiro:

São sócios beneméritos:

Para ser admitido na categoria de sócio benemérito, o sócio deve ser pessoa natural ou jurídica, colaboradores sociais da entidade, a nível de promoção de suas atividades, os sócios beneméritos possuem filiação efetiva, contudo sem direito a voto, até completar 05 (cinco) anos de filiação.

Artigo Décimo segundo:

São sócios fundadores:

Para ser admitido na categoria de sócio fundador, os sócios devem, ser pessoas naturais ou jurídicas, que estiveram presentes na assembléia geral da fundação e assinaram a ata de constituição da associação. Os sócios fundadores possuem filiação efetiva, com direito a votar e ser votado.

Artigo Décimo terceiro:

São sócios diretivos:

Para ser admitido na categoria de sócio diretivo, os sócio devem ser pessoas naturais que estiveram vinculados a esta associação, através de participação em quaisquer de suas atividades; atuando como responsável, coordenador, diretor, ou qualquer outra função da direção. Os sócios diretivos votam e podem ser votados, até que exerçam cargo de direção junto à entidade.

ew

CERTIFICO que o selo de Autenticidade foi afixado na última folha do documento entregue à parte.

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES

AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
Comarca Mal. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Tel.: (45) 3275.1878

AUTENTICACÃO

DE ACORDO COM O ART. 7.º, V DA LEI Nº 9.937 DE 18/11/1994, A PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.

ALAN JOSÉ HELMICH - ESCRIVENTE JURAMENTADO
Quatro Pontes, 11 de Setembro de 2013

Tabellão: Martin Souto Jentzech.

Artigo Décimo quarto:

São sócios efetivos:

Para ser admitido na categoria de sócio efetivo, os sócios devem ser pessoas naturais ou jurídicas que vieram a ser admitidas no quadro social. Sócios efetivos não votam e não podem ser votados, até que complete o prazo de 05 (cinco) anos conforme cláusulas anteriores deste estatuto.

Parágrafo Primeiro:

Serão considerados sócios todas as pessoas naturais ou jurídicas, após indicação e ratificação da idoneidade moral por 01(um) ano associados;

Parágrafo Segundo:

Todos os sócios devem anexar duas fotos 3x4 e preencher a proposta.

Parágrafo Terceiro:

Devem só fazer declaração que acata a disciplina deste estatuto da ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA CULTURAL 03 DE NOVEMBRO e das entidades superiores a que estiver vinculada.

Parágrafo Quarto:

Preencher autorização do pai ou responsável, no caso de menor de idade (exceção para maiores de 16 anos).

Parágrafo Quinto:

As pessoas jurídicas, serão sócios beneméritos com a excepcionalidade do direito exclusivo de votar, mediante e proporcionalidade de 01 (um) ano depois de uma filiação de cinco anos.

Artigo Décimo quinto:

São direitos dos associados:

Parágrafo primeiro:

Frequentar a sede da entidade e participar das suas atividades;

Parágrafo segundo:

Recorrer aos coordenadores, e à diretoria, quando sofre penalidades que julgarem injustas;

Parágrafo terceiro:

Solicitar coordenação, da diretoria esclarecimento que julgar necessários;

Parágrafo quarto:

Representar a entidade em outras associações de festividades quando for convidado pela diretoria;

Parágrafo quinto:

Tomar parte nas assembleias gerais e nelas apresentar a proposta podendo inclusive votar e ser votado, após 01(um) ano como associado;

Parágrafo sexto:

Apresentar novos sócios para aprovação da diretoria;

Artigo Décimo Sexto:

**ATTESTO que o selo de
autenticidade foi afixado na
última folha do documento
entregue à parte.**

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES

AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
Comarca Mat. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Tel. (41) 3379-1878

AUTENTICACÃO

DE ACORDO COM O ART. 7.º, V DA LEI Nº 8.933 DE 18/11/1994, A
PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO
DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.

ALAN JOSÉ HELMICH - ESCRIVENTE JURAMENTADO
Quatro Pontes, 11 de Setembro de 2013

Tabellão: Martin Souto Jentzech

São deveres dos associados:

Parágrafo primeiro:

Pagar as contribuições e demais taxas que forem estabelecidas, mediante comprovante,

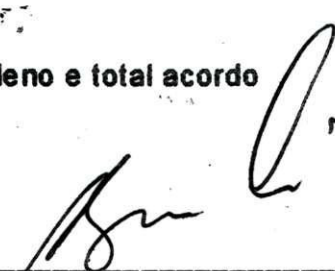
Parágrafo segundo:

Apresentar chapas para disputar a diretoria da entidade devendo constar obrigatoriamente a proposta de trabalho a ser devolvida durante a gestão;


Este estatuto, devidamente rubricado pelo secretário geral da mesa da primeira assembleia geral ordinária está lavrado no livro de atas onde contém assinaturas dos presentes..

Quatro Pontes/PR, 02 de Novembro de 1998.

De pleno e total acordo



Gilmar Ricardo Bender
Primeiro secretário



D. Ulisses Pizzato.
OAB-9988 - Fone 54-2126





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



Município e Comarca de Marechal Cândido Rondon
Estado do Paraná

Registro de Títulos, Documentos e Pessoa Jurídica

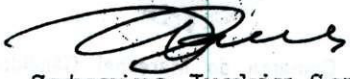


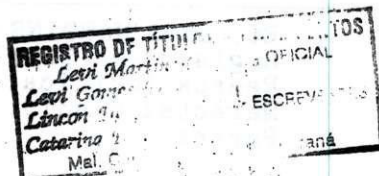
Eu, LEVI MARTINS GOMES, Oficial do Registro de Títulos, Documentos e Pessoa Jurídica, desta Comarca de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná.

CERTIFICO, a pedido da pessoa interessada que, revendo os Livros e demais papéis existentes neste Cartório, dentre eles no Livro A-1, de Registros de Pessoas Jurídicas, às folhas 229, sob nº de ordem 758 encontrei a inscrição do seguinte teor: Ano: 1.998.- Nº de ordem: 758.- Mês Setembro.- Dia: 11.- Inscrição de um Estatuto da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL 03 de NOVENBRO. AVERBAÇÃO:- Primeira alteração ao Estatuto como segue: Em reunião no dia 29/12/1.998, a Associação altera a redação dos seguintes artigos, como segue: Art. 17º Parágrafo único, digo primeiro: A responsabilidade e a orientação intelectual da entidade caberão sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. Parágrafo segundo: O quadro de pessoas será constituído ao menos por dois terços de trabalhadores brasileiros. Parágrafo terceiro: a entidade não poderá efetuar nenhuma alteração do seu estatuto sem prévia autorização dos órgãos competentes. Art. 18º: Os sócios da associação não respondem nem mesmo subsidiariamente por quaisquer compromisso que expressa ou intencionalmente sejam assumidos em nome da associação. Art. 19º Este Estatuto poderá ser reformado em qualquer época, em assembleia geral extraordinária, convocada especificamente para este fim, e com a prévia anuência dos órgãos aos quais estiver coligada. Art. 20º Em caso de dissolução da associação, o que se dará por não mais preencher sua finalidade, o seu patrimônio social reverterá a uma associação beneficente do município de sua sede. Art. 21º. A Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro, após autorizada a explorar o serviços de rádio difusão comunitária, instituirá um Conselho Comunitário composto por, no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como: Associação de classe, beneméritas, religiosas, ou de moradores, legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4. da lei 9.612 de 19.02.98. Art. 22º Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria (ad referendum da Assembleia Geral. O requerimento de pedido de alteração foi assinado pelo sr. Herminio Sergio Dassoler-Presidente, com sua firma devidamente reconhecida pelo Tabelionato de Quatro Pontes-Pr, e se fez acompanhar de 03(três) vias do Estatuto devidamente alterado e visado pelo Advogado Dr. Ermani Ferreira do Rosário- OAB-Pr 21.992, das quais uma via fica arquivada em Cartório. Nada mais. Marechal Cândido Rondon, 28 de setembro de 1.999. Eu, Catarina Iurkiv Gomes, Escrevente, que o inscrevi, assino e dou fé. Era somente o que se continha em dita alteração da qual revendo o seu original dou fé. Eu, *Catarina Iurkiv Gomes*

CONTINUA NO VERSO

Gomes, Escrevente, que o datilografei, assino e dou fé.-
O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.
Marechal Cândido Rondon, 28 de setembro de 1.999


Catarina Iurkiv Gomes
Escrevente.



"ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL 03 DE NOVEMBRO"

Estatuto Social

PRIMEIRA ALTERAÇÃO

Capítulo 01



Da denominação – Fundação – Sede e fins

Artigo primeiro

A "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL 03 DE NOVEMBRO" fundada no dia 02/11/1998, com sede provisória à Av. Presidente Epitácio, 570 - CEP: 85940-000, Estado do Paraná, com personalidade jurídica, organização não governamental, distinta de seus associados, este em número ilimitado, sem distinção de sexo, credo religioso ou político, raça ou cor, deficiência (física, sensorial (visual ou auditiva), mental ou múltiplas), sem fins lucrativos e seus diretores sem remuneração, tendo por fim promover.

Parágrafo primeiro:

Desenvolver o espírito comunitário e solidário, segundo os princípios humanistas.

Parágrafo segundo:

A luta pela defesa da vida em todas as suas manifestações, sejam elas de ordem ecológicas, culturais, educacionais e sociais, sempre dentro dos princípios da declaração universal dos direitos do homem (ser humano);

Parágrafo terceiro:

Promover em sua sede social, reuniões recreativas com cunhos culturais, visando apoiar atividade e iniciativas em defesa das "minorias discriminadas", contra todos tipos de discriminação/preconceito/marginalização;

Parágrafo quarto:

Promover relações de amizade e solidariedade entre os associados e demais sociedades ou entidades congêneres, sempre em conjunto aos movimentos sociais;

Parágrafo quinto:

A fim de cumprir suas finalidades, esta associação de organizar em tantas unidades de prestação de serviços quantas fizerem necessárias, a critério da diretoria, outrossim, fica vedado a utilização político-partidária, ou racial da entidade;

Parágrafo sexto:

Criar e incentivar a participação da comunidade na luta pelos seus direitos e deveres, pela democratização dos meios de comunicação, através de meios de comunicação próprio, ou alternativos, tais como ondas citromagnéticas "rádio" e de imagem "TV", tudo conforme a legislação em vigor;

§ 1º

**CERTIFICO que o selo de
Autenticidade foi afixado na
última folha do documento
entregue à parte.**

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES

AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES - PR
Comarca Mai. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Telef. (45) 3274-1878

AUTENTICACÃO

DE ACORDO COM O ART. 7º, V DA LEI Nº 4.031 DE 18/11/1994, A
PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA E BOMAS E É REPRODUÇÃO
DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU-FE.

ALAN JOSÉ HELMICH - ESCRIVENTE JURAMENTADO
Quatro Pontes, 11 de Setembro de 2013

Tabellão: Martin Souto Jentzsch.



Capítulo 02

Dos Direitos Diretivos

Artigo segundo:

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL 03 DE NOVEMBRO, será um instituto constituído por entidades afins da sociedade civil e por cidadãos reconhecidamente interessados na defesa da cidadania, filiados nas condições deste estatuto e com os seguintes órgão diretivos:

Assembléia Geral Ordinária (e extraordinária);

Diretoria Executiva;

Conselho Fiscal e

Conselho de ética.

Parágrafo primeiro:

O mandato da diretoria será por 03(três) anos.

Parágrafo segundo:

Sendo esta associação uma entidade democrática e livre, constituída por cidadãos da sociedade civil, as decisões serão sempre da diretoria, que deverá Ter conhecimento na área de comunicações (rádio e Tv)

Capítulo 03

Da Competência

#Artigo terceiro:

Assembléia geral é o órgão soberano desta associação, sempre constituída pelos seus sócios no pleno gozo de seus direitos. A assembléia geral, reunir-se-á originariamente uma vez a cada semestre, podendo ser convocada pela diretoria executiva ou por 10% (dez por cento) dos sócios. As decisões serão sempre pela maioria dos sócios presentes, vetado o voto por procuração.

Parágrafo primeiro:

Compete exclusivamente à assembléia geral ordinária:

Eleger a diretoria executiva e o conselho deliberativo (inclusive quantidade de seus membros);

Reformular os estatutos e todos os princípios documentos da associação de 03(três) anos em 03(três) anos, de acordo com a plataforma em disputa em cada eleição;

Aprovar o regimento interno que regulamenta os vários setores de atividade da associação;

Aprovar ou não o balanço e as contas do exercício anterior, assinado pela diretoria executiva e pelo tesoureiro;

Parágrafo Terceiro:

§ 1º

certifico que o selo de Autenticidade foi afixado na última folha do documento entregue à parte.

SERVICO DISTRI TAL DE QUATRO PONTES
AV. PRESIDENTE EPITACIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
Comarca Mal. C. Rondon - PR - 85.940-000 - fone (41) 3279-1878

AUTENTICACAO

DE ACORDO COM O ART. 7º V DA LEI Nº 8.933 DE 18/11/1994, A
PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO
DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.

ALAN JOSÉ HELMICH - ESCRIVENTE JURAMENTADO
Quatro Pontes, 11 de Setembro de 2013

Tabellão: Martin Souto Jentzech.

A assembléia geral extraordinária, convocada por qualquer órgãos da associação, mediante pedido formal (Por escrito), dirigido à diretoria executiva, ou ainda por pedido subscrito por 10% (dez por cento) dos associados rigorosamente em dia com as suas obrigações sociais, reunir-se á, sempre que necessário para deliberar os assuntos que motivaram sua convocação, por um prazo mínimo de 01(uma) semana e com prazo máximo e 02 (duas), semanas;



Parágrafo Quarto:

A Diretoria executiva é órgão encarregado das atividades – meios da associação, sendo composto por 06 (seis) membros, eleitos democraticamente, de acordo com as cláusulas anteriores deste estatuto, eleitos também para um mandato de 03 (três) anos, podendo ser reeleito para o mesmo cargo por um período de 03(três) anos, respeitando o princípio da rotativa, conforme segue:

Diretores oficiais da entidade:

01(um) diretor presidente;

02(dois) secretário;

02(dois) tesoureiro;

01(um) diretor de comunicação;

Parágrafo quinto:

A diretoria deverá reunir-se ordinariamente quinzenalmente em datas e horários designados pela própria diretoria, e extraordinariamente, quando for convocada pelas coordenadores gerais, com pelos menos 48(quarenta e oito) horas de antecedência.

Parágrafo sexto:

As reuniões, tanto ordinárias como extraordinárias, serão realizadas com maioria dos diretores presentes, sendo observado uma tolerância de 30 (trinta) minutos, ao fim desse prazo realizar-se-á com qualquer número.

Parágrafo sétimo:

É vetada a presença de pessoas estranhas às reuniões de diretoria salvo quando vier tratar de assunto da entidade ou quando convidado por qualquer membro da diretoria executiva ou dos conselhos.

Parágrafo oitavo:

O assunto discutido em reuniões da diretoria deverá ter caráter comunicatório, sempre dentro das propostas das finalidades desta associação, sempre com pensamento do bem comum.

Capítulo 04

Aos diretores compete:

#Artigo quarto:

Ao diretor presidente compete

Parágrafo primeiro:

\$ (3/10)

**CERTIFICO que o selo de
Autenticidade foi afixado na
última folha do documento
entregue à parte.**

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES

AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
Comarca Mal. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Tel.: (45) 37.79-1878

AUTENTICACÃO

DE ACORDO COM O ART. 7.º V DA LEI Nº 8.934 DE 18/11/1994, A
PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO
DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.

ALAN JOSÉ HELMICH - ESCRIVENTE JURAMENTADO

Quatro Pontes, 11 de Setembro de 2013

Tabellão: Martin Souto Jentzech

Em conjunto dos demais diretores, deverá administrar a entidade, coordenar as reuniões da diretoria executiva, representá-la ativa e passivamente em juízo e nas relações externas.



Parágrafo segundo:

Rubricar todas as correspondências dirigidas ao poder público e às autoridades de hierarquia superior.

Parágrafo terceiro:

Assinar sempre com o diretor, tesoureiro, cheques e qualquer documentos que envolver responsabilidade financeira, ou seja, nas atividades financeiras necessitará do diretor presidente e do diretor tesoureiro, para total validade do documento.

Parágrafo quarto:

Assinar sempre com secretário os títulos, diplomas, certificados, títulos honoríficos, etc.

Parágrafo quinto:

Autorizar em conjunto a divulgação de atos administrativos.

Parágrafo sexto:

Autorizar em conjunto as despesas no orçamento.

Parágrafo sétimo:

O primeiro secretário assessorará constantemente o diretor presidente e o substituirá em sua ausência.

Aos demais diretores compete:

Artigo quinto:

Ao primeiro secretário compete:

Atender o expediente, redigir atas nas reuniões, providenciar as correspondências dos departamentos e zelar pela ordem nos serviços gerais da secretaria.

Artigo sexto:

Ao segundo secretário compete:

Parágrafo único:

Substituir o primeiro secretário na falta do mesmo.

Artigo sétimo:

Ao primeiro tesoureiro compete:

Parágrafo primeiro:

Administrar financeiramente, a entidade, ter sob sua guarda os bens e valores da "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL 03 DE NOVEMBRO", arrecadar as contribuições dos associados e assinar os devidos recibos e demais comprovantes;

Parágrafo segundo:

A associação deverá manter uma conta corrente em um conceituado banco, com agência no estado do Paraná, em conta conjunta do diretor presidente e do primeiro tesoureiro, necessitando a assinatura de ambos para as transações financeiras.

Parágrafo terceiro:

9' (11/15)

**CERTIFICO que o selo de
Autenticidade foi afixado na
última folha do documento
entregue à parte.**

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES
AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 589 - CENTRO - QUATRO PONTES, PR
Comarca Mat. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Tel. (45) 3229-1876

AUTENTICAÇÃO
DE ACORDO COM O ART. 7º V DA LEI Nº 1.974 DE 18/11/1994, A
PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO
DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.

ALAN JOSÉ HELMICH - ESCRIVENTE JURAMENTADO
Quatro Pontes, 11 de Setembro de 2013
Tabellão: Martin Souto Jentzech

Propor formas de arrecadação para a entidade "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL 03 DE NOVEMBRO".

Artigo Oitavo:

Substituir o primeiro tesoureiro na falta do mesmo.



Capítulo 05

Do Patrimônio da Entidade:

Artigo Nono:

Parágrafo único:

Todos os bens existentes ou que vierem a ser incorporados, são de propriedade da associação, sendo proibida a venda, doação de instrumento ou qualquer bem do mesmo, pelos diretores executivos ou qualquer outro diretor, constituindo desta maneira, falta grave, em caso de dissolução da "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL 03 DE NOVEMBRO" os bens serão revertidos a entidades filantrópicas que rezam pelos princípios estabelecidos por este estatuto.

Capítulo 06

Dos Associados: Direitos e Deveres

Artigo Décimo:

O quadro associativo se comporá das seguintes categorias: sociais beneméritos, fundadores, diretivos e efetivos.

Artigo Décimo primeiro:

São sócios beneméritos:

Para ser admitido na categoria de sócio benemérito, o sócio deve ser pessoa natural ou jurídica, colaboradores sociais da entidade, a nível de promoção de suas atividades, os sócios beneméritos possuem filiação efetiva, contudo sem direito a voto, até completar 05 (cinco) anos de filiação.

Artigo Décimo segundo:

São sócios fundadores:

Para ser admitido na categoria de sócio fundador, os sócios devem, ser pessoas naturais ou jurídicas, que estiveram presentes na assembléia geral da fundação e assinaram a ata de constituição da associação. Os sócios fundadores possuem filiação efetiva, com direito a votar e ser votado.

Artigo Décimo terceiro:

São sócios diretivos:

Para ser admitido na categoria de sócio diretivo, os sócio devem ser pessoas naturais que estiveram vinculados a esta associação, através de participação em quaisquer de suas

§. (21/10)

**CERTIFICO que o selo de
Autenticidade foi afixado na
última folha do documento
entregue à parte.**

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES

AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
Comarca Mat. C. Rondon - PR - 85.240-000 - Telef. (45) 3279-1878

AUTENTICAÇÃO

DE ACORDO COM O ART. 7.º DA LEI Nº 9.935 DE 18/11/1994, A
PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO
DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.

ALAN JOSÉ HELMICH - ESCRIVENTE JURAMENTADO

Quatro Pontes, 11 de Setembro de 2013

Tabellão: Martin Souto Jentzech.

atividades; atuando como responsável, coordenador, diretor, ou qualquer outra função da direção. Os sócios diretivos votam e podem ser votados, até que exerçam cargo de direção junto à entidade.



Artigo Décimo quarto:

São sócios efetivos:

Para ser admitido na categoria de sócio efetivo, os sócios devem ser pessoas naturais ou jurídicas que vieram a ser admitidas no quadro social. Sócios efetivos não votam e não podem ser votados, até que complete o prazo de 05 (cinco) anos conforme cláusulas anteriores deste estatuto.

Parágrafo Primeiro:

Serão considerados sócios todas as pessoas naturais ou jurídicas, após indicação e ratificação da idoneidade moral por 01(um) ano associados;

Parágrafo Segundo:

Todos os sócios devem anexar duas fotos 3x4 e preencher a proposta.

Parágrafo Terceiro:

Devem só fazer declaração que acata a disciplina deste estatuto da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL 03 DE NOVEMBRO e das entidades superiores a que estiver vinculada.

Parágrafo Quarto:

Preencher autorização do pai ou responsável, no caso de menor de idade (exceção para maiores de 16 anos).

Parágrafo Quinto:

As pessoas jurídicas, serão sócios beneméritos com a excepcionalidade do direito exclusivo de votar, mediante e proporcionalidade de 01 (um) ano depois de uma filiação de cinco anos.

Parágrafo Sexto

Artigo Décimo quinto:

São direitos dos associados:

Parágrafo primeiro:

Frequentar a sede da entidade e participar das suas atividade;

Parágrafo segundo:

Recorrer aos coordenadores, e à diretoria, quando sofre penalidades que julgarem injustas;

Parágrafo terceiro:

Solicitar coordenação, da diretoria esclarecimento que julgar necessários;

Parágrafo quarto:

Representar a entidade em outras associações de festividades quando for convidado pela diretoria;

Parágrafo quinto:

Tomar parte nas assembléias gerais e nelas apresentar a proposta podendo inclusive votar e ser votado, após 01(um) ano como associado;

4

**CERTIFICO que o selo de
Autenticidade foi afixado na
última folha do documento
entregue à parte.**

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES
AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
Comarca Mat. C. Rondon - PR - 85.940-000 - T. tel. (45) 3279-1878

AUTENTICAÇÃO

DE ACORDO COM O ART. 7º, V DA LEI Nº 8.933 DE 18/11/1994, A
PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO
DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.

ALAN JOSÉ HELMICH - ESCRIVENTE JURAMENTADO

Quatro Pontes, 11 de Setembro de 2013

Tabellão: Martin Souto Jentzech.

Parágrafo sexto:

Apresentar novos sócios para aprovação da diretoria;

Artigo Décimo Sexto:

São deveres dos associados:

Parágrafo primeiro:

Pagar as contribuições e demais taxas que forem estabelecidas, mediante comprovante;

Parágrafo segundo:

Apresentar chapas para disputar a diretoria da entidade devendo constar obrigatoriamente a proposta de trabalho a ser devolvida durante a gestão;

Artigo Décimo Sétimo :

Parágrafo Primeiro :

A responsabilidade e a orientação intelectual da entidade caberão sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos .

Parágrafo segundo :

O quadro de pessoal será constituído ao menos por dois terços de trabalhadores brasileiros .

Parágrafo terceiro :

A entidade não poderá efetuar nenhuma alteração do seu estatuto sem prévia autorização dos órgãos competentes .

Artigo Décimo Oitavo :

Os sócios da Associação não respondem nem mesmo subsidiariamente por quaisquer compromisso que expressa ou intencionalmente sejam assumidos em nome da Associação.

Artigo Décimo Nono :

Este Estatuto poderá ser reformado em qualquer época , em assembléia geral , Extraordinária , convocada especificamente para este fim , e com a prévia anuência dos órgãos aos quais estiver coligada .

Artigo Vigésimo :

Em caso de dissolução da Associação , o que se dará por não mais preencher sua finalidade , o seu patrimônio social reverterá a uma associação beneficente do município de sua sede.

Artigo Vigésimo Primeiro :

A Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro , após autorizada a explorar o serviço de rádio difusão comunitária , instituirá um conselho comunitário composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local , tais como ; associações de classe , beneméritas , religiosas ou de moradores , legalmente instituídas , com o objetivo de acompanhar a programação da emissora , com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da Lei 9.612 de 19/02/98 .



3' (4+3)

**CERTIFICO que o selo de
Autenticidade foi afixado na
última folha do documento
entregue à parte.**

<p>SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR Comarca Mal. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Tel. (41) 3279-1878</p> <p>AUTENTICACÃO DE ACORDO COM O ART. 7º V DA LEI Nº 8.933 DE 18/11/1994, A PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.</p> <p>ALAN JOSÉ HELMICH - ESCRIVENTE JURAMENTADO Quatro Pontes, 11 de Setembro de 2013 <u>Tabellão: Martin Souto Jentzech.</u></p>	
---	---

Artigo Vigésimo Segundo :

Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Diretoria "ad referendum" da Assembléia Geral.


A Primeira Alteração deste Estatuto, devidamente rubricado pelo secretário geral da mesa da primeira assembléia geral Extraordinária está lavrado no livro de atas onde contém assinaturas dos presentes..

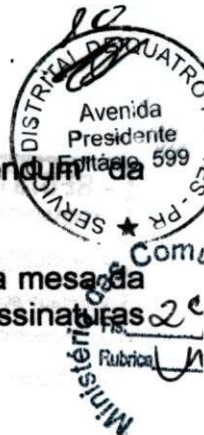
Quatro Pontes/PR, 29 de Dezembro de 1998.

De pleno e total acordo



Gilmar Ricardo Bender
Primeiro secretário


ERNANI FERREIRA DO ROSÁRIO
OAB/PR 21.992



SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES
AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
Comarca Mat. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Telef.: (41) 3279-1878

AUTENTICAÇÃO

DE ACORDO COM O ART. 7º, V DA LEI Nº 9.935 DE 18/11/1994, A
PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MM E É REPRODUÇÃO
DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU.FÉ.

ALAN JOSÉ HELMICH - ESCRIVENTE JURAMENTADO
Quatro Pontes, 11 de Setembro de 2013
Tabellão: Martin Souto Jentzsch.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.
COMARCA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON, PR.
Rua: Rio de Janeiro, nº 94.
CARTÓRIO DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E PESSOAS JURÍDICAS.

LEVI M. GOMES FILHO
OFICIAL DESIGNADO
LINCON IURKIV GOMES.
Aux. Juramentado.

02
Ministério das Comunicações
Fls. 25
Rubrica

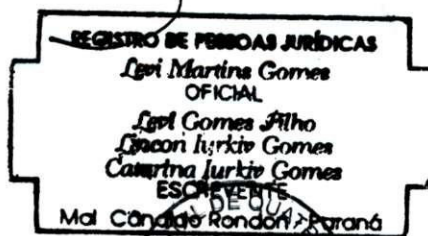
CERTIDÃO:

Eu, LEVI MARTINS GOMES FILHO, Oficial Designado do Registro de Títulos e Documentos e Pessoa Jurídica, desta Comarca de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná. **CERTIFICO**, a pedido da pessoa interessada, que em data de (06/09/2001), foi feito o registro do (a) **SEGUNDA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL, da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL 03 DE NOVEMBRO**. Sob nº 848, folhas nº 272vº, do Livro A-1, de Pessoas Jurídicas, ficando devidamente arquivado neste Ofício os documentos exigidos pelos artigos 114 e 119 da Lei 6.015 de 31 de dezembro de 1973.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Marechal Cândido Rondon, 06 de setembro de 2001.

Levi M. Gomes Filho.



EM BRANCO

"ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL 03 DE NOVEMBRO"

Estatuto Social

SEGUNDA ALTERAÇÃO

Capítulo 01



Da denominação – Fundação – Sede e fins

Artigo primeiro

A "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL 03 DE NOVEMBRO" fundada no dia 02/11/1998, com sede provisória à Av. Presidente Epitácio, 570 - CEP: 85940-000, Estado do Paraná, com personalidade jurídica, organização não governamental, distinta de seus associados, este em número ilimitado, sem distinção de sexo, credo religioso ou político, raça ou cor, deficiência física, sensorial (visual ou auditiva), mental ou múltiplas), sem fins lucrativos e seus diretores sem remuneração, tendo por fim promover.

Parágrafo primeiro:

Desenvolver o espírito comunitário e solidário, segundo os princípios humanistas.

Parágrafo segundo:

A luta pela defesa da vida em todas as suas manifestações, sejam elas de ordem ecológicas, culturais, educacionais e sociais, sempre dentro dos princípios da declaração universal dos direitos do homem (ser humano);

Parágrafo terceiro:

Promover em sua sede social, reuniões recreativas com cunhos culturais, visando apoiar atividade e iniciativas em defesa das "minorias discriminadas", contra todos tipos de discriminação/preconceito/marginalização;

Parágrafo quarto:

Promover relações de amizade e solidariedade entre os associados e demais sociedades ou entidades congêneres, sempre em conjunto aos movimentos sociais;

Parágrafo quinto:

A fim de cumprir suas finalidades, esta associação de organizar em tantas unidades de prestação de serviços quantas fizerem necessárias, a critério da diretoria, outrossim, fica vedado a utilização político-partidária, ou racial da entidade;

Parágrafo sexto:

Criar e incentivar a participação da comunidade na luta pelos seus direitos e deveres, pela democratização dos meios de comunicação, através de execução de serviço de radiodifusão comunitária, por meio próprio ou alternativo, tudo conforme a Legislação em vigor;

5

CERTIFICO que o selo de
Autenticidade foi afixado na
última folha do documento
entregue à parte.



Capítulo 02

Dos Direitos Diretivos

Artigo segundo:

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL 03 DE NOVEMBRO, será um instituto constituído por entidades afins da sociedade civil e por cidadãos reconhecidamente interessados na defesa da cidadania, filiados nas condições deste estatuto e com os seguintes órgãos diretivos:

Assembleia Geral Ordinária (e extraordinária);
Diretoria Executiva;
Conselho Fiscal e
Conselho de ética

Parágrafo primeiro:

O mandato da diretoria será por 03(três) anos.

Parágrafo segundo:

Sendo esta associação uma entidade democrática e livre, constituída por cidadãos da sociedade civil, as decisões serão sempre da diretoria, que deverá Ter conhecimento na área de comunicações (rádio e Tv)

Capítulo 03

Da Competência

#Artigo terceiro:

A Assembleia geral é o órgão soberano desta associação, sempre constituída pelos seus sócios no pleno gozo de seus direitos. A assembleia geral, reunir-se-á originariamente uma vez a cada semestre, podendo ser convocada pela diretoria executiva ou por 10% (dez por cento) dos sócios. As decisões serão sempre pela maioria dos sócios presentes, vetado o voto por procuração.

Parágrafo primeiro:

Compete exclusivamente à assembleia geral ordinária:
Eleger a diretoria executiva e o conselho deliberativo (inclusive quantidade de seus membros);
Reformular os estatutos e todos os princípios documentos da associação de 03(três) anos em 03(três) anos, de acordo com a plataforma em disputa em cada eleição;
Aprovar o regimento interno que regulamenta os vários setores de atividade da associação;
Aprovar ou não o balanço e as contas do exercício anterior, assinado pela diretoria executiva e pelo tesoureiro;

Parágrafo Terceiro:

A assembleia geral extraordinária, convocada por qualquer órgãos da associação, mediante pedido formal (Por escrito), dirigido à diretoria executiva, ou ainda por pedido subscrito por 10%



8

CERTIFICO que o selo de Autenticidade foi afixado na última folha do documento entregue à parte.

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES

AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
Comarca Mal. C. Rondon - PR - 85.240-000 - Telef. (41) 3279-1878

AUTENTICAÇÃO

DE ACORDO COM O ART. 7º V DA LEI Nº 1.935 DE 18/11/1994, A PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.

ALAN JOSÉ HELMICH - ESCRIVENTE JURAMENTADO

Quatro Pontes, 11 de Setembro de 2013

Tabellão: Martin Souto Jentzech

dez por cento) dos associados rigorosamente em dia com as suas obrigações sociais, reunir-se-á, sempre que necessário para deliberar os assuntos que motivaram sua convocação, por um prazo mínimo de 01(uma) semana e com prazo máximo e 02 (duas), semanas;



Parágrafo Quarto:

A Diretoria executiva é órgão encarregado das atividades – meios da associação, sendo composto por 06 (seis) membros, eleitos democraticamente, de acordo com as cláusulas anteriores deste estatuto, eleitos também para um mandato de 03 (três) anos, podendo ser reeleito para o mesmo cargo por um período de 03(três) anos, respeitando o princípio da rotatividade, conforme segue:

Diretores oficiais da entidade:

01(um) diretor presidente;

01(um) diretor vice-presidente;

02(dois) secretário;

02(dois) tesoureiro;

01(um) diretor de comunicação;



Parágrafo quinto:

A diretoria deverá reunir-se ordinariamente quinzenalmente em datas e horários designados pela diretoria, e extraordinariamente, quando for convocada pelos coordenadores gerais, com pelo menos 48(quarenta e oito) horas de antecedência.

Parágrafo sexto:

As reuniões, tanto ordinárias como extraordinárias, serão realizadas com maioria dos diretores presentes, sendo observado uma tolerância de 30 (trinta) minutos, ao fim desse prazo realizar-se-á com qualquer número.

Parágrafo sétimo:

É vetada a presença de pessoas estranhas às reuniões de diretoria salvo quando vier tratar de assunto da entidade ou quando convidado por qualquer membro da diretoria executiva ou dos conselhos.

Parágrafo oitavo:

Todo assunto discutido em reuniões da diretoria deverá ter caráter comunicatório, sempre dentro das propostas das finalidades desta associação, sempre com pensamento do bem comum.

Capítulo 04

Aos diretores compete:

Artigo quarto:

O diretor presidente compete

Parágrafo primeiro:

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES

AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
Comarca Mai. C. Rondon - PR - 85.940-000 Telef. (45) 3279-1976

AUTENTICAÇÃO

CERTIFICO que o selo de Autenticidade foi afixado na última folha do documento entregue à parte.

DE ACORDO COM O ART. 7º, V DA LEI Nº 1.995 DE 18/11/1994, A PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.

ALAN JOSÉ HELMICH - ESCRIVENTE JURAMENTADO
Quatro Pontes, 11 de Setembro de 2013

Tabellão: Martin Souto Jentzech.

Em conjunto dos demais diretores, deverá administrar a entidade, coordenar as reuniões da diretoria executiva, e/ou conjuntamente ou não, com outro membro escolhido em assembleia, representar ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente a entidade.

Parágrafo segundo:

Rubricar todas as correspondências dirigidas ao poder público e às autoridades de hierarquia superior.

Parágrafo terceiro:

Assinar sempre com o diretor, tesoureiro, cheques e qualquer documentos que envolver responsabilidade financeira, ou seja, nas atividades financeiras necessitará do diretor presidente e do diretor tesoureiro, para total validade do documento.

Parágrafo quarto:

Assinar sempre com secretário os títulos, diplomas, certificados, títulos honoríficos, etc.

Parágrafo quinto:

Autorizar em conjunto a divulgação de atos administrativos.

Parágrafo sexto:

Autorizar em conjunto as despesas no orçamento.

Parágrafo sétimo:

O primeiro secretário assessorará constantemente o diretor presidente e o substituirá em sua ausência.

Aos demais diretores compete:

Artigo quinto:

Ao primeiro secretário compete:

Atender o expediente, redigir atas nas reuniões, providenciar as correspondências dos departamentos e zelar pela ordem nos serviços gerais da secretária.

Artigo sexto:

Ao segundo secretário compete:

Parágrafo único:

Substituir o primeiro secretário na falta do mesmo.

Artigo sétimo:

Ao primeiro tesoureiro compete:

Parágrafo primeiro:

Administrar financeiramente, a entidade, ter sob sua guarda os bens e valores da "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL 03 DE NOVEMBRO", arrecadar as contribuições dos associados e assinar os devidos recibos e demais comprovantes;

Parágrafo segundo:

A associação deverá manter uma conta corrente em um conceituado banco, com agência no estado do Paraná, em conta conjunta do diretor presidente e do primeiro tesoureiro, necessitando a assinatura de ambos para as transações financeiras.



8



SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES
AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 598 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
Comarca Mat. C. Rondon - PR - 85.840-000 - Telef. (45) 3.79-1878

AUTENTICACÃO

DE ACORDO COM O ART 7º, V DA LEI Nº 8.934 DE 18/11/1994, A
PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO
DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.

**CERTIFICO que o selo de
Autenticidade foi afixado na
última folha do documento
entregue à parte.**

OSÉ HELMICH - ESCRIVENTE JURAMENTADO
Quatro Pontes, 11 de Setembro de 2013
Tabellão: Martin Souto Jentzech.



Parágrafo terceiro:

Propor formas de arrecadação para a entidade "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL 03 DE NOVEMBRO".

Artigo Oitavo:

Substituir o primeiro tesoureiro na falta do mesmo.

Capítulo 05

Do Patrimônio da Entidade:

Artigo Nono:

Parágrafo único:

Todos os bens existentes ou que vierem a ser incorporados, são de propriedade da associação, sendo proibida a venda, doação de instrumento ou qualquer bem do mesmo, pelos diretores executivos ou qualquer outro diretor, constituindo desta maneira, falta grave, em caso de dissolução da "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL 03 DE NOVEMBRO" os bens serão revertidos a entidades filantrópicas que rezam pelos princípios estabelecidos por este estatuto.

Capítulo 06

Dos Associados: Direitos e Deveres

Artigo Décimo:

O quadro associativo se comporá das seguintes categorias: sociais beneméritos, fundadores, diretivos e efetivos.

Artigo Décimo primeiro:

São sócios beneméritos:

Para ser admitido na categoria de sócio benemérito, o sócio deve ser pessoa natural ou jurídica, colaboradores sociais da entidade, a nível de promoção de suas atividades, os sócios beneméritos possuem filiação efetiva, contudo sem direito a voto, até completar 05 (cinco) anos de filiação.

Artigo Décimo segundo:

São sócios fundadores:

Para ser admitido na categoria de sócio fundador, os sócios devem, ser pessoas naturais ou jurídicas, que estiveram presentes na assembléia geral da fundação e assinaram a ata de constituição da associação. Os sócios fundadores possuem filiação efetiva, com direito a votar e ser votado.

Artigo Décimo terceiro:

São sócios diretivos:



58

**CERTIFICO que o selo de
Autenticidade foi afixado na
última folha do documento
entregue à parte.**

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES

AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
Comarca Mal. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Telef. (45) 3279-1878

AUTENTICAÇÃO

DE ACORDO COM O ART. 7º V DA LEI Nº 8.933 DE 18/11/1994, A
PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO
DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.

ALAN JOSÉ HELMICH - ESCRIVENTE JURAMENTADO

Quatro Pontes, 11 de Setembro de 2013

Tabellão: Martin Souto Jentzsch.

Para ser admitido na categoria de sócio diretivo, os sócios devem ser pessoas naturais que estiveram vinculados a esta associação, através de participação em quaisquer de suas atividades; atuando como responsável, coordenador, diretor, ou qualquer outra função da direção. Os sócios diretivos votam e podem ser votados, até que exerçam cargo de direção junto à entidade.

Artigo Décimo quarto:

São sócios efetivos:

Para ser admitido na categoria de sócio efetivo, os sócios devem ser pessoas naturais ou jurídicas que vieram a ser admitidas no quadro social. Sócios efetivos não votam e não podem ser votados, até que complete o prazo de 05 (cinco) anos conforme cláusulas anteriores deste estatuto.

Parágrafo Primeiro:

Serão considerados sócios todas as pessoas naturais ou jurídicas, após indicação e ratificação da idoneidade moral por 01(um) ano associados;

Parágrafo Segundo:

Todos os sócios devem anexar duas fotos 3x4 e preencher a proposta.

Parágrafo Terceiro:

Devem só fazer declaração que acata a disciplina deste estatuto da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL 03 DE NOVEMBRO e das entidades superiores a que estiver vinculada.

Parágrafo Quarto:

Preencher autorização do pai ou responsável, no caso de menor de idade (exceção para maiores de 16 anos).

Parágrafo Quinto:

As pessoas jurídicas, serão sócios beneméritos com a excepcionalidade do direito exclusivo de votar, mediante e proporcionalidade de 01 (um) ano depois de uma filiação de cinco anos.

Parágrafo Sexto

Artigo Décimo quinto:

São direitos dos associados:

Parágrafo primeiro:

requer a sede da entidade e participar das suas atividades;

Parágrafo segundo:

Recorrer aos coordenadores, e à diretoria, quando sofre penalidades que julgarem injustas;

Parágrafo terceiro:

Solicitar coordenação, da diretoria esclarecimento que julgar necessários;

Parágrafo quarto:

Representar a entidade em outras associações de festividades quando for convidado pela diretoria;

Parágrafo quinto:

3



**CERTIFICO que o selo de
Autenticidade foi afixado na
última folha do documento
entregue à parte.**

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES
AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
Comarca Mal. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Telef. (41) 3279-1376

AUTENTICAÇÃO

DE ACORDO COM O ART. 7º, V DA LEI Nº 8.933 DE 18/11/1994, A
PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO
DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.

ALAN JOSÉ HELMICH - ESCRIVENTE JURAMENTADO
Quatro Pontes, 11 de Setembro de 2013
Tabellão: Martin Souto Jentzsch.

tomar parte nas assembléias gerais e nelas apresentar a proposta podendo inclusive votar e ser votado, após 01(um) ano como associado;

Parágrafo sexto:

Apresentar novos sócios para aprovação da diretoria;

Artigo Décimo Sexto:

São deveres dos associados:

Parágrafo primeiro:

Pagar as contribuições e demais taxas que forem estabelecidas, mediante comprovante;

Parágrafo segundo:

Apresentar chapas para disputar a diretoria da entidade devendo constar obrigatoriamente a proposta de trabalho a ser devolvida durante a gestão;

Artigo Décimo Sétimo :

Parágrafo Primeiro :

A responsabilidade e a orientação intelectual da entidade caberão sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos .

Parágrafo segundo :

O quadro de pessoal será constituído ao menos por dois terços de trabalhadores brasileiros .

Parágrafo terceiro :

A entidade não poderá efetuar nenhuma alteração do seu estatuto sem prévia autorização dos órgãos competentes .

Artigo Décimo Oitavo :

Os sócios da Associação não respondem nem mesmo subsidiariamente por quaisquer compromisso que expressa ou intencionalmente sejam assumidos em nome da Associação.

Artigo Décimo Nono :

Este Estatuto poderá ser reformado em qualquer época, em assembléia geral , Extraordinária , convocada especificamente para este fim , e com a prévia anuência dos órgãos aos quais estiver coligada .

Artigo Vigésimo :

Em caso de dissolução da Associação , o que se dará por não mais preencher sua finalidade , o seu patrimônio social reverterá a uma associação beneficente do município de sua sede.

Artigo Vigésimo Primeiro :

A Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro , após autorizada a explorar o serviço de rádio difusão comunitária , instituirá um conselho comunitário composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local , tais como ; associações de classe , beneméritas , religiosas ou de moradores , legalmente instituídas , com o objetivo de acompanhar a programação da emissora , com vista ao atendimento do



9

CERTIFICO que o selo de Autenticidade foi afixado na última folha do documento entregue à parte.

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES
AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
Comarca Mal. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Telef.: (45) 3279-1878

AUTENTICAÇÃO

DE ACORDO COM O ART. 7º V DA LEI Nº 8.955 DE 18/11/1994, A PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.

ALAN JOSÉ HELMICH - ESCRIVENTE JURAMENTADO
Quatro Pontes, 11 de Setembro de 2013
Tabellão: Martin Souto Jentzech.

interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da Lei 9.612 de 19/02/98.

Artigo Vigésimo Segundo :

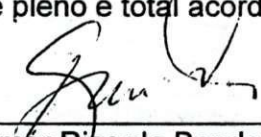
Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Diretoria "ad referendum" da Assembléia Geral.

A Primeira Alteração deste Estatuto, devidamente rubricado pelo secretário geral da mesa da primeira assembléia geral Extraordinária está lavrado no livro de atas onde contém assinaturas dos presentes..



Quatro Pontes/PR, 03 de outubro de 2000.

De pleno e total acordo.



Gilmar Ricardo Bender
Primeiro secretário



Dr. Ulisses Pizzato,
OAB-9988 - Fone 54-2126

- REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS -
COMARCA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PARANÁ

APRESENTADO HOJE Registrado sob nº 898
 Apontado sob nº 20.609 do Livro A-1
 do Protocolo nº A-4 de Leo. P. J. J. J. J.
 Mai Cândido Rondon, 06 de Setembro de 2013

 OFICIAL

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

Leo Martins Gomes
 OFICIAL

Leo Gomes Filho
Lincoln Lurkin Gomes
Catarina Lurkin Gomes
 ESCRIVENTE

Mai Cândido Rondon - Paraná

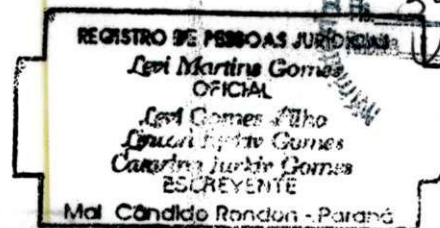
SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES
 AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
 Comarca Mai. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Telef.: (45) 3279-1878

AUTENTICAÇÃO
 DE ACORDO COM O ART. 7º, V DA LEI Nº 4.935 DE 18/11/1994, A
 PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO
 DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.

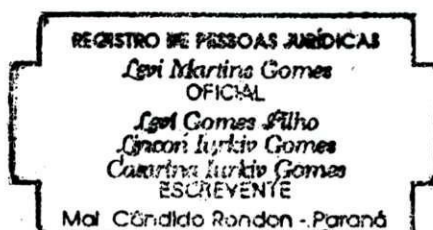
ALAN JOSÉ HELMICH - ESCRIVENTE JURAMENTADO
 Quatro Pontes, 11 de Setembro de 2013
Tabellão: Martin Souto Jentzech.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL 03 DE NOVEMBRO

ATA DE REUNIÃO DE ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA EM 03.10.2000



Aos tres dias do mês de outubro de dois mil (03.10.2000) em sua sede social, reuniu-se a diretoria executiva, para deliberar sobre assuntos diversos pertinentes à Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro. Os trabalhos foram abertos pelo senhor presidente, o qual mandou a mim, secretário, que procedesse a leitura da ata da reunião anterior, a qual foi aprovada, sem emendas. Na sequência, o senhor presidente, usou a palavra para expor aos demais a necessidade de alteração do Estatuto da entidade, no que diz respeito à necessidade, digo, no que diz respeito aos objetivos da associação. Assim sendo, após criterioso debate, por unanimidade, resolveu-se alterar o PARÁGRAFO SEXTO, DO ARTIGO PRIMEIRO, do Estatuto Social da entidade, o qual passa a Ter a seguinte redação: "Criar e incentivar a participação da comunidade na luta pelos seus direitos e deveres, pela democratização dos meios de comunicação, através da execução de Serviço de Radiodifusão Comunitária, por meio próprio ou alternativo, tudo conforme a legislação em vigor." Na continuidade, o senhor presidente expôs também a necessidade, para fins legais, da criação do CARGO DE VICE PRESIDENTE da associação, alterando desta forma, O ARTIGO TERCEIRO, no seu PARÁGRAFO QUARTO, o qual passará a Ter a seguinte redação '....(.....)diretores oficiais da entidade: 01 (um) Diretor Presidente; 01 (um) DIRETOR VICE PRESIDENTE; 02 (dois) Secretário; 02 (dois) Tesoureiro; 01 (um) Diretor de Comunicação, proposição aprovada por unanimidade. Em seguida, tendo em vista a criação do cargo de Diretor Vice Presidente, resolveu-se efetuar a escolha do membro a ocupar o referido cargo. Sendo que após um processo de votação, foi escolhido o senhor AFONSO FRANCENER, , para desempenhar tal função, por unanimidade. Em seguida, por unanimidade, foi delegada ao senhor Afonso Francener, vice presidente a prerrogativa de representar ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente a entidade, alterando-se desta forma, o disposto no ARTIGO 4., PARÁGRAFO 1. Da entidade. Assim sendo, como se houvesse esgotado a pauta do dia, deu-se por encerrada a presente reunião, da qual eu, secretário lavrei esta ata. (assinaturas) GILMAR RICARDO BENDER – PAULO BRANDT – HERMINIO SERGIO DASSOLER – AFONSO FRANCENER – SUELI TESKE KUHN – PAULO REGES KRUGER.



- REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS -
COMARCA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PARANÁ

APRESENTADO HOJE 30.6.08 Registrado sob nº 897
 Apontado sob nº A-4 do Livro P-1
 do Protocolo nº de Sereno Ant.
 Mal Cândido Rondon, de de

[Assinatura]
 OFICIAL

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

Levi Martins Gomes
 OFICIAL

Levi Gomes Filho
Conceição Lurkin Gomes
Caetanra Lurkin Gomes
 ESCRIVENTE

Mal Cândido Rondon - Paraná



Aos 30 dias do mês de novembro de 19 horas reuniram-se em sua sede da Associação (Cultural) digo: Comunidade Cultural 03 de novembro, convocados dentro para Assembleia Geral conforme parágrafo quinto do Artigo 3º (Terceiro) dos Estatutos desta entidade, com a seguinte Ordem do Dia:

1º - Prestação de Contas; 2º - ELEIÇÃO da NOVA DIRETORIA; 3º - ELEIÇÃO do CONSELHO COMUNITÁRIO; 4º - Assuntos Gerais. Abriu a Assembleia o Presidente Sr. AFONSO FRANCENER solicitou ao Tesoureiro apresentar a prestação de contas da ASSOCIAÇÃO a qual foi aprovada pelos presentes. Na sequência foram apresentados nomes para compor a nova diretoria. Apenas uma chapa foi apresentada e ficou assim constituída: Presidente: AFONSO FRANCENER Vice Presidente: (ALEXIO LAUBER) digo: PAULO BRADT; 1º SECRETÁRIO - Diego FRANCENER; 2º SECRETÁRIO - RAMIELLI DAYANE ANSCHAU; 1º TESOUREIRO - (SUELI) digo: PAULO REGIS KRÜGER; 2º TESOUREIRO - SUELI TESKE KUHN; DIRETOR de COMUNICAÇÃO - DIEGO FRANCENER. O presidente colocou em votação a CHAPA acima constituída a qual foi aprovada por unanimidade. Na sequência foi debatido a participação da comunidade representada por um conselho comunitário, o qual ficou composto por representantes de de cinco entidades, sendo: 1º - João Carlos KUHN - RG Nº 6.222.728-1, residente na Rua Cruz ALTA Nº 132 - Fone 3279-1040, representando a ACIQUAP - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL e EMPRESARIAL do Município de Dourados; 2º - JACINTA TEREZINHA HORN - RG 5.606.960-7, residente na Rua

CERTIFICO que o selo de autenticidade foi afixado na última folha do documento entregue à parte.

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES

AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 589 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
Comarca Mat. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Telef. (45) 3279-1878

AUTENTICAÇÃO

DE ACORDO COM O ART 7º, V DA LEI Nº 8.935 DE 18/11/1994, A PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.

ALAN JOSÉ HELMICH - ESCRIVENTE JURAMENTADO
Quatro Pontes, 11 de Setembro de 2013
Tabellão: Martin Souto Jentzsch

- Baixo 113, FONE: 3279-1433 representa
 be de Mães; 3º JACINTA BARTZ
 070-7 Reside na Rua Hugo Friedrich
 8809 9657 a qual representa a Pasto
 Criança; 4º MEMBRO: MARIA WEBER -
 4.783.882-7 - Reside na Linha José Bonifácio; Zona
 Rural. FONE- 45-9942-6162 - Representante do Clube
 Feminino 28 de março Senhoras cooperativas; 5º
 Membro LUIS CARLOS WAMES - RG Nº 3.301.295-0
 Residente na Rua Santa Cruz-119 - FONE 3279-1155
 REPRESENTANDO a APMF da ESCOLA MUNICI-
 PAL DONA LEOPOLDINA. Após a apresentação
 dos membros para compor o conselho comu-
 nitário da Rádio Comunitária TROPICAL FM-
 do município de Quatro Pontes-PR, o presi-
 dente colocou em votação, sendo aprovado por
 todos os presentes. Na sequência o presiden-
 te apresentou a grade da programação da
 RÁDIO COMUNITÁRIA que após discutida e
 analisada foi aprovada pelo conselho co-
 munitário. E nada mais a tratar o presidente
 Ainda deu posse a nova diretoria e agradeceu
 o empenho e participação de todos, e deu por
 encerrada a assembleia cuja ata vai assi-
 nada por mim que a Laurei e pelos demais
 presentes. Em tempo: o presidente Lembrou
 aos presentes da necessidade da escolha dos
 membros do Conselho Fiscal; Sendo que foram
 apresentados os nomes: William Bender;
 Johnny Sott e Caroline Langer; os quais
 foram aprovados por unanimidade.
 PAULO BRANDT: *Paulo Brandt*
 DIEGO FRANCENER: *Diego Francener*

**CERTIFICO que o selo de
Autenticidade foi afixado na
última folha do documento
entregue à parte.**

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES
AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
Comarca Mat. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Telef. (41) 3279-1376

AUTENTICAÇÃO
DE ACORDO COM O ART. 7º, V DA LEI Nº 4.933 DE 18/11/1994, A
PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO
DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.

ALAN JOSÉ HELMICH - ESCRIVENTE JURAMENTADO
Quatro Pontes, 11 de Setembro de 2013
Tabelião: Martin Souto Jentzech.

BANIELLI ANSCHAU:
PAULO KRUGER:
SUELI KUHN:

Banielli Anschau
Paulo Krüger



Cartório de Registro Civil
Registro Civil de Pessoas Jurídicas e
Pessoa Jurídica
CARTÓRIO LEVI
PROTOCOLO Nº 0050051
REGISTRADO Nº 0005432
LIVRO A-045
Marechal Cândido Rondon (PR), 02 de
agosto de 2013

Lincon Jurkiv Gomes
Oficial Registrador

SERVIÇO DE REGISTRO DE
PESSOAS JURÍDICAS
LINCON JURKIV GOMES
Oficial Registrador
CATARINA JURKIV GOMES
Escriturante
Marechal Cândido Rondon - Paraná



TABELIONATO
DE
NOTAS
ET-539822

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES
PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
Cx. Postal 101 - C. Rondon - PR - 85.940-000 - Telef. (41) 3279-1376

AUTENTICAÇÃO
DE ACORDO COM O ART. 7º, V DA LEI Nº 4.935 DE 18/11/1994, A
PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO
DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.

ALAN JOSÉ HELMICH - ESCRIVENTE JURAMENTADO
Quatro Pontes, 11 de Setembro de 2013
Tabellão: Martin Souto Jentzsch

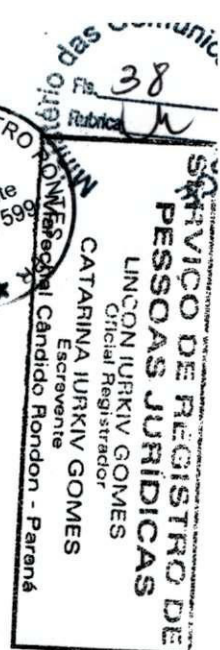
EM BRANCO

Ata da Assembléia geral da Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro

Aos trinta dias do mês de Novembro de Dois Mil e Dez, reuniram-se em sua sede, os membros da Associação Cultural 03 de Novembro, convocados pelo presidente, para Assembléia Geral conforme parágrafo quinto do Artigo Terceiro dos Estatutos da entidade, com a seguinte ordem do dia: 1ª Prestação de contas; 2ª Eleição da Nova Diretoria; 3ª Eleição do Conselho Comunitário; 4ª Assuntos gerais. Abrindo a Assembléia, o Presidente Senhor Afonso Francener, solicitou ao tesoureiro que apresentasse a prestação de contas da Associação, a qual foram apresentados nomes para compor a nova diretoria. Apenas uma chapa foi apresentada e ficou assim constituída: Presidente: Afonso Francener; Vice-Presidente: Paulo Brandt; 1º Secretário: Diego Francener; 2º Secretário: Ranielli Dayane Anschau; 1º Tesoureiro: Paulo Régis Kruger; 2º Tesoureiro: Sueli Teske Kuhn; Diretor de Comunicação: Diego Francener. O Presidente colocou em votação a chapa acima constituída, a qual, foi aprovada por unanimidade. Na sequência foi debatido a participação da comunidade representada por um Conselho Comunitário, o qual ficou composto por representantes de cinco entidades, sendo: 1º João Carlos Kuhn, RG nº: 6.222.728-1, residente na Rua Cruz Alta nº 132, telefone 3279-1040, representando a ACIQUAP – Associação Comercial e Empresarial de Quatro Pontes; 2ª Jacinta Terezinha Horn, RG nº: 5.606.960-7, residente na Rua Bajé nº 113, telefone 3279-1433, representando o Clube de mães; 3ª Jacinta Bartzen, RG nº 8.798.070-7, residente na Rua Hugo Friedrich nº560, telefone 8809-9657 a qual representa a Pastoral da Criança; 4ª Maria Weber, RG nº 4.783.882-7, residente na Linha José Bonifácio, Zona Rural, telefone 9972-6162, representante do Clube Feminino 28 de Março, Senhoras Cooperativistas. 5º membro Luiz Carlos Wammes, RG nº 3.301.295-0, residente na Rua Santa Cruz nº119, telefone 3279-1155, representando a APMF (Associação de Pais, Mestres e Funcionários) da Escola Municipal Dona Leopoldina. Após a apresentação dos membros para compor o Conselho Comunitário da Rádio Comunitária Tropical FN, do Município de Quatro Pontes, o Presidente colocou em votação, sendo aprovado por todos os presentes. Na sequência o Presidente apresentou a grade de programação da Rádio Comunitária que após discutida e analisada foi aprovada pelo conselho comunitário. E nada mais a tratar, o Presidente ainda deu posse à nova diretoria e agradeceu o empenho e participação de todos, e deu por encerrada a Assembléia cuja ata vai assinada por mim que a lavrei e pelas demais presentes. Em tempo: o Presidente lembrou aos presentes da necessidade da escolha dos membros do Conselho Fiscal, sendo que foram apresentados os nomes: William Bender; Jhony Sott e Caroline Langer; os quais foram aprovados por unanimidade.


PAULO Regis KRUGER
Tesoureiro


AFONSO FRANCENER
Presidente



Cartório de Registro Civil
Registro Civil de Pessoas Jurídicas e
Pessoa Jurídica
CARTÓRIO LEVI
PROTOCOLO Nº 0050051
REGISTRADO Nº 0005432
LIVRO A-045
Marechal Cândido Rondon (PR), 02 de
agosto de 2013

Lincon Iurkiv Gomes
Oficial Registrador

Lei 13.226 de 18/07/2001

SELO
FUNARPEN

TIT E DOG
E PESSOAS
JURIDICAS

E0827491

SERVIÇO DE REGISTRO DE
PESSOAS JURÍDICAS
LINCON IURKIV GOMES
Oficial Registrador
CATARINA IURKIV GOMES
Escriturante
Marechal Cândido Rondon, Paraná



SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES
 AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
 Comarca Mat. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Telef. (45) 279-1878

AUTENTICAÇÃO

DE ACORDO COM O ART. 7º V DA LEI Nº 8.935 DE 18/11/1994, A
 PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO
 DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.

ALAN JOSÉ HELMICH - ESCRIVENTE JURAMENTADO
Quatro Pontes, 11 de Setembro de 2013
Tabellão: Martin Souto Jentzsch

TABELIONATO NARDELLO Bel. Fátima Nardello - Tabellã
 NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS Rua Sete de Setembro, 1333
 Marechal Cândido Rondon - PR Fone/Fax (45) 3254-2418
 Email: cartoriomardello@rondotec.com.br

Reconheço por SEMELHANÇA, e dou fé, a(s) assinatura(s) de:
[2535:571]-AFONSO FRANCISER.....

Marechal Cândido Rondon, 01 de Agosto de 2013.
Em Teste da verdade.

[Handwritten signature]

GIAN FRANCO NARDELLO ROTTA - ESCRIVENTE JURAMENTADO





Aos quinze dias do mês de Agosto do Ano
de Dos mil e Treze, reuniram-se nas
dependências da Associação Comunitária
Cultural 03 de Novembro (Rádio Tropical
Fm), os membros do Conselho Comunitário
para avaliação, análise e aprovação de Grade
de Programação de Rádio Tropical. Após ex-
plicações e discussões, foi aprovada a grade
que segue em anexo. Nada mais tendo, damos
por encerrada a presente Ata, que, abaixo, traz
a assinatura dos membros e por mim que
doutrei-a:

Ranielli Anschau - Ranielli A.
João Carlos Kuhn -



Joanta Horn - Joanta T Horn
Joanta Baatzen - Joanta H Baatzen
Mário Weber - Manoel B. Weber
Luiz Wanner - Luiz E. Wanner

GRADE DE PROGRAMAÇÃO DA RÁDIO TROPICAL FM

Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro



Segunda à Sexta

Horário	Programa	Locutor	Estilo do Programa
06h00 à 8h45	Bom dia Tropical	Jhony Sott	Sertanejo, Bandas, Informações;
8h45 à 9h00	Programação musical	Sem locução	Todos estilos;
9h00 à 11h45	Manhã Tropical	William Bender	Musical com part.e Informações;
11h45 à 12h00	Informativo Copagril	William Bender	Informações para Agropecuária;
12h00 à 12h35	Hora da Notícia	William e Diego	Notícias, Reportagens, Entrevistas;
12h35 à 13h00	Quadro de Avisos	William Bender	Avisos e Comunicados;
13h00 à 14h00	Especial Sert. 1ª Edição	Ranielli Anschau	Sert. Universitário com Participações;
14h00 à 17h00	Mix Tropical	Diego Francener	Músicas, Informações, Participações;
17h00 à 18h00	Hora do Chimarrão	Diego Francener	Músicas gauchescas;
18h00 à 18h15	Hora da Ave Maria	Padre	Reflexão Religiosa Igreja Católica;
18h15 à 19h00	Especial Sert. 2ª Edição	Ranielli Anschau	Sert. Antigo com Participações;
19h00 à 20h00	Voz do Brasil	Rede Nacional	
20h00 à 22h00	Rota Sertanejo Univ.	Gilberto Guerra	Prog.da internet, com Sert. Univer.;
22h00	Encerramento.		

Sábados

7h00 à 8h00	Bom dia Tropical	Afonso Francener	Sert.; Gaúchas, Bandinhas, Informações;
8h00 à 8h30	Religioso	Pastor Leonildo	Assembléia de Deus;
8h30 à 9h00	Programação musical	Sem locução	Todos estilos
9h00 à 11h30	Especial de Sábado	Afonso e Gustavo	Part. e Entrevistas Comunitárias, musical;
11h30 à 11h45	Religioso IECLB	Pastora Liane	Reflexão Religiosa;
11h45 à 12h00	Hora Lutcrana - IELB	Pastor Nerison	Reflexão Religiosa;
12h00 à 13h00	Destaques da Semana	Afonso Francener	Notícias e Entrevistas;
13h00 à 15h00	Programação musical	Sem locução	Todos estilos;
15h00 à 17h00	Programação Sertaneja	Diego Cardoso	Sert.Raiz e Univ., Músicas Regionais;
17h00 à 18h00	Oh de casa	Jorge Hennemann	Gauchesco;
18h00 à 22h00	Programação Musical	Sem locução	Todos estilos;
22h00	Encerramento.		

Domingos

7h00 à 8h00	Bom dia Tropical	Afonso Francener	Sertanejo Raiz;
8h00 à 9h00	Missa	Padre André	Igreja Católica;
9h00 à 10h00	Bom Dia Tropical	Afonso Francener	Sertanejo;
10h00 à 13h00	Domingão Gauchesco	Afonso Francener	Gaúchas, Nativas, Tradições Gaúchas;
13h00 à 15h00	Festa no Interior	Gilmar Bender	Band., Folclore Reg., Conjuntos, Germ.
15h00 à 17h00	O melhor de Domingo	Gustavo Borchert	Musical com Participações;
17h00 à 20h00	Programação Musical	Sem locução	Todos Estilos;
20h00 à 22h00	Saudade não tem idade	Afonso Francener	Anos 60,70,80;
22h00	Encerramento.		

Aprovado pelo Conselho Comunitário no dia 15 de Agosto de 2013

Afonso Francener
Maria Augusta
Lucas C. Viana

Quatro Pontes, 15 de Agosto de 2013

(Assinatura dos membros em anexo)

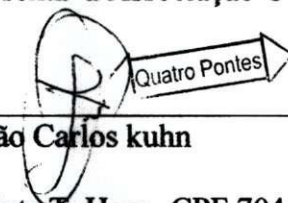


Membros do Conselho Comunitário, em reunião no dia 15 de agosto de 2013, na sede da Rádio Comunitária Tropical FM, para analisar, Avaliar e aprovar a Grade da Programação da Rádio Comunitária de Quatro Pontes, mantida pela Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro, CNPJ 02.852.367/0001-69.

Segue em anexo cópia da ata da reunião e a grade da programação da Rádio Comunitária de Quatro Pontes - PR, devidamente avaliada e aprovada pelos membros do Conselho Comunitário, enaltecendo a importância da Rádio Comunitária Tropical Fm, cumprindo com sua verdadeira função social e comunitária.

Membros :

> João Carlos Kuhn – CPF 925.326.919-72, Endereço: Rua Cruz Alta 132, centro. Representa a Associação Comercial- ACIQUAP, de Quatro Pontes.


João Carlos kuhn

> Jacinta T. Horn- CPF 704105.009-25, Endereço: Rua Bagé 113, centro. Representa o Clube de Mães de Quatro Pontes.


Jacinta Teresinha Horn

> Maria Lurdes Becker Weber – CPF 686.402.699-04 , Endereço- Rua José Bonifácio s/nº, centro. Representa o Clube Feminino 28 de março de Quatro Pontes.

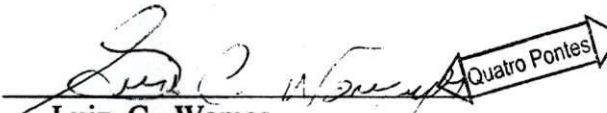

Maria Lurdes Becker Weber

> Jacinta Hedwig Bartzen – CPF 239.452.220-87 , Endereço : Rua Hugo Friedrich, 560, centro.

Representa a Pastoral da Criança de Quatro Pontes.


Jacinta Hedwig Bartzen

> Luiz C. Wames - CPF 585178049-53 , Endereço : Rua Santa Cruz 119. Representa a APMF da Escola Municipal Dona Leopoldina de Quatro Pontes.


Luiz C. Wames

Quatro Pontes, 17 de agosto de 2013.


Afonso Francener
Presidente



SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES
 AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
 Comarca Mal. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Telef. (45) 3279-1878

AUTENTICAÇÃO
 DE ACORDO COM O ART. 7.º DA LEI Nº 8.933 DE 18/11/1994, A
 PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO
 DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.

ALAN JOSÉ HELMICH - ESCRIVENTE JURAMENTADO
 Quatro Pontes, 17 de Setembro de 2013
Tabellão: Martin Souto Jentzsch

RECONHECIMENTO DE FIRMAS
 TABELIONÁRIO DE NOTAS
 ETS39924

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES
 AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
 Comarca Mal. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Telef. (45) 3279-1878

Reconheço por **SEMELHANÇA** a(s) firmas de:

[995U11h0] - JOÃO CARLOS KUHN X
 [995U23g0] - JACINTA TERESINHA HORN X
 [995U12P0] - MARIA LURDES BECKER WEBER X

ALAN JOSÉ HELMICH - ESCRIVENTE JURAMENTADO
 Quatro Pontes, 17/09/2013 às 10:52:26
Tabellão: Martin Souto Jentzsch

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES
 AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
 Comarca Mal. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Telef. (45) 3279-1878

Reconheço por **SEMELHANÇA** a(s) firmas de:

[995U2WAO] - JACINTA HEDWIG BARTZEN X
 [995U12Y0] - LUIS CARLOS WAIMES X
 [995U11C0] - AFONSO FRANCENER X

ALAN JOSÉ HELMICH - ESCRIVENTE JURAMENTADO
 Quatro Pontes, 17/09/2013 às 10:52:26
Tabellão: Martin Souto Jentzsch

RECONHECIMENTO DE FIRMAS
 TABELIONÁRIO DE NOTAS
 ETS39924



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Ministério das Comunicações
Fls. 42
Rubrica

CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL 3 DE NOVEMBRO
CNPJ: 02.852.367/0001-69

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 09:09:45 do dia 18/09/2013 <hora e data de Brasília>.

Válida até 17/03/2014.

Código de controle da certidão: **5158.3CAD.8BFD.E8FB**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

RELATÓRIO DE CONFORMIDADE DE CAMPO ELETROMAGNÉTICO DE RADIOFREQUÊNCIA

O presente relatório apresenta as distâncias mínimas de segurança a serem obedecidas à exposição humana de radiofrequência por estações de radiocomunicação em atendimento ao regulamento sobre a limitação de exposição a campos elétricos, magnético e eletromagnéticos na faixa de radiofrequência entre 9 KHz à 300 GHz - Resolução n° 303 de 02 de Julho de 2002.

1. DADOS DA SOLICITANTE

Razão Social:	Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro		
Endereço:	Avenida Presidente Epitácio, 570	Bairro:	Centro
CEP:	85940-000	Cidade:	Quatro Pontes
CNPJ/MF:	02.852.367/0001-69	UF:	PR

2. DADOS DA ESTAÇÃO

N° da Estação:	665691670		
Endereço:	Avenida Presidente Epitácio, 570	Bairro:	Centro
CEP:	85940-000	Cidade:	Quatro Pontes
Coord. Geográficas:	Lat.:	°	"
	Long.:	°	"

3. DADOS TÉCNICOS

Ganho da antena:	0 dBi		
Pot. transmissor:	25 W	-	43,98 dBm

4. MEMORIAL DE CÁLCULO

4.1 Para Exposição Populacional:

$$R = 0,409 * \sqrt{ERP} \quad - \text{Assim temos} \quad \longrightarrow \quad R = 2,71 \text{ metros}$$

4.2 Para Exposição Ocupacional:

$$R = 0,184 * \sqrt{ERP} \quad - \text{Assim temos} \quad \longrightarrow \quad R = 1,22 \text{ metros}$$

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que, diante das condições da instalação do(s) elemento(s) irradiante(s) as distâncias acima calculadas dão CONFORMIDADE à operação, estando de acordo com o regulamento anexo à Resolução n° 303 de 02 de Julho de 2002.

Este relatório tem validade de 12 (doze) meses.

Londrina - PR, 03/09/2013




João Ricardo S. Grillo
Eng° Eletricista



CAIXA

Comprovante de pagamento de bloqueto

Via Internet Banking CAIXA

Nome: JOAO R S GRILLO
Conta de débito: 0394 / 003 / 00001655-0

Representação numérica do código de barras:

10490.81290 43010.200244 01335.260210 7 58210000005000

Data do vencimento: 14/09/2013
Nome do banco: CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Valor (R\$): 50,00
Identificação da operação: ART RCEMRF RADIO TROPICAL

Data de débito: 04/09/2013
Data/hora da operação: 04/09/2013 16:34:51

Código da operação: 00247307
Chave de segurança: WX9S473L5K3AW46Z

Operação realizada com sucesso conforme as informações fornecidas pelo cliente.

SAC CAIXA: 0800 726 0101
Pessoas com deficiência auditiva: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
Help Desk CAIXA: 0800 726 0104





CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do
Paraná
Anotação de Responsabilidade Técnica Lei Fed 6496/77
Valorize sua Profissão: Mantenha os Projetos na Obra
3ª VIA - LOCAL DA OBRA



ART Nº 20133526021

Obra ou Serviço Técnico
ART Principal



Esta ART somente terá validade se for apresentada em conjunto com o comprovante de quitação bancária.

Profissional Contratado: JOAO RICARDO SILVERIO GRILLO (CPF:138.227.638-96)

Título Formação Prof.: ENGENHEIRO ELETRICISTA.

Empresa contratada: JOAO R. S. GRILLO

Contratante: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL 03 DE NOVEMBRO

Endereço: AVENIDA PRESIDENTE EPITÁCIO 570 CENTRO

CEP: 85940000 QUATRO PONTES PR Fone:

Local da Obra: AVENIDA PRESIDENTE EPITÁCIO 570

CENTRO - QUATRO PONTES PR

Nº Carteira: SP-506 1043601/D

Nº Visto Crea: 91217

Nº Registro: 50623

CPF/CNPJ: 02.852.367/0001-69

Tipo de Contrato 4 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Ativ. Técnica 6 VISTORIAS, PERÍCIAS, AVALIAÇÕES, ARBITRAMENTOS, LAUDOS
Área de Comp. 2304 SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÕES
Tipo Obra/Serv 163 LAUDOS, AVALIAÇÕES, VISTORIAS E PERÍCIAS
Serviços 059 LAUDOS TÉCNICOS
contratados

Quadra: Lote:
CEP: 85940000 Dimensão 1 EST

Dados Compl. 0

Guia N
ART Nº
20133526021

Data Início 05/09/2013

Data Conclusão

Vlr Taxa R\$ 50,00 Entidade de Classe 401

Base de cálculo: TABELA TAXA MÍNIMA

Outras informações sobre a natureza dos serviços contratados, dimensões, ARTs vinculadas, ARTs substituídas, contratantes, etc

EMISSION DE RELATÓRIO DE CONFORMIDADE DE CAMPO EM DE RF POR MÉTODO DE CÁLCULO

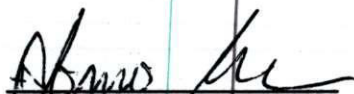
PERTINENTE A ESTAÇÃO ANOTADA EM CUMPRIMENTO AO ART. 13 - LEI 11.934 - 05/05/2009. ESTAÇÃO Nº

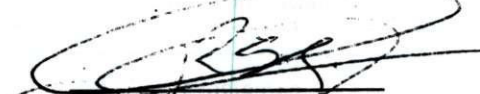
665691670.

Insp.: 4410

04/09/2013

CreaWeb 1.08


Assinatura do Contratante


Assinatura do Profissional

3ª VIA - LOCAL DA OBRA Deve permanecer no local da obra / serviço, à disposição das equipes de fiscalização do CREA-PR.

Central de Informações do CREA-PR 0800 410067

A autenticação deste documento poderá ser consultada através do site www.crea-pr.org.br

Autenticação Mecânica

ANEXO 13

LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA – RENOVAÇÃO DE OUTORGA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – Departamento de Outorga de Serviços de
Comunicação Eletrônica
Rádio Comunitária

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

DENOMINAÇÃO SOCIAL

A	S	S	O	C	I	A	Ç	Ã	O	C	O	M	U	N	I	T	Á	R	I	A	C	U	L	T	U	R	A	L	0	3
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

DENOMINAÇÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

D	E	N	O	V	E	M	B	R	O											0	2	8	5	2	3	6	7	0	0	0	1	6	9
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

CNPJ

DENOMINAÇÃO DE FANTASIA

R	Á	D	I	O	T	R	O	P	I	C	A	L	F	M																			
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Decreto Legislativo nº

760 de 2003 - Publicada no D.O.U de 17/10/2003

1. LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

LOGRADOURO

A	V	E	N	I	D	A	P	R	E	S	I	D	E	N	T	E	E	P	I	T	A	C	I	O	5	7	0						
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	--	--	--	--	--	--

BAIRRO

C	E	N	T	R	O															Q	U	A	T	R	O	P	O	N	T	E	S		
---	---	---	---	---	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	--	--

CIDADE

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

										P	R	2	4	°	3	4	'	1	9	"	S	5	3	°	5	8	'	3	3	"	W
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

- A sede da entidade encontra-se a menos de 1km do sistema irradiante?

NÃO ☐SIM ☒

2. LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE

LOGRADOURO

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

BAIRRO

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

CIDADE

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

- São as mesmas coordeandas que constam na última licença expedida?

NÃO ☐SIM ☒

- É o mesmo endereço que consta na última licença expedida?

NÃO ☐SIM ☒

3. LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO (Caso o estúdio não se encontre no local do sistema irradiante especifique como será feita a ligação entre o estúdio e o sistema irradiante no campo 8. "Outras informações de interesse")

João Ricardo S. Grillo
Eng.º Eletricista
CREA SP 5061511601/D

LOGRADOURO
 A V E N I D A P R E S I D E N T E E P I T A C I O 5 7 0
 BAIRRO CIDADE
 C E N T R O Q U A T R O P O N T E S
 CIDADE (CONTINUAÇÃO) UF COORDENADAS GEOGRÁFICAS
 P R 2 4 ° 3 4 ' 1 9 " S 5 3 ° 5 8 ' 3 3 " W

4. TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE
 MODELO POTÊNCIA DE FABRICA Nº HOMOLOGAÇÃO
 Watts
 POTÊNCIA DE OPERAÇÃO POTÊNCIA MEDIDA
 Watts Watts
 FREQUENCIA DE OPERAÇÃO FREQUENCIA MEDIDA
 MHz MHz

5. TRANSMISSOR AUXILIAR (se houver)

FABRICANTE
 MODELO POTÊNCIA DE FABRICA Nº HOMOLOGAÇÃO
 Watts
 POTÊNCIA DE OPERAÇÃO POTÊNCIA MEDIDA
 Watts Watts
 FREQUENCIA DE OPERAÇÃO FREQUENCIA MEDIDA
 MHz MHz

- Os dados dos transmissores são os mesmos dados que constam na última Licença expedida?

NÃO ☐ SIM ☒

6. SISTEMA IRRADIANTE - ANTENA/TORRE

FABRICANTE DA ANTENA MODELO
 GANHO max (Gt) ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO ALTURA DA TORRE ALTITUDE DO LOCAL
 , m , m , m

- Os dados do sistema irradiante são os mesmo que constam na ultima licença expedida?

NÃO ☐ SIM ☒

7 - LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE MODELO
 COMPRIMENTO(L) ATENUAÇÃO EM 100 m (AL) PERDAS NA LINHA (PL) EFICIÊNCIA DA LINHA (η)
 M , dB , dB ,

$$\text{Perdas na linha (PL)} = \frac{L \cdot AL}{100}$$

$$\text{Eficiência da linha (η)} = 10^{-\frac{(PL)}{10}}$$

João Ricardo S. Grillo
 Eng. Eletricista
 CREA SP 5061511601/D

8 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

Não existem informações relevantes a serem declaradas.

9- INSTRUMENTOS EMPREGADOS NA VISTORIA:

Foram feitas apenas vistorias visuais nas instalações do sistema.

10 - DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA

NOME COMPLETO

J O Ã O R I C A R D O S I L V É R I O G R I L L O

REG. CREA

ENDEREÇO

5 0 6 1 5 1 1 6 0 1 / D R U A P I A U I 3 9 9 S A L A

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

BAIRRO

4 0 3 C E N T R O

CIDADE

UF

L O N D R I N A P R

CEP

TELEFONE

FAX

8 6 0 1 0 - 4 2 0 4 3 - 3 0 2 4 3 1 7 7

E-MAIL

J O A O . G R I L L O @ O N E E N G E N H A R I A . C O M . B R

LOCAL

DATA

L O N D R I N A - P R 2 3 / 0 9 / 2 0 1 3

ASSINATURA





CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do
Paraná
Anotação de Responsabilidade Técnica Lei Fed 6496/77
Valorize sua Profissão: Mantenha os Projetos na Obra
2ª VIA - ÓRGÃOS PÚBLICOS



ART Nº 20133821694

Obra ou Serviço Técnico
ART Principal

Ministério das Comunicações
Fis. 48
Rubrica

Esta ART somente terá validade se for apresentada em conjunto com o comprovante de quitação bancária.

Profissional Contratado: JOAO RICARDO SILVERIO GRILLO (CPF:138.227.638-96)

Nº Carteira: SP-5061511601/D

Título Formação Prof.: ENGENHEIRO ELETRICISTA.

Nº Visto Crea: 91217

Empresa contratada: JOAO R. S. GRILLO

Nº Registro: 50623

Contratante: ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA CULTURAL 03 DE NOVEMBRO

CPF/CNPJ: 02.852.367/0001-69

Endereço: AVENIDA PRESIDENTE EPITÁCIO 570 CENTRO

CEP: 85940000 QUATRO PONTES PR Fone:

Local da Obra: AVENIDA PRESIDENTE EPITÁCIO 570

CENTRO - QUATRO PONTES PR

Quadra:

Lote:

CEP: 85940000

Tipo de Contrato 4 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Dimensão

1 EST

Ativ. Técnica 6 VISTORIAS, PERÍCIAS, AVALIAÇÕES, ARBITRAMENTOS, LAUDOS

Área de Comp. 2304 SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÕES

Tipo Obra/Serv 163 LAUDOS, AVALIAÇÕES, VISTORIAS E PERÍCIAS

Serviços 059 LAUDOS TÉCNICOS

contratados

Dados Compl.

0

Guia N

ART Nº

20133821694

Data Início

24/09/2013

Data Conclusão

25/09/2013

Vlr Taxa

R\$ 50,00

Entidade de Classe

401

Base de cálculo: TABELA TAXA MÍNIMA

Outras informações sobre a natureza dos serviços contratados, dimensões, ARTs vinculadas, ARTs substituídas, contratantes, etc

LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA PARA RENOVAÇÃO DE OUTORGA NO SERVIÇO DE RÁDIOEMISSÃO
COMUNITÁRIA - RADCOM.

Insp.: 4410

24/09/2013

CreaWeb 1.08

Assinatura do Contratante

Assinatura do Profissional

2ª VIA - ÓRGÃOS PÚBLICOS Destina-se à apresentação nos órgãos de administração pública, cartórios e outros.

Central de Informações do CREA-PR 0800 410067

A autenticação deste documento poderá ser consultada através do site www.crea-pr.org.br

A Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) foi instituída pela Lei Federal 6496/77, e sua aplicação está regulamentada pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) através da Resolução 1025/09.

Autenticação Mecânica

**Itaú Empresas****30
horas****Banco Itaú - Comprovante de Pagamento
Títulos Outros Bancos****Dados da conta debitada:**Nome: **JOAO R. S. GRILLO**Agência: **1686** Conta: **28517-0****Dados do pagamento:**Código de barras: **10490.81290 43010.200244 01338.216946 3 58410000005000**Valor do documento: **R\$ 50,00**Valor de juros/multa: **R\$ 0,00**Valor de
desconto/abatimento: **R\$ 0,00**Data do vencimento: **04/10/2013****Operação efetuada em 24/09/2013 às 13:01:55 via bankline, CTRL 539407397.**

Autorizado débito de diferenças relativas a informações inexatas.

Autenticação:

7B20C01774EFF45630E3A9785522E96C9794B3D6

Dúvidas, sugestões e reclamações, se necessário, utilize o SAC Itaú 0800 728 0728, todos os dias, 24h, ou o Fale Conosco (www.itaui.com.br). Se desejar a reavaliação da solução apresentada após utilizar esses canais, recorra à Ouvidoria Corporativa Itaú 0800 570 0011, dias úteis, das 9 às 18h, Caixa Postal nº 67.600, CEP 03162-971. Deficientes auditivos ou de fala 0800 722 1722, disponível 24hs todos os dias.

Ministério das Comunicações - COE
Fls. 49
Rubrica



PR
NICAÇÕES

co R



de radiodifusão comunitária

& ENGENHARIA

: 86010-420 – Londrina –PR

v.oneengenharia.com.br



RA 74926047 8 BR



PARA

MINISTÉRIO DAS COMU


**Esplanada dos Ministérios - Blo
CEP: 70044-900 – Brasília-DF**

REF.: Renovação de outorga de serviço

ONE REGULATÓRI

Rua Piauí, 399 – Sala 403 – CE



43 3024.3177 |  [www](#)



TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

São Paulo, 21 de agosto de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Arcos de Souza, Agente Administrativo**, em 21/08/2014, às 14:29, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0097458** e o código CRC **13651D56**.

NOTA TÉCNICA Nº 10371/2014/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.057858/2013-35**

Processo de Outorga nº: 53740.000137/1999

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL 03 DE NOVEMBRO**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Quatro Pontes/PR**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo:

I. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

II. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea "e", da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

III. CPF de todos os dirigentes.

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 25/09/2014, às 17:40, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1217060



Documento assinado eletronicamente por **Donizetti Jose dos Santos, Engenheiro de Operacoes**, em 01/10/2014, às 08:24, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0135257** e o código CRC **91BB64A5**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina - CEP: 05311-900 -
São Paulo-SP.
Fone: (11) 3101-0123

Ofício nº 11277/2014/SEI-MC

São Paulo, 15 de setembro de 2014

Ao Senhor

AFONSO FRANCENER

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL 03 DE NOVEMBRO

Av. Presidente Epitácio, nº 570 - Centro

85940-000 / Quatro Pontes - PR

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.057858/2013-35.**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminhamos cópia da **Nota Técnica nº 10371/2014/SEI-MC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 25/09/2014, às 17:41, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1217060



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0136742** e o código CRC **5332E560**.

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

ASS. COM. CULT. 03 DE NOVEMBRO

ENDEREÇO / ADRESSE

AV. PRESIDENTE ERITÁCIO, 570, CENTRO

CEP / CODE POSTAL

CIDADE / LOCALITÉ

UF

PAIS / PAYS

85940-000

QUATRO PONTES

PR

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

OF 11277/2014

DOC 53000.057858/2013-35

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURO / VALEUR DÉCLARÉ

SIGNATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Afonso

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

AFONSO FRANCENIR

DATA DE RECEBIMENTO /
DATE DE LIVRAISON

13/10/14

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

13 OUT. 2014

PR

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

ANTONIO CARLOS BRAGA
MAT 8595500-7

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

0203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



AVISO DE RECEBIMENTO

AR

JH 32643365 6 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

08 OCT 2014

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

[illegible]

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

NO ESTADO DE SÃO PAULO

RUA MERGENTHALER 592 - BLOCO 1 - MEZANINO - VILA LEOPOLDINA

FONES (11) 3101-0123 - FAX (11) 3101-8680

CIDADE / LOCALIDADE: CEP: 05.311-900 - SÃO PAULO-SP

UF

BRASIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL 03 DE NOVENBRO

Avenida Presidente Epitácio Nº 570, CEP 85940-000

Quatro Pontes- PR – CNPJ 02852367/0001-69

53900 028046/2014-10
11/11/14
0231000

Ao ministério das Comunicações

Envio de Documentos, conforme solicitado, relativos ao Processo de Renovação de Outorga Nº53000.057858/2013-35, da Radio Comunitária do Município de Quatro Pontes, Paraná.

Documentos enviados:

- 1 – Ata de Eleição da Diretoria em Exercício devidamente Registrada no Registro Civil de pessoa Jurídica.
- 2 – Prova de que os Diretores são brasileiros natos : "Cópia do RG dos Diretores".
- 3 – Cópia do CPF dos Diretores.

Quatro Pontes, 07 de novembro de 2014.

Ministério das Comunicações

Delegacia Regional de São Paulo

Jhony Sott

JHONY SOTT

Presidente

Aos 28 dias do mês de novembro de 2013, às 19 horas reuniram-se em Assembleia Geral, na sala anexo á Radio Tropical Fm, para eleições da diretoria da Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro, com CNPJ número 02.852.367/0001-69, mantenedora da Rádio Comunitária do município de Quatro Pontes -PR, com objetivo de eleger a nova diretoria e os membros do Conselho Comunitário, conforme seus estatutos. Apenas uma chapa de diretoria foi apresentada e foi eleita por unanimidade dos presentes, sendo assim composta: Diretor Presidente, Jhony Sott - RG número 8.508.854-8 - CPF número: 059.345.809-57, residente na Rua Cruz Alta número 40 - Centro. Diretor Administrativo - Ranielli Dayane Anschau, RG número 10.024.202-8 - CPF número 058.623.039-44 residente na Rua José Ricardo Stenzel- 897. Diretor Operacional, Diego Francener, RG número 8764.306-9, CPF número 039.217.029-92, residente na Rua Santa Rosa, centro. Secretário Afonso Francener RG número 1.937.165-04 CPF número 407.877.379-68, residente na Rua Santa Rosa, centro. Na sequência foram eleitos também os membros apresentados pela Assembleia para compor o Conselho Comunitário da Rádio Comunitária Tropical Fm: Pedro Valdemar Becker RG número 101.107.020-6 e CPF número 309.244.800-68, residente na rua Primeiro de Maio, 307; Ivete Isabel Kruger, RG número 3.285.824-4, CPF número 466.973.739-20, residente na Rua Primeiro de Maio, centro, representando o Clube de Idosos do município. Solange Goet Poersch RG número 5.275.234-00 e CPF número 886.284.699-15, residente na Rua Pelotas, 936. Luiz Antonio Haverroth CPF número 297.787.359-72. RG número 1.801.320-7, endereço Rua Uruguaiana 415 fone 3279-15-45; Silvério Lermen, CPF número 371.021.059-53, RG número 9.543.920-0, endereço Rua Nelson Minks, 855, fone 3279-12-06, representando Associação de moradores da Linha Guaçu. Em tempo, Pedro Valdemar Becker, representa Comunidade Católica do município de Quatro Pontes; Solange Goetz Poersch, Clube de Mães e Luiz Antônio Haverroth, Núcleo do Sindicato Rural de Quatro Pontes. Os membros tem função de avaliar, discutir e aprovar a grade de programação bem como acompanhar toda programação da Rádio Comunitária no período de três anos, reunindo-se periodicamente. Na sequência tomaram posse a nova diretoria da Associação Comunitária que deu posse os novos conselheiros.

Nada mais para tratar o presidente deu por encerrada a presente Ata que vai assinada por mim e pelos eleitos e demais presentes.

-Ranielli Dayane Anschau

- Jhony Sott

-Diego Francener

-Afonso Francener

RANIELLY DAYANE ANSCHAU

Tesoureira

Ranielli Anschau

JHONY SOTT

Presidente

Jhony Sott

**SERVIÇO DE REGISTRO DE
PESSOAS JURÍDICAS**
LINCON IURKIV GOMES
Oficial Registrador
CATARINA IURKIV GOMES
Escrevente
Marechal Cândido Rondon - Paraná

Cartório de Registro Civil
Registro Civil de Pessoas Jurídicas e
Pessoa Jurídica
CARTÓRIO LEVI
CARTÓRIO LEVI
Selo nº TdFQs.3iJYI.UCY0U, Controle:
0CtWb.95TF
Consulte esse selo em <http://funarpen.com.br>
PROTOCOLO Nº 0052331
REGISTRADO Nº 0006059
LIVRO A-051
Marechal Cândido Rondon (PR), 05 de
novembro de 2014

Lincon Iurkiv Gomes

**SERVIÇO DE REGISTRO DE
PESSOAS JURÍDICAS**
LINCON IURKIV GOMES
Oficial Registrador
CATARINA IURKIV GOMES
Escrevente
Marechal Cândido Rondon - Paraná



SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES
AV. PRESIDENTE ERITACIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
Cearca Mal. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Telef.: (45) 3279-1878

Reconheço por VERDADEIRA a(s) firma(s) de:

[JRDWqp1]-RAHIELLI DAYANE ANSCHAU
[JRDWrc1]-JHONY SOTT

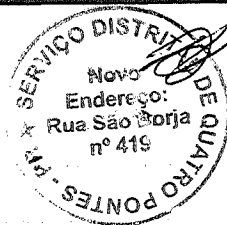
MARCIA GENOVEI KLAUCK - ESC. JURAMENTADA

Quatro Pontes, 04/11/2014 às 10:34:46

Tabellão: Martin Souto Jentzsch

SELO DIGITAL: NeDro . 9pNvb . aAROV . uh5g3 . Pw0D





RANIELLI ANSCHAU: *Ranielli Anschau*
PAULO KRUGER: *Paulo Krüger*
SUELI KUHN:

Cartório de Registro Civil
Registro Civil de Pessoas Jurídicas e
Pessoa Jurídica
CARTÓRIO LEVI
PROTOCOLO Nº 0050051
REGISTRADO Nº 0005432
LIVRO A-045
Marechal Cândido Rondon (PR), 02 de
agosto de 2013

Lincon Iurkiv Gomes
Oficial Registrador

**SERVIÇO DE REGISTRO DE
PESSOAS JURÍDICAS**
LINCON IURKIV GOMES
Oficial Registrador
CATARINA IURKIV GOMES
Escriturante
Marechal Cândido Rondon - Paraná

Aos 28 dias do mês de novembro de 2013, às
19 horas reuniram-se em Assemb. *Ordem do Dia* na
Sala Anexa à Rádio Tropical FM, por
da diretoria da Associação Comunitária
tural 03 de novembro, com CNPJ Nº 02.952.
367/0001-69, mantenedora da Rádio Comunitá-
ria do município de Quatro Pontes - PR, com
objetivo de Eleger a nova diretoria e os membros
do Conselho Comunitário, conforme seus Esta-
tutos. Apenas uma chapa de diretoria foi apre-
sentada e foi Eleita por unanimidade dos prese-
tes, sendo assim composta: Diretor Presidente
Shony Sott - RG nº 8.508.854-8 - CPF nº 059.

CERTIFICO que o selo de
Autenticidade foi afixado na
última folha do documento
entregue a parte.

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES
AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
Comarca: Mal. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Telef.: (45) 3279-1878

AUTENTICAÇÃO

DE ACORDO COM O ART. 7º, V DA LEI Nº 8.935 DE 18/11/1994, A
PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO
DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.

MARCIA GENOVEI KLAUCK - ESC. JURAMENTADA
Quatro Pontes, 07 de Novembro de 2014
Tabelião: Martin Souto Jentzsch

345.809-54, residente na Rua
nº 460 - Centro; Diretor Administrativo
RANIELLI DAYANE ANSCHAU - RG
202-8 - CPF nº 058.623.039-44 residente na
Rua José Ricardo Stenzel-897. Diretor Operacional -
Diego FRANCENER - RG nº 8.764.306-9 - CPF.039.217.029-92, Residente na Rua
Santa Rosa-SNº Centro. Secretário - AFONSO
Francener - RG Nº 1.937.165-04 - CPF 407.877.
379-68, Residente na Rua Sta Rosa - Centro.
Na sequência foram eleitos também os
membros apresentados pela Assembleia para
compor o CONSELHO COMUNITÁRIO da Ra-
dio Comunitária TROPICAL FM: PEDRO VAL-
DEMAR BECKER RG nº 104.107.020-6 e CPF
nº 309.244.800-68, residente na Rua 1º de
Maio, 307; IULIA ISABEL KÜGER - RG Nº
3.285.824-4 - CPF nº 466.973.739-20, Resi-
dente na Rua 1º de maio Centro, represen-
tando Clube de idosos do município. Solange
GOETZ POERSCH - RG nº 5.725.234-00 e CPF
nº 886.284.699-15, Residente na Rua Pelotas
nº 936; LUIZ ANTÔNIO HAUEARTH - CPF.
(299) dig: 297.787.359-72 - RG 1.801.320-7
End. Rua URUGUAIANA 415 Fone 3279-1545;
SILVÉRIO LERMEN - CPF 371.021.059-53, RG-
9.543.920-0, End: Rua Nelson MINKS 855
Fone 3279-1206, Representando Associação de
moradores da Linha Guacui, EM TEMPO: Pedro
Valdemar Becker representa Comunidade Cato-
lica do município de Quatro Pontes; Solange
Goets Poersch - Clube de mães e Luiz An-
tônio Haueroth NÚCLEO do Sindicato Rural
de Quatro Pontes. Os membros tem a função

**CERTIFICO que o selo de
Autenticidade foi afixado na
última folha de documento
entregue à parte.**

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES
AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
Comarca Mal. G. Rondon - PR - 85.940-000 - Telef.: (45) 3279-1878

AUTENTICAÇÃO

DE ACORDO COM O ART 7º, V DA LEI Nº 8.935 DE 18/11/1994, A
PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO
DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.

MARCIA GENOVEI KLAUCK - ESC. JURAMENTADA
Quatro Pontes, 07 de Novembro de 2014
Tabellião: Martin Souto Jentzsch

de avaliar, discutir e aprovar a programação bem como acompanhar toda programação da Rádio Comunitária ao período de três anos, reunindo-se periodicamente. Na sequência tomaram posse a nova diretoria da Associação Comunitária que deu posse aos novos conselheiros.

- RANIELLI DAYANE ANSCHAU, Ranielli Anschau
- JHONY SOTT, Jhony Sott
- DIEGO FRANCENER, Diego Francener
- AFONSO FRANCER, Afonso Francer

Nada mais para tratar o Presidente deu por encerrada a presente Ata que vai assinada por mim e pelos eleitos e demais presentes.
Afonso Francer

Cartório de Registro Civil
Registro Civil de Pessoas Jurídicas e
Pessoa Jurídica
CARTÓRIO LEVI
CARTÓRIO LEVI
Selo nº TdFQs.31JYI.UCY0U, Controle:
0CtWb.95TF
Consulte esse selo em <http://funarpen.com.br>
PROTOCOLO Nº 0052331
REGISTRADO Nº 0006059
LIVRO A-051
Marechal Cândido Rondon (PR), 05 de
novembro de 2014

Lincon Iurkiv Gomes

SERVIÇO DE REGISTRO DE
PESSOAS JURÍDICAS
LINCON IURKIV GOMES
Oficial Registrador
CATARINA IURKIV GOMES
Escrevente
Marechal Cândido Rondon - Paraná



SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES
AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
Comarca Mal. G. Rondon - PR - 85.940-000 - Telef. (45) 3279-1876

AUTENTICAÇÃO
DE ACORDO COM O ART. 7º, V DA LEI Nº 8.935 DE 18/11/1994, A
PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO
DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.

MARCIA GENOVEI KLAUCK - ESC. JURAMENTADA
Quatro Pontes, 07 de Novembro de 2014
Tabellão: Martin Souto Jentzsch

FBZ21570

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 8.764.306-9 DATA DE EXPEDIÇÃO 17/06/1999

NOME **DIEGO FRANCENER**

FILIAÇÃO **AFONSO FRANCENER
EULETE INES FRANCENER**

NATURALIDADE **MAL. CAND. RONDON/PR** DATA DE NASCIMENTO **14/11/1983**

DOC ORIGEM **COMARCA-MAL CDD. RONDON/PR, QUATRO PONTES**

C.NASC 882, LIVRO-83, FOLHA-915

CPF **039.217.029-92**

CURITIBA - PR

ASSINATURA DO TITULAR *Diego*

ASSINATURA DO DIRETOR *[Assinatura]*

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES

Novo Endereço: *[Assinatura]*

ASSINATURA DO NASCIMENTO FILHO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR *Diego Francener*

CARTEIRA DE IDENTIDADE

CALCOTRADA DANUBIO

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES
AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
Comarca Mal. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Telef.: (45) 3279-1878

AUTENTICAÇÃO
DE ACORDO COM O ART 7º, V DA LEI Nº 8.935 DE 18/11/1994, A
PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO
DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.

CAROLINA DE P. JENTZSCH - ESC. JURAMENTADA
Quatro Pontes, 03 de Novembro de 2014
Tabellão: Martin Souto Jentzsch.

FB221614

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

039.217.029-92

DIEGO FRANCENER

14/11/1983

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES

Novo Endereço: *[Assinatura]*

ASSINATURA DO NASCIMENTO FILHO

Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

AGO/2000

CORREIOS
www.correios.com.br

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES
AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
Comarca Mal. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Telef.: (45) 3279-1878

AUTENTICAÇÃO
DE ACORDO COM O ART 7º, V DA LEI Nº 8.935 DE 18/11/1994, A
PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO
DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.

CAROLINA DE P. JENTZSCH - ESC. JURAMENTADA
Quatro Pontes, 03 de Novembro de 2014
Tabellão: Martin Souto Jentzsch.

FB221615

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 8.508.854-8

POLEGAR DIREITO

Novo Endereço:
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: **8.508.854-8** DATA DE EXPEDIÇÃO: 29/06/2009

NOME: **JHONY SOTT**

FILIAÇÃO: PAULO SOTT
DALVA SOTT

NATURALIDADE: CIANORTE/PR DATA DE NASCIMENTO: 21/10/1987

DOC. ORIGEM: COMARCA=MAL CDO RONDON/PR, QUATRO PONTES
C.NASC=1230, LIVRO=4A, FOLHA=45

CPF: 059.345.809-57

CURITIBA/PR

ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

É PROIBIDO PLASTIFICAR

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES
AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
Comarca Mal. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Telef.: (45) 3279-1878

AUTENTICAÇÃO
DE ACORDO COM O ART 7º V DA LEI Nº 8.935 DE 18/11/1994, A
PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MM E É REPRODUÇÃO
DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.

CAROLINA DE P. JENTZSCH - ESC. JURAMENTADA
Quatro Pontes, 03 de Novembro de 2014
Tabellão: Martin Souto Jentzsch

FB221613

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 10.024.202-8 DATA DE EXPEDIÇÃO 22/03/2004

NOME RANIELLI DAYANE ANSCHAU

FILIAÇÃO FABIO MOACIR ANSCHAU
DENIZE OLGA GRENZEL ANSCHAU

NATURALIDADE MAL.CAND.RONDON/PR DATA DE NASCIMENTO 15/03/1993

DOC ORIGEM COMARCA=MAL CDO RONDON/PR, QUATRO PONTES

C.NASC 1637, LIVRO=5A, FOLHA=47

CPF 058.623.039-44 CURITIBA-PR

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.118 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

FOTOGRAFIA

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES

AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
Comarca Mal. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Telef: (45) 3279-1878

AUTENTICAÇÃO

DE ACORDO COM O ART. 7.º DA LEI Nº 8.935 DE 18/11/1994, A
PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO
DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.

CAROLINA DE P. JENTZSCH - ESC. JURAMENTADA
Quatro Pontes, 03 de Novembro de 2014
Tabellião: Martin Souto Jentzsch

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 1.937.165-4



POLEGAR DIREITO



Novo
Endereço:
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REGISTRO GERAL: 1.937.165-4

DATA DE EXPEDIÇÃO: 18/03/2008

NOME: AFONSO FRANCENER

FILIAÇÃO: ZACARIAS FRANCENER

MARIA DECKER FRANCENER

NATURALIDADE: JOAÇABA/SC

DATA DE NASCIMENTO: 16/04/1953

DOC. ORIGEM: COMARCA=MAL CDO RONDON/PR, QUATRO PONTES
C.CAS=220, LIVRO=2B, FOLHA=234

CPF: 407.877.379-68

CURITIBA/PR

Esta carteira contém dados pessoais e profissionais de caráter reservado. É vedada a divulgação, a qualquer título, de seus dados, sob pena de multa de até 100 (cem) dias de prisão e de multa de até 100 (cem) vezes o valor do salário-mínimo. É proibido plastificar.

É PROIBIDO PLASTIFICAR

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Cartografia Bancária

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES

AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
Comarca Mal. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Telef.: (45) 3279-1878

AUTENTICAÇÃO

DE ACORDO COM O ART 7º V DA LEI Nº 8.935 DE 18/11/1994, A
PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO
DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.CAROLINA DE P. JENTZSCH - ESC. JURAMENTADA
Quatro Pontes, 03 de Novembro de 2014

Tabelião: Martin Souto Jentzsch

FB221612

TABELÃO DE NOTAS

TABELÃO DE NOTAS

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Delegacia Regional do Estado de São Paulo

NOTA TÉCNICA Nº 10371/2014/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.057858/2013-35**

Processo de Outorga nº: **53740.000137/1999**

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL 03 DE NOVEMBRO**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Quatro Pontes/PR**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo:

I. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

II. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea "e", da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

III. CPF de todos os dirigentes.

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 25/09/2014, às 17:40, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.
Nº de Série do Certificado: 1217060



Documento assinado eletronicamente por **Donizetti Jose dos Santos, Engenheiro de Operações**, em 01/10/2014, às 08:24, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.

Rec. da 13-10-14

A. R.

MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional de São Paulo

Rua MERGENTHALER, 592, BLOCO 1, MEZANINO (ECT)

VILA LEOPOLDINA

CEP: 05311-900

SÃO PAULO -SP



(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

Associação comunitária Cultural 03 de Novembro
Av. Presidente Epitácio, 570
CEP, 85940-000 / QUARO PONTES -PR



Justiça Eleitoral
Tribunal Superior Eleitoral
Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res.-TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ REGULARMENTE FILIADO.**

Nome do Eleitor: JHONY SOTT

Inscrição: 085442570671

Dados da Ocorrências de Filiação Partidária

Partido	UF	Município	Data de Filiação
1 PSD	PR	QUATRO PONTES	05/10/2011

Certidão emitida às 14:37:09 de 05/03/2015

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: **<http://www.tse.gov.br>**, por meio do código de autenticação: **UHIH.PSXF.+HQG.YSIH**



JUSTIÇA ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **JHONY SOTT (Título Eleitoral: 085442570671)** é **2º TESOUREIRO (exercício 09/09/2011 a Indeterminado)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **PSD - 55 PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO**
Órgão Partidário: **Comissão Provisória**
Abrangência: **MUNICIPAL - QUATRO PONTES/PR**
Vigência: **Início: 09/09/2011 Final: Indeterminada**
Código: **NJ3Y.NL\$P.WVMY.FJGE.**
Certidão emitida às: **05/03/2015 14:23:06**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



Justiça Eleitoral
Tribunal Superior Eleitoral
Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res.-TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ REGULARMENTE FILIADO.**

Nome do Eleitor: DIEGO FRANCENER

Inscrição: 077123580612

Dados da Ocorrências de Filiação Partidária

Partido	UF	Município	Data de Filiação
1 PSD	PR	QUATRO PONTES	07/10/2011

Certidão emitida às 14:19:15 de 05/03/2015

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: **<http://www.tse.gov.br>**, por meio do código de autenticação: **XYOZ.PN0/.JHKQ.LXNJ**



JUSTIÇA ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **DIEGO FRANCENER (Título Eleitoral: 077123580612) é 1º TESOUREIRO (exercício 09/09/2011 a Indeterminado)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **PSD - 55 PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO**
Órgão Partidário: **Comissão Provisória**
Abrangência: **MUNICIPAL - QUATRO PONTES/PR**
Vigência: **Início: 09/09/2011 Final: Indeterminada**
Código: **5IJQ.5IQZ.XWIA.F9IV.**
Certidão emitida às: **05/03/2015 14:22:35**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



Justiça Eleitoral
Tribunal Superior Eleitoral
Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res.-TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ REGULARMENTE FILIADO.**

Nome do Eleitor: AFONSO FRANCENER

Inscrição: 026949880612

Dados da Ocorrências de Filiação Partidária

Partido	UF	Município	Data de Filiação
1 PSD	PR	QUATRO PONTES	07/10/2011

Certidão emitida às 15:01:38 de 05/03/2015

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: **<http://www.tse.gov.br>**, por meio do código de autenticação: **WNJY.HRWI.BEMW.KNNY**



JUSTIÇA ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **AFONSO FRANCENER (Título Eleitoral: 026949880612)** é **PRESIDENTE (exercício 09/09/2011 a Indeterminado)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **PSD - 55 PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO**
Órgão Partidário: **Comissão Provisória**
Abrangência: **MUNICIPAL - QUATRO PONTES/PR**
Vigência: **Início: 09/09/2011 Final: Indeterminada**
Código: **L#V4.V#UV.US#N.D1QF.**
Certidão emitida às: **05/03/2015 14:21:23**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Estado de São Paulo

NOTA TÉCNICA Nº 4590/2015/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.057858/2013-35**

Processo de Outorga nº: 53740.000137/1999

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Comunitária Cultural 3 de Novembro**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Quatro Pontes/PR**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, diante da documentação encaminhada em resposta ao Ofício nº 11277/2014/SEI-MC, observou-se a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo:

I. Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constata-se a necessidade de adequação da atual redação aos preceitos das alíneas "e", "h" e "i" do **item 8.2** da Norma nº 1/2011, conforme detalhado a seguir:

i) O estatuto deve informar **o tempo de duração** da entidade, conforme determina a alínea "e";

ii) Considerar, no artigo terceiro, parágrafo quarto do estatuto, a limitação determinada pela alínea "h.3" de que ao mandato dos membros da diretoria será admitida **uma única recondução**, do modo a se afastar eventual óbice ao caráter comunitário da entidade;

iii) O estatuto deve ser adequado de forma a indicar corretamente o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos da entidade, informando os cargos que compõem a diretoria e **suas respectivas atribuições**, conforme a subalínea "h.1", já que o estatuto não estabelece as atribuições para os cargos de Diretor Vice-

iv) Adequar a redação do estatuto às disposições do **art. 59 do Código Civil**, observando-se os requisitos do dispositivo para destituição de dirigentes, em atenção à alínea "i", bem como ao item 8.3, alínea "h", da Norma nº 1/2011;

A seguir a transcrição do item 8.2 da Norma nº 1/2011 e suas alíneas acima mencionadas:

8.2. O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:

(...)

e) conter a denominação, os fins e o tempo de duração da entidade e, ainda, quando houver, o fundo social;

(...)

h) indicar o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos da entidade, estabelecendo:

h.1) os cargos que compõem a estrutura deliberativa e administrativa, bem como as suas respectivas atribuições;

(...)

h.3) o tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de 4 (quatro) anos, sendo admitida uma recondução;

i) indicar as condições para a alteração das disposições estatutárias, observadas as disposições contidas nos arts. 59 e 67 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil;

II. O Estatuto Social deverá ainda observar os dispositivos referentes às alíneas "a", "b", "c", "d", "f" e "g" do **item 8.3** da Norma nº 1/2011, conforme segue:

i) A redação deve estabelecer os critérios de exclusão dos associados, conforme determina a alínea "a";

ii) O artigo Décimo quarto do estatuto deve ser adequado à alínea "b" de modo a assegurar o ingresso gratuito, como associado, de **todo e qualquer cidadão** domiciliado na área de execução do serviço;

iii) Quanto aos *sócios pessoas físicas* da entidade, deverão constar do estatuto disposições que lhes garantam todos os direitos descritos na alínea "c";

iv) Quanto às *pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária*, deverão constar do estatuto disposições que lhes assegurem todos os direitos descritos na alínea "d";

v) Deve constar da redação do estatuto as especificações das fontes de recursos para a manutenção da entidade, conforme a alínea "f";

vi) O estatuto deverá conter a disposição estabelecida pela alínea "g", de que *não haverá a distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados*.

A seguir a transcrição do item 8.3 da Norma nº 1/2011 e suas alíneas acima mencionadas:

8.3. Os Estatutos Sociais das entidades comunitárias deverão ainda conter disposições que:

a) estabeleçam os critérios para ingresso e exclusão dos associados;

b) assegurem o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço;

c) assegurem a todos os seus associados, pessoas físicas, em dia com as suas obrigações estatutárias, o direito de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;

d) assegurem o ingresso gratuito, como associadas, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;

(...)

f) especifiquem as fontes de recursos para manutenção da entidade;

g) determinem que não haverá a distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados;

III. As alterações estatutárias promovidas devem ser devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja, no Registro de Pessoas Jurídicas, mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação.

IV. Diante da documentação constante dos autos de seu processo, constatou-se que a entidade indicou, por meio de alguns documentos, lista de cargos da diretoria divergentes, conforme abaixo:

- No artigo terceiro, parágrafo quarto, do estatuto social, consta que a Diretoria Executiva será composta por 06 (seis) membros: 01 (um) diretor presidente, 01(um) diretor vice presidente, 02 (dois) secretário, 02 (dois) tesoureiro e 01 (um) diretor de comunicação;

- Na Ata de eleição, datada de 28/11/2013, consta a eleição da diretoria para 04 (quatro) membros, para os cargos com a seguinte denominação : Diretor Presidente, Diretor Administrativo, Diretor Operacional e Secretário.

Desta forma a entidade deverá definir quais são os reais cargos que compõem sua diretoria e encaminhar a comprovação da retificação nos documentos em que esteja disposta de modo divergente.

3. Além das pendências na documentação encaminhada, verificou-se também que:

I. Existem indícios de que a requerente mantém vínculos que a subordinam ou a sujeitam à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outra entidade, mediante compromissos ou relações político-partidárias, em infringência ao disposto **no art. 11 da Lei 9612/98**, conforme se observa abaixo:

a. Dos 4 (quatro) membros da diretoria que constam na ata de eleição, 3 (três) fazem parte do mesmo partido político, PSD, simultaneamente como membros de órgão partidário municipal na localidade da prestação do serviço, conforme se detalha abaixo, o que pode sujeitar a entidade à orientação partidária em suas decisões dada a imposição de maioria nas votações;

b. O Diretor Presidente da entidade, senhor Jhony Sott, filiado ao partido PSD, qualifica-se simultaneamente como Membro 2º Tesoureiro do órgão partidário municipal, conforme certidões do TSE (Anexo 1 - NT 4590/2015);

c. O Diretor Operacional da entidade, senhor Diego Francener, filiado ao partido PSD, qualifica-se como Membro 1º Tesoureiro do órgão partidário municipal, conforme certidões do TSE (Anexo 2 - NT 4590/2015);

d. O Secretário da entidade, senhor Afonso Francener, filiado ao

partido PSD, qualifica-se como Membro Presidente do órgão partidário municipal, conforme certidões do TSE (Anexo 3 - NT 4590/2015).

II. Observa-se que, caso ocorra alteração na diretoria, torna-se necessário apresentar a Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, bem como o CPF e documento que comprove que os atuais diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados. Não será aceita, a título de comprovação de nacionalidade, a carteira nacional de habilitação (CNH), em atenção à restrição disposta no subitem 8.4.2;

Norma nº 1/2011

21.10.1. As alterações nos atos constitutivos e modificação da composição da diretoria da entidade detentora de autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observadas as disposições desta Norma, devem ser apresentadas ao Ministério das Comunicações devidamente registradas ou averbadas na repartição competente, no prazo de 30 (trinta) dias contados de sua realização.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** a documentação solicitada e **esclarecer** as questões acima, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização, sem prejuízo de eventual aplicação de sanções, caso seja apurada infração nos termos do art. 40, inciso VI, do Decreto nº 2.615/1998.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Mario de Moraes Daolio, Engenheiro de Operações**, em 12/03/2015, às 16:57, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1217130



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Akemi Nishida, Analista Tec Administrativo**, em 13/03/2015, às 08:22, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0400967** e o código CRC **AB358857**.

Anexo 1 - NT 4590/2015 (0400958) - Certidões TSE - Jhony Sott - Diretor Presidente

Anexo 2 - NT 4590/2015 (0400961) - Certidões TSE - Diego Francener - Diretor Operacional

Anexo 3 - NT 4590/2015 (0400964) - Certidões TSE - Afonso Francener - Secretário



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina
CEP: 05311-900 - São Paulo-SP
Tel.: (11) 3101-0123

Ofício nº 6719/2015/SEI-MC

São Paulo, 06 de março de 2015

Ao Senhor
JHONY SOTT
Representante Legal da Associação Comunitária Cultural 3 de Novembro
Av. Presidente Epitácio, nº 570 - Centro
85940-000 / Quatro Pontes - PR

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.057858/2013-35.**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminhamos cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 4590/2015/SEI-MC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Mario de Moraes Daolio, Engenheiro de Operações**, em 12/03/2015, às 16:57, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1217130



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador



0401354 e o código CRC **A53723D6**.

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

Ofício nº 6719/2015/SEI-MC

São Paulo, 06 de março de 2015

Ao Senhor
JHONY SOTT
Representante Legal da Associação Comunitária Cultural 3 de Novembro
Av. Presidente Epitácio, nº 570 - Centro
85940-000 / Quatro Pontes - PR

UF

PAÍS / PAYS

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.057858/2013-35.

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Jhony Sott

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

19/03/15

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION



NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

JHONY SOTT

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

ANTONIO CARLOS BRAGA
MAT/8565500-7
AC QUATRO PONTES

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

40203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



**CORREIOS
BRÉSIL**

**AVISO DE
RECEBIMENTO**

AVIS CN07

AR

JH 32647348 2 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

**ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR**

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

**DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
NO ESTADO DE SÃO PAULO
RUA MERGENTHALER 592 - BLOCO 1 - MEZANINO - VILA LEOPOLDINA**

FONES (11) 3101-0123 - FAX (11) 3101-6680

CIDADE / LOCALITÉ

CEP: 05.311-900 - SÃO PAULO-SP

UF

BRASIL

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL 03 DE NOVENBRO

Avenida Presidente Epitácio 570-CEP85940-000- Quatro Pontes,PR

CNPJ 02.852.367/0001-69 – Fone 45-3279-1781

53900.019457/2015 - 03

20/04/15

Ao Ministerio das Comunicações

Delegacia Regional do Estado de São Paulo

Assunto: Envio de documentos conforme solicitado

Referente ao Processo de Renovação de Outorga Nº 53000.057858/2013-35

Processo de Outorga Nº 53740.000137/1999.

Documentos enviados, em Anexo:

- Cópia autenticada da Alteração dos estatutos da Associação Comunitária Cultural de Novembro, Registrado em cartório de registro de Pessoas jurídicas.
- Cópia autenticada da Ata da Assembleia Geral Extraordinária que alterou os estatutos da Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro Com preenchimento de cargos vagos na diretoria conforme solicitado em Nota Técnica Nº 53000.057858/2013-35.
- Documentos pessoais dos membros eleitos em Assembléia para preencher os cargos da diretoria que estavam vagos.
- Cópia autenticada da transcrição da Ata da Assembléia Geral extraordinária
- Cópia da desfiliação partidária de membros da Diretoria junto ao Cartório Eleitoral.

Dessa forma.colocamo-nos à vossa disposição para regularizar tudo que for preciso para continuarmos prestando relevante serviços à comunidade de forma voluntária, ressaltando a importância da Rádio Comunitária nesses quase 12 anos de existência, sendo o único meio de comunicação do nosso pequeno município.

Quatro Pontes, 15 de Abril de 2015.



Jhony Sott

Presidente

Assembleia geral extraordinária, realizada aos dois do Mês de Abril, do Ano de Dois Mil e Quinze, onde reuniram-se na sede da Rádio Comunitária de Quatro Pontes, os sócios da Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro, para deliberar sobre a ponta da convocação do Edital, para alterar os Estatutos da mesma. O Presidente Jhony Sott abriu a Assembleia falando da necessidade de alterar o estatuto para adequar às normas e portarias do Ministério das Comunicações e das Leis previstas no Código civil Brasileiro. Conforme cópia: TERCEIRA ALTERAÇÃO DE ESTATUTO: Altera-se o artigo Primeiro incluindo o tempo de duração por prazo indeterminado da entidade, que passa a ter a seguinte redação: A "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL 03 DE NOVEMBRO" fundada no dia 02/11/1998, de duração indeterminada, com sede provisória à Av. Presidente Epitácio, 570- CEP: 85940-000, Estado do Paraná, com personalidade jurídica, organização não governamental, distinta de seus associados, este em número ilimitado, sem distinção de sexo, credo religioso ou político, raça ou cor, deficiência (física, sensorial (visual ou auditiva), mental ou múltiplas), sem fins lucrativos e seus diretores sem remuneração, tendo por fim promover: Alterada a redação do parágrafo terceiro do artigo terceiro, permitindo a recondução para o mesmo cargo na diretoria apenas uma vez. Incluso parágrafo oitavo no artigo quarto onde estabelece competência ao vice presidente ao qual compete substituir o presidente em todas suas funções na impossibilidade do mesmo. Altera-se o artigo oitavo que passa com a seguinte redação: Compete ao segundo tesoureiro substituir o primeiro tesoureiro na falta do mesmo em todas suas funções. Fica incluso o artigo nono com a seguinte redação: Compete ao diretor de comunicação elaborar a programação da rádio comunitária, administrar todas as suas atividades, representar, civil e penalmente, a programação radiofônica, comparecer às reuniões da diretoria e assembleias gerais, fornece relatórios das atividades, semestralmente, à diretoria, à assembleia geral e desenvolver as demais tarefas afins. Após discussão entre os membros presentes ficou aprovado que o parágrafo único do artigo nono fica transformado em parágrafo primeiro e foi incluso o parágrafo segundo com a seguinte redação: Os dirigentes poderão ser destituídos dos cargos em assembleia geral por descumprimento de suas funções ou pela

Jhony Sott
Romell Amchaw

CERTIFICO que o selo de
Autenticidade foi afixado na
última folha do documento
entregue à parte

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES
AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
Comarca Mat. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Telef.: (45) 3279-1878

AUTENTICAÇÃO

DE ACORDO COM O ART. 7º, V DA LEI Nº 8.935 DE 18/11/1994, A
PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO
DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.

CAROLINA DE P. JENTZSCH - ESC. JURAMENTADA
Quatro Pontes, 15 de Abril de 2015

Tabellão: Martin Souto Jentzech

infringência das normas do artigo 59 do código civil. Fica acrescentado o parágrafo sexto do artigo décimo quarto com a seguinte redação: Poderão ser admitidos como sócios da entidade, a título gratuito todo e qualquer cidadão domiciliado na área de abrangência do serviço da entidade. Fica incluso o parágrafo sétimo do artigo décimo quarto com a seguinte redação: Poderão ser excluídos do quadro social da entidade o associado que descumprir qualquer obrigação prevista neste estatuto, ou pela falta não justificada nas reuniões ordinárias, ou que denegrir a imagem da entidade. O artigo décimo quinto passa a constar com a seguinte redação: São direitos dos associados pessoas físicas e que encontram-se em dia com suas obrigações estatutárias o direito de votar e serem votados para todos os cargos que compõe os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instancias deliberativas existentes. Fica incluso o parágrafo oitavo com a seguinte redação: Poderão ser admitidos como sócios da entidade a título gratuito, pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução dos serviços, conferindo-lhes inclusive, por intermédio dos seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade das instancias deliberativas existentes. Fica criado o parágrafo primeiro do artigo vigésimo primeiro com a seguinte redação: Os recursos para manutenção da entidade serão provenientes das contribuições dos associados e dos apoios culturais dos serviços de rádio difusão e eventos culturais. Fica incluso o parágrafo segundo do artigo vigésimo primeiro com a seguinte redação: Não haverá distribuição de bônus ou eventuais sobras das receitas entre os associados. Digo em tempo: O Diretor Presidente Jhony Sott lembrou da necessidade de adequar e preencher os quatro cargos deixados vagos na diretoria eleita para 3 anos no dia 28 de novembro de 2013, e para atender também às alterações dos Estatutos conforme solicitação do Setor de Renovação de Outorga do Ministério das Comunicações. Após consulta a Assembléia sugeriu os seguintes nomes para preencher os referidos cargos vagos como segue: Para Vice presidente foi eleito por unanimidade dos presentes o Sr. Jhonatan Dieter Anschau, portador do R.G. Nº 7.286.832-3 e do CPF Nº 038.695.459-33, residente na Avenida Presidente Epitácio, centro, Quatro Pontes-PR. Para preencher o cargo de vice tesoureiro foi eleito por

Jhony Sott

Romeli Anschau

CERTIFICO que o selo de Autenticidade foi afixado na última folha do documento entregue a parte

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES
 AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
 Comarca Mal. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Telef.: (45) 3279-1676

AUTENTICAÇÃO
 DE ACORDO COM O ART. 7º, V DA LEI Nº 8.935 DE 18/11/1994, A PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.

Carolina
 CAROLINA DE P. JENTZSCH - ESC. JURAMENTADA
 Quatro Pontes, 15 de Abril de 2015

Tabellão: Martin Souto Jentzsch.

maioria dos presentes o Sr. Márcio Assmann, portador do R.G. Nº 6.886.490-9 e do CPF Nº 006.376.199-86, residente na Rua cachoeira, centro em nosso município. Para ocupar o Cargo de Secretário Permanece o nome de Diego Francener eleito anteriormente na função de Diretor de operações. E devidamente qualificado na época da eleição. Para o cargo de vice secretário foi eleito por unanimidade o nome da Sra. Patrícia Hahn, portadora do R.G. Nº 9.821.916-1, CPF Nº 085.744.709-29, residente na rua Santa Rosa Nº 058, centro. Na sequência, para completar os cargos vagos na diretoria, foi indicado para compor o cargo de Diretor de Comunicações e aprovado por unanimidade o nome do Sr. Wiliam Adrian Bender, portador do R.G. Nº 8.597.081-0 e CPF Nº 064.196.089-10 residente na Rua São Borja Nº 630, Centro. Os demais cargos eleitos na Assembleia Ordinária realizada no dia 28 de novembro de 2013 permanecem no cargo até o final do mandato para o qual foram eleitos. Nada mais havendo a tratar o presidente Jhony Sott agradeceu a presença dos sócios e deu por encerrada a reunião da qual eu Ranielli Dayane Anschau lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelo Presidente.

Jhony Sott
Jhony Sott:

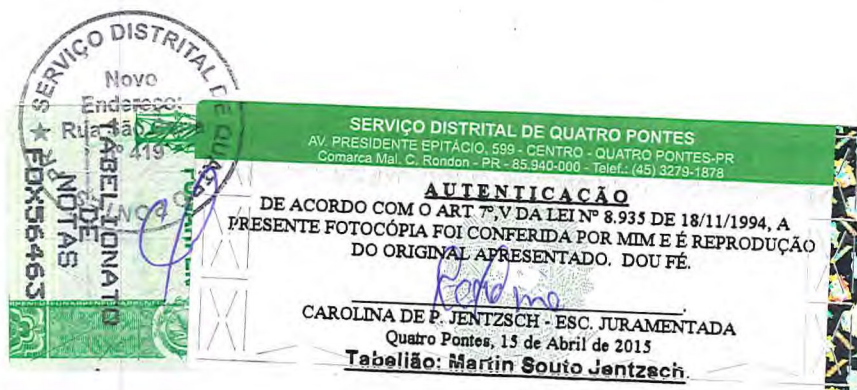
Presidente

Diego Francener
Diego Francener

Secretário

Ranielli Anschau
Ranielli Dayane Anschau:

Tesoureira



**SERVIÇO DE REGISTRO DE
PESSOAS JURÍDICAS**
LINCON IURKIV GOMES
Oficial Registrador
CATARINA IURKIV GOMES
Escrevente
Marechal Cândido Rondon - Paraná

Cartório de Registro Civil
Registro Civil de Pessoas Jurídicas e
Pessoa Jurídica
CARTÓRIO LEVI
CARTÓRIO LEVI
Selo nº 20YwE.D4Le8.jsI2j, Controle:
28mn8.9DRF
Consulte esse selo em <http://funarpen.com.br>
PROTOCOLO Nº 0053053
REGISTRADO Nº 0006237
LIVRO A-054
Marechal Cândido Rondon (PR), 15 de
abril de 2015
Lincon Iurkiv Gomes

**SERVIÇO DE REGISTRO DE
PESSOAS JURÍDICAS**
LINCON IURKIV GOMES
Oficial Registrador
CATARINA IURKIV GOMES
Escrevente
Marechal Cândido Rondon - Paraná



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SERVIÇO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Dom João VI, nº: 821, sala 03, Edifício Veneza

Caixa Postal 15, CEP: 85.960.000

Marechal Cândido Rondon / Estado do Paraná

LINCON IURKIV GOMES

Oficial Registrador

CERTIDÃO:

Eu, **LINCON IURKIV GOMES**, Oficial Registrador do Serviço de Registro de Títulos e Documentos e Pessoa Jurídica, desta cidade e Comarca de Marechal Cândido Rondon / Estado do Paraná.

CERTIFICO, a pedido da pessoa interessada, que em data de ((15/04/2015)), foi feito o registro da **Terceira Alteração do Estatuto Social da ***ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL 03 DE NOVEMBRO*****, inscrito no CNPJ sob o nº: 02.852.367/0001-69, com sede à Avenida Presidente Epitácio, nº: 570, centro, em Quatro Pontes-PR, Comarca de Marechal Cândido Rondon - Estado do Paraná, visto advogado Dra. Ilse Maria Diesel, OAB/PR 29.718, sob o nº: 006.238, do Livro A / 054, de Registro de Pessoas Jurídicas, ficando devidamente arquivado neste Ofício os documentos exigidos pelos artigos 114 e 119 da Lei 6.015 de 31 de dezembro de 1973. Certifico, ainda, que ficaram arquivados neste Ofício de Registro de Pessoas Jurídicas da Comarca de Marechal Cândido Rondon todos os documentos exigidos pela Lei 6.015 de 31/12/1973(LRP). Eu, _____, (Lincon Iurkiv Gomes), Oficial Registrador.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ

Marechal Cândido Rondon/PR, 15 de abril (04) de 2015.

Serviço de Registro de Pessoas Jurídicas
Comarca de Marechal Cândido Rondon - Estado do Paraná

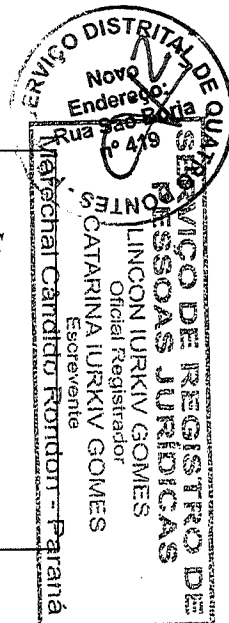
LINCON IURKIV GOMES
Oficial Registrador

CATARINA IURKIV GOMES
Escrevente Juramentada

Marechal Cândido Rondon - Estado do Paraná

LINCON IURKIV GOMES
Oficial Registrador

SERVIÇO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
LINCON IURKIV GOMES
Oficial Registrador
CATARINA IURKIV GOMES
Escrevente



SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES
Novo
Endereço:
Rua São Borja
nº 419

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES
AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
Comarca Mal. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Telef.: (45) 3279-1878

TABELIONATO DE NOTAS
FOX56462

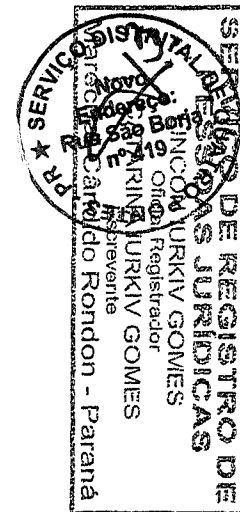
AUTENTICAÇÃO
DE ACORDO COM O ART 7º, V DA LEI Nº 8.935 DE 18/11/1994, A
PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO
DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.

Carolina

CAROLINA DE F. JENTZSCH - ESC. JURAMENTADA
Quatro Pontes, 15 de Abril de 2015
Tabellão: Martin Souio Jentzsch

"ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL 03 DE NOVEMBRO"

Estatuto Social **TERCEIRA ALTERAÇÃO** **Capítulo 01**



Da denominação- Fundação- Sede e fins

Artigo Primeiro

A "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL 03 DE NOVEMBRO" fundada no dia 02/11/1998, de duração indeterminada, com sede provisória à Av. Presidente Epitácio, 570- CEP: 85940-000, Estado do Paraná, com personalidade jurídica, organização não governamental, distinta de seus associados, este em número ilimitado, sem distinção de sexo, credo religioso ou político, raça ou cor, deficiência (física, sensorial (visual ou auditiva), mental ou múltiplas), sem fins lucrativos e seus diretores sem remuneração, tendo por fim promover.

Parágrafo Primeiro:

Desenvolver o espírito comunitário e solidário, segundo os princípios humanistas.

Parágrafo Segundo:

A luta pela defesa da vida em todas as suas manifestações, sejam elas de ordem ecológicas, culturais, educacionais e sociais, sempre dentro dos princípios da declaração universal dos direitos do homem (ser humano);

Parágrafo Terceiro:

Promover em sua sede social, reuniões recreativas com cunhos culturais, visando apoiar atividade e iniciativas em defesa das "minorias discriminadas", contra todos tipos de discriminação/preconceito/marginalização;

Parágrafo Quarto:

Promover relações de amizade e solidariedade entre os associados e demais sociedades ou entidades congêneres, sempre em conjunto aos movimentos sociais;

R.A.


CERTIFICO que o selo de
Autenticidade foi afixado na
última folha do documento
entregue à parte.

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES

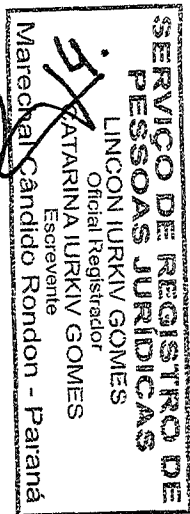
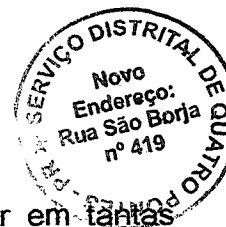
AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
Comarca Mal. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Telef.: (45) 3279-1878

AUTENTICAÇÃO

DE ACORDO COM O ART. 7º, V DA LEI Nº 8.933 DE 18/11/1994, A
PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO
DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.


CAROLINA DE P. JENTZSCH - ESC. JURAMENTADA
Quatro Pontes, 15 de Abril de 2015

Tabellião: Martin Souto Jentzsch



Parágrafo Quinto:

A fim de cumprir suas finalidades, esta associação de organizar em tantas unidades de prestação de serviços quantas fizerem necessárias, a critério da diretoria, outrossim, fica vedado a utilização político-partidária, ou racial da entidade;

Parágrafo Sexto:

Criar e incentivar a participação da comunidade na luta pelos seus direitos e deveres, pela democratização dos meios de comunicação, através de execução de serviço de radiodifusão comunitária, por meio próprio ou alternativo, tudo conforme a Legislação em vigor;

Capítulo 02

Dos Direitos Diretivos

Artigo Segundo:

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL 03 DE NOVEMBRO, será um instituto constituído por entidades afins da sociedade civil e por cidadãos reconhecidamente interessados na defesa da cidadania, filiados nas condições deste estatuto e com os seguintes órgãos diretivos:

Assembleia Geral Ordinária (e extraordinária);

Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro:

O mandato da diretoria será por 03 (três) anos.

Parágrafo Segundo:

Sendo esta associação uma entidade democrática e livre, constituída por cidadãos da sociedade civil, as decisões serão sempre da diretoria, que deverá ter conhecimento na área de comunicações (rádio e TV).

Capítulo 03

Da Competência

Signature . R.A.

CERTIFICO que o selo de
Autenticidade foi afixado na
última folha do documento
entregue à parte.

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES
AV. PRESIDENTE ERITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
Comarca Mal. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Telef.: (45) 3279-1878

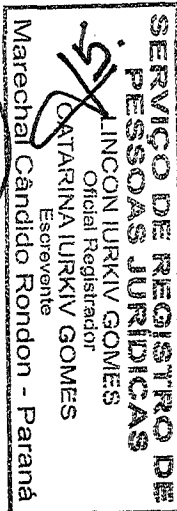
AUTENTICAÇÃO

DE ACORDO COM O ART 7º, V DA LEI Nº 8.935 DE 18/11/1994, A
PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO
DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.


CAROLINA DE F. JENTZSCH - ESC. JURAMENTADA
Quatro Pontes, 15 de Abril de 2015
Tabellão: Martin Souto Jentzsch

Artigo Terceiro

A Assembleia geral é o órgão soberano desta associação, sempre constituída pelos seus sócios no pleno gozo de seus direitos. A Assembleia geral, reunir-se-á originalmente uma vez a cada semestre, podendo ser convocada pela diretoria executiva ou por 10% (dez por cento) dos sócios. As decisões serão sempre pela maioria dos sócios presentes, vetado o voto por procuração.



Parágrafo Primeiro:

Compete exclusivamente à assembleia geral ordinária:

Eleger a diretoria executiva e o conselho deliberativo (inclusive quantidade de seus membros);

Reformular os estatutos e todos os princípios documentos da associação de 03 (três) anos em 03 (três) anos, de acordo com a plataforma em disputa em cada eleição;

Aprovar o regimento interno que regulamenta os vários setores de atividade da associação;

Aprovar ou não o balanço e as contas do exercício anterior, assinado pela diretoria executiva e pelo tesoureiro;

Parágrafo Segundo:

A assembleia geral extraordinária, convocada por quaisquer órgãos da associação, mediante pedido formal (por escrito), dirigido à diretoria executiva, ou ainda por pedido subscrito por 10% (dez por cento) dos associados rigorosamente em dia com as suas obrigações sociais, reunir-se-á, sempre que necessário para deliberar os assuntos que motivaram sua convocação, por um prazo mínimo de 01 (uma) semana e com o prazo máximo de 02 (duas), semanas;

Parágrafo Terceiro:

A Diretoria executiva é órgão encarregado das atividades- meios de associação, sendo composto por 06 (seis) membros, eleitos democraticamente, de acordo com as cláusulas anteriores deste estatuto, eleitos também para um mandato de 03 (três) anos, podendo ser reeleito para o mesmo cargo por um período de 03


CERTIFICO que o selo de
Autenticidade foi afixado na
última folha do documento
entregue à parte.

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES

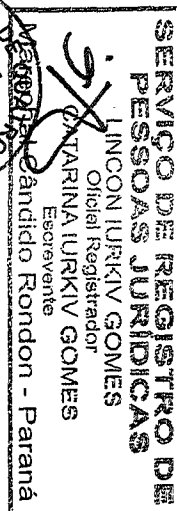
AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
Comarca Mal. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Telef.: (45) 3279-1878

AUTENTICAÇÃO

DE ACORDO COM O ART 7º, V DA LEI Nº 8.935 DE 18/11/1994, A
PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO
DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.


CAROLINA DE P. JENTZSCH - ESC. JURAMENTADA
Quatro Pontes, 15 de Abril de 2015

Tabellão: Martin Souto Jentzsch.



(três) anos, sendo admitida uma única recondução, respeitando o princípio da rotatividade conforme segue:

Diretores oficiais da entidade:

- 01 (um) diretor presidente;
- 01 (um) diretor vice-presidente;
- 02 (dois) secretários;
- 02 (dois) tesoureiros;
- 01 (um) diretor de comunicação.

Parágrafo Quarto:

A diretoria deverá reunir-se ordinariamente quinzenalmente em datas e horários designados pela própria diretoria, e extraordinariamente, quando for convocada pelos coordenadores gerais, com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

Parágrafo Quinto:

As reuniões, tanto ordinárias como extraordinárias, serão realizadas com maioria dos diretores presentes, sendo observado uma tolerância de 30 (trinta) minutos, ao fim desse prazo realizar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Sexto:

É vetada a presença de pessoas estranhas às reuniões de diretoria salvo quando vier tratar de assunto da entidade ou quando convidado por qualquer membro da diretoria executiva ou dos conselhos.

Parágrafo Sétimo:

Todo assunto discutido em reuniões da diretoria deverá ter caráter comunicatório, sempre dentro das propostas das finalidades desta associação, sempre com pensamento do bem comum.

Capítulo 04

Aos diretores compete:


Artigo Quarto:

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES
AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 589 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
Comarca Mal. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Telef.: (45) 3279-1878

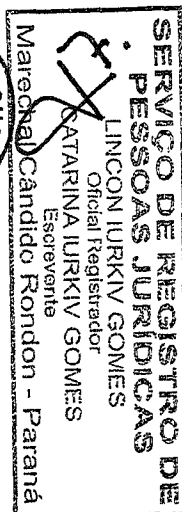
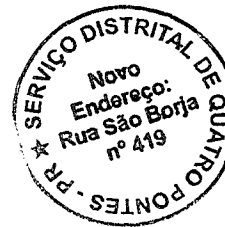
CERTIFICO que o **seio de**
Autenticidade foi **afixado na**
última folha do documento
entregue à parte.

AUTENTICAÇÃO

ACORDO COM O ART 7, V DA LEI Nº 8.933 DE 18/11/1994, A
PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO
DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.


CAROLINA DE P. JENTZSCH - ESC. JURAMENTADA
Quatro Pontes, 15 de Abril de 2015
Tabellião: Martin Souto Jentzsch.

Ao diretor presidente compete



Parágrafo Primeiro:

Em conjunto dos demais diretores, deverá administrar a entidade, coordenar as reuniões da diretoria executiva, e/ou conjuntamente ou não, com outro membro escolhido em assembleia, representar ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente a entidade.

Parágrafo Segundo:

Rubricar todas as correspondências dirigidas ao poder público e às autoridades de hierarquia superior.

Parágrafo Terceiro:

Assinar sempre com o diretor, tesoureiro, cheques e quaisquer documentos que envolver responsabilidade financeira, ou seja, nas atividades financeiras necessitará do diretor presidente e do diretor tesoureiro, para total validade do documento.

Parágrafo Quarto:

Assinar sempre com o secretário os títulos, diplomas, certificados, títulos honoríficos, etc.

Parágrafo Quinto:

Autorizar em conjunto a divulgação de atos administrativos.

Parágrafo Sexto:

Autorizar em conjunto as despesas no orçamento.

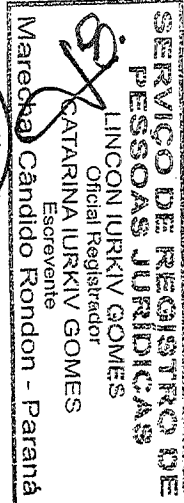
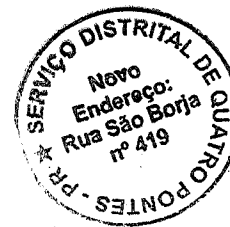
Parágrafo Sétimo:

O primeiro secretário assessorará constantemente o diretor presidente e o substituirá em sua ausência.

Aos demais diretores compete:

CERTIFICO que o selo de
Autenticidade foi afixado na
última folha do documento
entregue à parte.

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR Comarca Mal. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Telef.: (45) 3279-1878	
AUTENTICAÇÃO	
DE ACORDO COM O ART 7º, V DA LEI Nº 8.935 DE 18/11/1994, A PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.	
	
CAROLINA DE P. JENTZSCH - ESC. JURAMENTADA	
Quatro Pontes, 15 de Abril de 2015	
Tabellão: Martin Souto Jentzsch.	



Artigo Quinto:

Ao primeiro secretário compete:

Atender o expediente, redigir atas nas reuniões, providenciar as correspondências dos departamentos e zelar pela ordem nos serviços gerais da secretaria.

Artigo Sexto:

Ao segundo secretário compete:

Parágrafo único:

Substituir o primeiro secretário na falta do mesmo.

Artigo Sétimo:

Ao primeiro tesoureiro compete:

Parágrafo Primeiro:

Administrar financeiramente, a entidade, ter sob sua guarda os bens e valores da "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL 03 DE NOVEMBRO", arrecadar as contribuições dos associados e assinar os devidos recibos e demais comprovantes;

Parágrafo Segundo:

A associação deverá manter uma conta corrente em um conceituado banco, com agência no estado do Paraná, em conta conjunta do diretor presidente e do primeiro tesoureiro, necessitando a assinatura de ambos para as transações financeiras.

Parágrafo Terceiro:

Propor formas de arrecadação para a entidade "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL 03 DE NOVEMBRO".

Artigo Oitavo:

- a) Compete ao diretor vice-presidente substituir o diretor presidente em todas suas funções na falta ou impedimento deste.

R.A.

CERTIFICO que o selo de
Autenticidade foi afixado na
última folha do documento
entregue à parte.

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES

AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
Comarca Mal. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Telef.: (45) 3279-1878

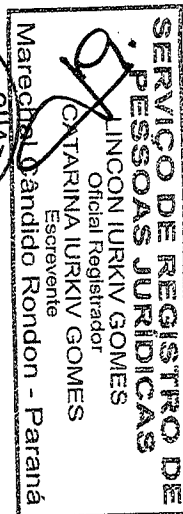
AUTENTICAÇÃO

DE ACORDO COM O ART 7º, V DA LEI Nº 8.935 DE 18/11/1994, A
PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO
DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.


CAROLINA DE P. JENTZSCH - ESC. JURAMENTADA
Quatro Pontes, 15 de Abril de 2015

Tabellão: Martin Souto Jentzsch.

- b) Compete ao segundo tesoureiro substituir o primeiro tesoureiro do mesmo em todas suas funções.



Capítulo 05

Do Patrimônio da Entidade

Artigo Nono:

Compete ao diretor de comunicação elaborar a programação da rádio comunitária, administrar todas as suas atividades, representar, civil e penalmente, a programação radiofônica, comparecer às reuniões da diretoria e assembleias gerais, fornecer relatórios das atividades, semestralmente, à diretoria, à assembleia geral e desenvolver as demais tarefas afins.

Parágrafo Primeiro:

Todos os bens existentes ou que vierem a ser incorporados, são de propriedade da associação, sendo proibida a venda, doação de instrumento ou qualquer bem do mesmo, pelos diretores executivos ou qualquer outro diretor, constituindo desta maneira, falta grave, em sado de dissolução da "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL 03 DE NOVEMBRO" os bens serão revertidos a entidades filantrópicas que rezam pelos princípios estabelecidos por este estatuto.

Parágrafo Segundo:

Os dirigentes poderão ser destituídos dos cargos em assembleia geral por descumprimento de suas funções ou pela infringência das normas do artigo 59 do código civil.

Capítulo 06

Dos Associados: Direitos e Deveres

Artigo Décimo:

[Assinatura]

R.A.

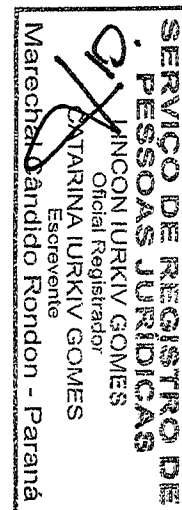
CERTIFICO que o selo de
Autenticidade foi afixado na
última folha do documento
entregue à parte.

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES
AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES, PR
Comarca Mal. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Telef.: (45) 3279-1878

AUTENTICAÇÃO
DEACORDO COM O ART 7º, V DA LEI Nº 8.933 DE 18/11/1994, A
PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO
DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.

Carolina
CAROLINA DE P. JENTZSCH - ESC. JURAMENTADA
Quatro Pontes, 15 de Abril de 2015
Tabellão: Martin Souto Jentzsch.

O quadro associativo se comporá das seguintes categorias: socios fundadores, diretivos e efetivos.



Artigo Décimo Primeiro:

São sócios beneméritos:

Para ser admitido na categoria de sócio benemérito, o sócio deve ser pessoa natural ou jurídica, colaboradores sociais da entidade, a nível de promoção de suas atividades, os sócios beneméritos possuem filiação efetiva, contudo sem direito a voto, até completar 05 (cinco) anos de filiação.

Artigo Décimo Segundo:

São sócios fundadores:

Para ser admitido na categoria de sócio fundador, os sócios devem, ser pessoas naturais ou jurídicas, que estiveram presentes na assembleia geral da fundação e assinaram a ata de constituição da associação. Os sócios fundadores possuem filiação efetiva, com direito a votar e ser votado.

Artigo Décimo Terceiro:

São sócios diretivos:

Para ser admitido na categoria de sócio diretivo, os sócios devem ser pessoas naturais que estiveram vinculados a esta associação, através de participação em quaisquer de suas atividades; atuando como responsável, coordenador, diretor, ou qualquer outra função da direção. Os sócios diretivos votam e podem ser votados, até que exerçam cargo de direção junto à entidade.

Artigo Décimo Quarto:

São sócios efetivos:

Para ser admitido na categoria de sócio efetivo, os sócios devem ser pessoas naturais ou jurídicas que vieram a ser admitidas no quadro social. Sócios efetivos não votam e não podem ser votados, até que complete o prazo de 05 (cinco) anos conforme cláusulas anteriores deste estatuto.

Parágrafo Primeiro:

Serão considerados sócios todas as pessoas naturais ou jurídicas, após indicação e ratificação da idoneidade moral por 01 (um) ano de associados;


R.A.

CERTIFICO que o selo de
Autenticidade foi afixado na
última folha do documento
entregue à parte.

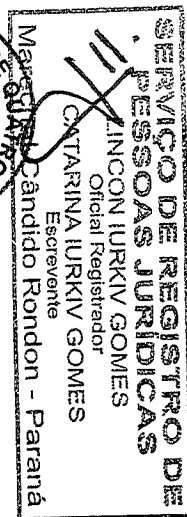
SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES
AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
Comarca Mal. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Telef.: (45) 3279-1878

AUTENTICAÇÃO

DE ACORDO COM O ART 7º, V DA LEI Nº 8.935 DE 18/11/1994, A
PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO
DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.


CAROLINA DE P. JENTZSCH - ESC. JURAMENTADA
Quatro Pontes, 15 de Abril de 2015

Tabelião: Martin Souto Jentsch.



Parágrafo Segundo:

Todos os sócios devem anexar duas fotos 3x4 e preencher a proposta.

Parágrafo Terceiro:

Devem só fazer declaração que acata a disciplina deste estatuto da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL 03 DE NOVEMBRO e das entidades superiores a que estiver vinculada.

Parágrafo Quarto:

Preencher autorização do pai ou responsável, no caso de menor de idade (exceção para maiores de 16 anos).

Parágrafo Quinto:

As pessoas jurídicas, serão sócios beneméritos com a excepcionalidade do direito exclusivo de votar, mediante e proporcionalidade de 01 (um) ano depois de uma filiação de 05 (cinco) anos.

Parágrafo Sexto:

Poderão ser admitidos como sócios da entidade, a título gratuito todo e qualquer cidadão domiciliado na área de abrangência do serviço da entidade.

Parágrafo Sétimo:

Poderão ser excluídos do quadro social da entidade o associado que descumprir qualquer obrigação prevista neste estatuto, ou pela falta não justificada nas reuniões ordinárias, ou que denegrir a imagem da entidade.

Parágrafo oitavo:

Poderão ser admitidos como sócios da entidade a título gratuito, pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução dos serviços, conferindo-lhes inclusive, por intermédio dos seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade das instancias deliberativas existentes.

[Assinatura] R.A.

CERTIFICO que o selo de
Autenticidade foi afixado na
última folha do documento
entregue à parte.

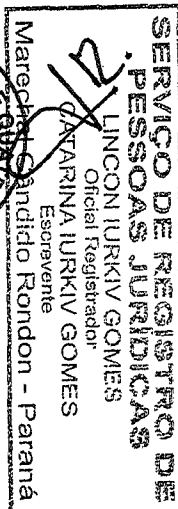
SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES
AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
Comarca Mal. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Telef.: (45) 3279-1878

AUTENTICAÇÃO

DE ACORDO COM O ART 7º, V DA LEI Nº 8.933 DE 18/11/1994, A
PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO
DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.


CAROLINA DE P. JENTZSCH - ESC. JURAMENTADA
Quatro Pontes, 15 de Abril de 2015

Tabellão: Martin Souto Jentzsch



Artigo Décimo Quinto:

São direitos dos associados pessoas físicas e que encontram-se em dia com suas obrigações estatutárias o direito de votar e serem votados para todos os cargos que compõe os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instancias deliberativas existentes.

Parágrafo Primeiro:

Frequentar a sede da entidade e participar das suas atividades;

Parágrafo Segundo:

Recorrer aos coordenadores, e à diretoria, quando sofre penalidades que julgarem injustas;

Parágrafo Terceiro:

Solicitar a coordenação da diretoria, esclarecimentos que julgar necessários;

Parágrafo Quarto:

Representar a entidade em outras associações de festividades quando for convidado pela diretoria;

Parágrafo Quinto:

Tomar parte nas assembleias gerais e nelas apresentar a proposta podendo inclusive votar e ser votado, após 01 (um) ano como associado;

Parágrafo Sexto:

Apresentar novos sócios para aprovação da diretoria;

Artigo Décimo Sexto:


São deveres dos associados:

R.A.

CERTIFICO que o selo de
Autenticidade foi afixado na
última folha do documento
entregue à parte.

SERVICO DISTITAL DE QUATRO PONTES
AV. PRESIDENTE EPITACIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
Comarca Mal. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Telef.: (45) 3279-1878

AUTENTICACAO
DE ACORDO COM O ART 7º.V DA LEI Nº 8.935 DE 18/11/1994, A
PRESENTE FOTOCOPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO
DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.


CAROLINA DE P. JENTZSCH - ESC. JURAMENTADA
Quatro Pontes, 15 de Abril de 2015
Tabellão: Martin Souto Jentzsch

Parágrafo Primeiro:

Pagar as contribuições e demais taxas que forem estabelecidas, mediante comprovante;

Parágrafo Segundo:

Apresentar chapas para disputar a diretoria da entidade devendo constar obrigatoriamente a proposta de trabalho a ser devolvida durante a gestão;

Artigo Décimo Sétimo:

Parágrafo Primeiro:

A responsabilidade e a orientação intelectual da entidade caberão sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Parágrafo Segundo:

O quadro de pessoal será constituído ao menos por dois terços de trabalhadores brasileiros.

Parágrafo Terceiro:

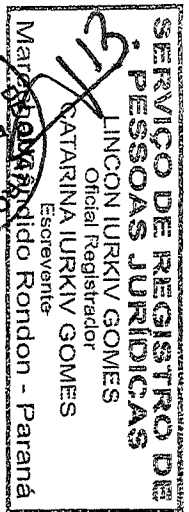
A entidade não poderá efetuar nenhuma alteração do seu estatuto sem prévia autorização dos órgãos competentes.

Artigo Décimo Oitavo:

Os sócios da Associação não respondem nem mesmo subsidiariamente por quaisquer compromissos que expressam ou intencionalmente sejam assumidos em nome da Associação.

Artigo Décimo Nono:

Este Estatuto poderá ser reformado em qualquer época, em assembleia geral extraordinária, convocada especificamente para este fim, e com a prévia anuência dos órgãos aos quais estiver coligada.



[Handwritten signature]

R.A.

CERTIFICO que o selo de
Autenticidade foi afixado na
última folha do documento
entregue à parte.

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR Comarca (Mal), C. Rondon - PR - 85.940-000 - Telef.: (45) 3279-1878	
AUTENTICAÇÃO	
DE ACORDO COM O ART 7º, V DA LEI Nº 8.933 DE 18/11/1994, A PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.	
	
CAROLINA DE P. JENTZSCH - ESC. JURAMENTADA Quatro Pontes, 15 de Abril de 2015	
Tabellão: Martin Souto Jentzsch	

Artigo Vigésimo:

Em caso de dissolução da Associação, o que se dará por não mais preencher sua finalidade, o seu patrimônio social reverterá a uma associação beneficente do município de sua sede.

Artigo Vigésimo Primeiro:

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL 03 DE NOVEMBRO, após autorizada a explorar o serviço de rádio difusão comunitária, instituirá um conselho comunitário composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como: associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da Lei 9.612 de 19/02/98.

Paragrafo Primeiro:

Os recursos para manutenção da entidade serão provenientes das contribuições dos associados e dos apoios culturais dos serviços de rádio difusão e eventos culturais.

Paragrafo Segundo:

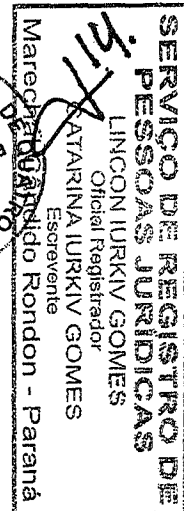
Não haverá distribuição de bônus ou eventuais sobras das receitas entre os associados.

Artigo Vigésimo Segundo:

Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Diretoria "ad referendum" da Assembleia Geral.

Artigo vigésimo terceiro:

Relação da Diretoria da Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro presente à Assembléia Geral Extraordinária que aprovou a presente Terceira Alteração dos seus Estatutos: **Presidente:** Jhony Sott, Brasileiro, residente e domiciliado Na Rua Cruz Alta Nº 460 Município de QuatroPontes PR, portador do RG.Nº8.508.854-8 e CPF nº 059345809-57-**Vice presidente:** Jhonatan Dieter Anschau, brasileiro, residente e domiciliado na Avenida presidente Epitácio s/nº Centro do município de Quatro Pontes, PR, portador do RG7.286.832-3 e do CPF nº 038.695.459-33. **Tesoureiro:** Ranielli Dayane



CERTIFICO que o selo de
Autenticidade foi afixado na
última folha do documento
entregue à parte.

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES
AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
Comarca Mal. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Telef.: (45) 3279-1878

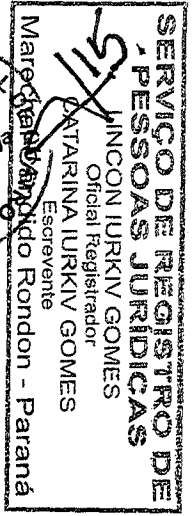
AUTENTICAÇÃO

DE ACORDO COM O ART. 7º, V DA LEI Nº 8.935 DE 18/11/1994, A
PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO
DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.

Carolina
CAROLINA DE P. JENTZSCH - ESC. JURAMENTADA
Quatro Pontes, 15 de Abril de 2015

Tabellão: Martin Souto Jentzsch.

João R.A.



Anschau, Brasileira, residente na rua 1º de maio, Centro de Quatro Pontes, PR, portadora do RG nº 10.024.202-8 e CPF nº 058.623.039-44. **tesoureiro:** Márcio Assmann, Brasileiro, residente na rua Cachoeira s/nº, centro, Cidade de Quatro Pontes, PR, portador do RG nº 6.886.490-9 e CPF Nº 006.376.199-86 **Secretário:** Diego Francener-Brasileiro, residente na rua Santa Rosa S/nº município de Quatro Pontes, PR. **Vice secretária:** Patricia Hahn, Brasileira, residente e domiciliado na rua Santa Rosa 058, Centro, cidade de Quatro Pontes, PR, portadora do RG nº 9.821.916-1 e CPF nº 085.744.709-29.

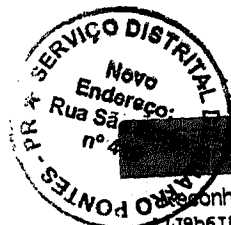
A Terceira Alteração deste Estatuto, devidamente rubricado pelo secretário da mesa da assembleia geral extraordinária está lavrado no livro de atas onde contém assinaturas dos presentes.

Quatro Pontes, 02 de abril de 2015.

De pleno e total acordo

Quatro Pontes
Jhony Sott
Presidente

Ilse Maria Dreser
Advogada
OAB-PR. 29.716



SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES
AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
Comarca Mat. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Telef.: (45) 3279-1878
Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firmas de:
[19b6183]-JHONY SOTT
MARCIA GENOVEI KLAUCK - ESC. JURAMENTADA
Quatro Pontes, 03/04/2015 às 09:15:55
Tabellão: Martin Souto Jentzsch
SELO DIGITAL: OsDrc . 84leb . MV7lb - 6XzgWV . cFRS

Consulte o selo em www.funarpen.com.br

SERVIÇO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
LINCON IURKIV GOMES
Oficial Registrador
CATARINA IURKIV GOMES
Escrevente
Marechal Cândido Rondon - Paraná
Cartório de Registro Civil
Registro Civil de Pessoas Jurídicas e
Pessoa Jurídica
CARTÓRIO LEVI
CARTÓRIO LEVI
Selo nº 10Ywx.K4ge8.GwtzG, Controle: zEmnr.VQRF
Consulte esse selo em <http://funarpen.com.br>
PROTOCOLO Nº 0053054
REGISTRADO Nº 0006238
LIVEQ A-054
Marechal Cândido Rondon (PR), 15 de abril de 2015
Lincon Iurkiv Gomes

SERVIÇO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
LINCON IURKIV GOMES
Oficial Registrador
CATARINA IURKIV GOMES
Escrevente
Marechal Cândido Rondon - Paraná



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 7.286.832-3 DATA DE EMISSÃO 30/12/1994

NOME JHONATAN DIETER ANSCHAU

FILIAÇÃO LUIZ AFONSO ANSCHAU MIRIAN ELISABETH ANSCHAU

NATURALIDADE HAL.CAND.RONDON/PR DATA DE NASCIMENTO 22/09/1980

DOC. ORIGEM COMARCA=HAL CDO RONDON/PR, QUATRO PONTES C.NASC 560, LIVRO=A3, FOLHA=354

CPF CURITIBA - PR

ASSINATURA DO TITULAR
LEI Nº 7.116 DE 29/08/89

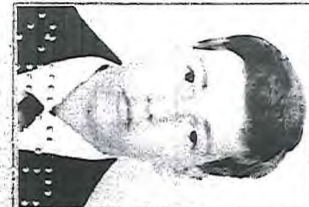
SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES
Rua São João, 419
TABELIONATO DE NOTAS
FOX56254

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ



FOLHA DIREITA



ASSINATURA DO TITULAR
Jhonatan D. Anschau

CARTEIRA DE IDENTIDADE

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES
AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 589 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
Comarca Mal. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Telef. (45) 3279-1878

AUTENTICAÇÃO

DE ACORDO COM O ART 7º, V DA LEI Nº 8.935 DE 18/11/1994, A PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.

MARCIA GENOVEI KLAUCK - ESC. JURAMENTADA
Quatro Pontes, 06 de Abril de 2015
Tabelião: Martin Souto Jantzech.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

038.695.459-33

JHONATAN DIETER ANSCHAU

22/09/1980



Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

CORREIOS
www.correios.com.br

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES
AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 589 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
Comarca Mal. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Telef. (45) 3279-1878

AUTENTICAÇÃO

DE ACORDO COM O ART 7º, V DA LEI Nº 8.935 DE 18/11/1994, A PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.

MARCIA GENOVEI KLAUCK - ESC. JURAMENTADA
Quatro Pontes, 06 de Abril de 2015
Tabelião: Martin Souto Jantzech.

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES
Rua São João, 419
TABELIONATO DE NOTAS
FOX56254

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 8.597.081 0 DATA DE EXPEDIÇÃO 29/12/1998

NOME WILLIAM ADRIAN BENDER

FILIAÇÃO GILMAR RICARDO BENDER
VALMI MARCIA PREDIGER BENDER

NATURALIDADE MAL. CAND. RONDON/PR DATA DE NASCIMENTO 31/05/1986

DOC ORIGEM COMARCA=MAL CDD RONDON/PR, QUATRO PONTES
C.NASC 1106, LIVRO=A4, FOLHA=014

CPF

GERMÃO DO NASCIMENTO FILHO

ASSINATURA DO DIRETOR

CURITIBA - PR

LEI Nº 7.116 DE 29/03/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

FOLEGR DIREITO

William Adrian Bender

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES
AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
Comarca Mal. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Telef.: (45) 3279-1878

AUTENTICAÇÃO
DE ACORDO COM O ART 7º, V DA LEI Nº 8.935 DE 18/11/1994, A
PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO
DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.

MARCIA GENOVEI KLAUCK - ESC. JURAMENTADA
Quatro Pontes, 07 de Abril de 2015
Tabelião: Martin Souto Jantzsch.

FDX56264

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

134 196 089 10

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
02-1988

Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

BANCO DO BRASIL

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES
AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
Comarca Mal. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Telef.: (45) 3279-1878

AUTENTICAÇÃO
DE ACORDO COM O ART 7º, V DA LEI Nº 8.935 DE 18/11/1994, A
PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO
DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.

MARCIA GENOVEI KLAUCK - ESC. JURAMENTADA
Quatro Pontes, 07 de Abril de 2015
Tabelião: Martin Souto Jantzsch.

FDX56265

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 6.886.496-9 DATA DE EXPEDIÇÃO 30/07/1993

NOME MARCIO ASSMANN

FILIAÇÃO IGNACIO ELOI ASSMANN
ILAINÉ MARIA ASSMANN

NATURALIDADE MAL. CAND. RONDON/PR DATA DE NASCIMENTO 30/07/1980

DOC. ORIGEM COMARCA=MAL. CDO RONDON/PR, QUATRO PONTES

C.NASC 547, LIVRO=3A, FOLHA=348

CPF CURITIBA - PR

ASSINATURA DO TITULAR *Marcio Assmann*

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR *Marcio Assmann*

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MOORE FORMULÁRIOS LTDA

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES
AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
Comarca Mal. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Telef.: (45) 3279-1878

AUTENTICAÇÃO
DE ACORDO COM O ART. 7º, V DA LEI Nº 8.935 DE 18/11/1994, A PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.

MARCIA GENOVEI KLAUCK - ESC. JURAMENTADA
Quatro Pontes, 06 de Abril de 2015
Tabellão: Martin Souto Jantzech

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome MARCIO ASSMANN

Nº de Inscrição 006376199-86 Data de Nascimento 30/07/80

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura *Marcio Assmann*

MARCIO ASSMANN

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 12/06/98

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES
AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
Comarca Mal. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Telef.: (45) 3279-1878

AUTENTICAÇÃO
DE ACORDO COM O ART. 7º, V DA LEI Nº 8.935 DE 18/11/1994, A PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.

MARCIA GENOVEI KLAUCK - ESC. JURAMENTADA
Quatro Pontes, 06 de Abril de 2015
Tabellão: Martin Souto Jantzech

GERAL 9.821.916 1 DATA DE EXPEDIÇÃO 29/04/2003

NOME **PATRICIA HAHN**

FILIAÇÃO **NELSON HAHN**
MARLICE KIRSCH HAHN

NATURALIDADE **TOLEDO/PR**

DOC. ORIGEM **COMARCA-TOLEDO/PR, DA SEDE**

C.NASC **38170, LIVRO-A59, FOLHA-257**

CPF

CURITIBA-PR

DATA DE NASCIMENTO **13/03/1991**

ASSINATURA DO TITULAR *Patricia Hahn*

ASSINATURA DO DIRETOR *LUIS FERNANDO V. ARTIGAS*

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

FOI REGISTRADO

Assinatura do Titular *Patricia Hahn*

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES
AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
Comarca Mal. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Telef.: (45) 3279-1878

AUTENTICAÇÃO
DE ACORDO COM O ART 7º, V DA LEI Nº 8.935 DE 18/11/1994, A
PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO
DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.

MARCIA GENOVEI KLAUCK - ESC. JURAMENTADA
Quatro Pontes, 06 de Abril de 2015
Tabellão: Martin Souto Jantzech.

End: 355 002
TABELIONATO DE NOTAS
FOX56259

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal

CPF

085.744.709-29

PATRICIA HAHN

13/03/1991

REAL SERVICARD

Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

JAN/2009

CORREIOS
www.correios.com.br



SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES
AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
Comarca Mal. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Telef.: (45) 3279-1878

AUTENTICAÇÃO
DE ACORDO COM O ART 7º, V DA LEI Nº 8.935 DE 18/11/1994, A
PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO
DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.

MARCIA GENOVEI KLAUCK - ESC. JURAMENTADA
Quatro Pontes, 06 de Abril de 2015
Tabellão: Martin Souto Jantzech.

End: 355 002
TABELIONATO DE NOTAS
FOX56260

Patricia hahn

 COPEL Copel Distribuição S.A. Rua José Izidoro Bazzotto, 158 81200-240 Curitiba - PR CNPJ: 04.368.898/0001-06 IE 90.233.073-99 IM 423.982-4	 PARANÁ GOVERNO DO ESTADO	www.copel.com 0800 51 00 116
LEANDRO DANIEL SCHERER R SANTA ROSA, 829 - QD55 LT 05B CEP: 85940000 QUATRO PONTES - PR CPF: 04919124968		Unidade Consumidora 95705422 Vencimento 18/02/2015 Valor a Pagar R\$ 143,44

Responsabilidade de Manutenção e Instalação de Parâmetros de Qualidade: 4534738111

Reaviso de Vencimento

Informações Técnicas

No-Medidor: 0340634277 - BIFASICO				Mes Referência: 01/2015		
Leitura Anterior:	Leitura Atual:	Medido	Constante de	Total	Consumo	Data
24/12/2014	26/01/2015	33 dias	Multiplicação	Faturado	Medio/Dia	Apresentação
290	619	229 kWh	1,00	229 kWh	6,94 kWh	26/01/2015

Proxima Leitura Prevista: 26/02/2015

Indicadores de Qualidade

FS [11.7.51.1]

Conjunto: MARECHAL CANDIDO				Mes 11/2014	Tensão Contratada:
	DIC	FIC	DMIC	EUSD (R\$)	127 / 220 volts
Realizado Mensal:	0,00 h	0,00	0,00 h	0,00	
Limite Mensal:	5,55 h	3,48	3,20 h	9,55	Limite faixa adequada de Tensão:
Limite Trimestral:	11,10 h	6,97			117 - 133 / 202 - 231 volts
Limite Anual:	22,20 h	13,96			

Historico de Consumo e Pagamento

Mes	Cons. (kWh)	Data Pgto.	Mes	Cons. (kWh)	Data Pgto.
DEZ/14	164	07/01/2015	OUT/14	50	06/11/2014
NOV/14	69	09/12/2014			

Media 3 ultimos consumos: 94 kWh

Valores Faturados

NOTA FISCAL CONTA DE ENERGIA ELETRICA no. 3812663 Serie B
Emitida em 26/01/2015

Produto Descricao		Un.	Consumo	Valor Unitario	Valor Total	Base de Calculo	Alq. ICMS	
01	ENERGIA ELET CONSUMO	kWh	229	0,282401	64,67	64,67	29,00%	
02	ENERGIA AD. BAND. VERMELHA	kWh			8,14	8,14	29,00%	
03	ENERGIA ELET USO SISTEMA	kWh	229	0,208253	47,69	47,69	29,00%	
04	CONT ILUMIN PUBLICA MUNICIPI				22,94			
Base de Calculo do ICMS:		120,50	Valor ICMS:		34,94	Valor Total da Nota Fiscal:		143,44
Composicao dos Valores		Reservado ao Fisco						
Energia	48,45	1CC9.E418.E32A.0CCA.2E7F.5181.3812.FC75						
Distribuicao	21,19							
Transmissao	2,26							
Tributos	40,36							
Encargos	8,26							
TOTAL	120,50							

INCLUSO NA FATURA PIS/COFINS NO VALOR DE R\$ 6,42, CONFORME RES. ANEEL 93/2006.
MANTENHA SUAS CONTAS EM DIA. EVITE MULTA DE 2% E JUROS (IGPM + 1%).
Periodos Band. Tarif.: Verde: 25/12-31/12 Vermelha: 01/01-26/01

Telefone Ouvidoria Copel: 0800 647 0606 - Telefone ANEEL: 167 (Ligação gratuita de telefones fixos e tarifada na origem para celulares)

SERVIÇO DE REGISTRO DE
PESSOAS JURÍDICAS
LINCON IURKIV GOMES
Oficial Registrador
CATARINA IURKIV GOMES
Escritor
Marechal Cândido Rondon - Paraná

SERVIÇO DISTRITAL DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
Novo
Endereço:
São Borja
nº 419
QUATRO PONTES

de avaliar, discutir e aprovar o graduação da programação bem como acompanhar toda programação da Rádio Comunitária no período de três anos, reunindo-se periodicamente. Na sequência tomaram posse a nova diretoria da Associação Comunitária que deu posse aos novos conselheiros.

- RANIELLI DAYANE ANSCHAU, Ranielli Anschau

- JHONY SOTT, Jhony Sott

- DIEGO FRANCENER, Diego Francener

- AFONSO FRANCER, Afonso Francener

Nada mais para tratar o Presidente deu por encerrada a presente Ata que vai assinada por mim e pelos elitos e demais presentes.

Afonso Francener

Cartório de Registro Civil
Registro Civil de Pessoas Jurídicas e
Pessoa Jurídica

CARTÓRIO LEVI
CARTÓRIO LEVI

Selo nº YdFQs.3iJYI.UCY0U, Controle:
0CtWb.95TF

Consulte esse selo em <http://funarpen.com.br>

PROTOCOLO Nº 0052331

REGISTRADO Nº 0006059

LIVRO A-051

Marechal Cândido Rondon (PR), 05 de
novembro de 2014

Lincon Iurkiv Gomes

SERVIÇO DE REGISTRO DE
PESSOAS JURÍDICAS

LINCON IURKIV GOMES

Oficial Registrador

CATARINA IURKIV GOMES

Escritor

Marechal Cândido Rondon - Paraná

Assamblea geral extraordinária
dias do mês de Abril, do ano de Dois mil e treze,
onde reuniram-se na sede da Rádio Comunitária de
Quatro Pontes, os membros da Associação Comunitária Cultural

SERVIÇO DE REGISTRO DE
PESSOAS JURÍDICAS
LINCON IURKIV GOMES
Oficial Registrador
CATARINA IURKIV GOMES
Escritor
Marechal Cândido Rondon - Paraná

CERTIFICO que o selo de
Autenticidade foi anexado na
última folha do documento
e entregue à parte

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES
PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
CNPJ nº 06.940.000 - PR - 85.940-000 - Telef.: (45) 3279-1878

AUTENTICAÇÃO

DE ACORDO COM O ART 7º, V DA LEI Nº 8.935 DE 18/11/1994, A
PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO
DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.

CAROLINA DE P. JENTZSCH - ESC. JURAMENTADA
Quatro Pontes, 15 de Abril de 2015

Tabellão: Martin Souto Jentzsch



03 de Novembro, para deliberar sobre a pauta da convocação do Edital para alterar os Estatutos da mesma. O Presidente Jhonny Sott abriu a Assembleia falando da necessidade de alterar o Estatuto para adequar às normas e portarias do ministério das comunicações e dos leis previstas no código civil Brasileiro. Conforme cópia: Altera-se o Artigo Primeiro incluindo o tempo de duração por prazo indeterminado de entidade, que possa ter a seguinte redação: A "Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro" fundada no dia 02/11/1998, de duração indeterminada, com sede provisória à Avenida Presidente Epitácio, nº 570, Cep: 85940-000, Estado do Paraná, com personalidade jurídica, organização não governamental, distinta de seus associados, este em número ilimitado, sem distinção de sexo, credo religioso ou político, raça ou cor, deficiências (física) sensorial (visual ou auditiva), mental ou múltiplas), sem fins lucrativos e seus diretores sem remuneração, tendo por fim promover: Alterada a redação do parágrafo terceiro do artigo terceiro, permitindo a recondução para o mesmo cargo na diretoria apenas uma vez. Inclusão parágrafo oitavo no artigo quarto onde estabeleceu competência ao vice presidente, ao qual compete substituir o presidente em todas suas funções na impossibilidade do mesmo. Altera-se o artigo oitavo que possa com a seguinte redação: Compete ao segundo tesoureiro substituir o primeiro tesoureiro na falta do mesmo em todas suas funções. Fica incluído o artigo nono com a seguinte redação: Compete ao diretor de comunicações, elaborar a programação da Rádio Comunitária, administrar

CERTIFICO que o selo de
Autenticidade foi afixado na
última folha do documento
entregue à parte

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES
RESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
Comarca Mar. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Telef.: (45) 3279-1878

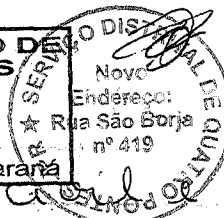
AUTENTICAÇÃO

DE ACORDO COM O ART 7º, V DA LEI Nº 8.935 DE 18/11/1994, A
PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO
DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.


CAROLINA DE P. JENTZSCH - ESC. JURAMENTADA
Quatro Pontes, 15 de Abril de 2015

Tabalião: Martin Souto Jentzsch

SERVIÇO DE REGISTRO DE
PESSOAS JURÍDICAS
LINCON IURKIV GOMES
Oficial Registrador
CATARINA IURKIV GOMES
Escrevente
Marechal Cândido Rondon - Paraná




todas as suas atividades, representando, com-
penalmente, a pregação telefônica, com-
parecer às reuniões da diretoria e assembleias
gerais, fornecer relatórios das atividades, se-
mestralmente, à diretoria, à assembleia geral
e desenvolver as demais tarefas afins. Após
discussão entre os membros presentes, ficou a-
provado que o parágrafo único do artigo mo-
no fica transformado em parágrafo primeiro,
e foi incluído o parágrafo segundo com a seguinte
redação: Os dirigentes poderão ser destituídos
dos cargos em assembleia geral por descum-
primento de suas funções, ou pela infração
das normas do artigo 59 do código civil.
Fica acrescentado o parágrafo sexto do artigo
décimo quarto com a seguinte redação: Po-
derão ser admitidos como sócios de entidade,
a título gratuito, todo e qualquer cidadão do-
miliado na área de abrangência do serviço
da entidade. Fica incluído o parágrafo sétimo
do artigo décimo quarto com a seguinte re-
dação: Poderão ser excluídos do quadro social
da entidade, o associado que descumprir qual-
quer obrigação prevista neste estatuto, ou pela
falta não justificada nas reuniões ordiná-
rias, ou que denegar a imagem da entidade.
O artigo décimo quinto passa a constar com a
seguinte redação: São direitos dos associados,
pessoas físicas e que encontram-se em dia com
suas obrigações estatutárias, o direito de votar
e serem votados para todos os cargos que compõem
os órgãos administrativos e deliberativos, bem
como, o direito de voz e voto nas deliberações

CERTIFICO que o selo de
Autenticidade foi afixado na
última folha do documento
entregue à parte

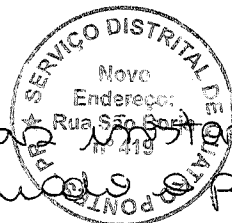
SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES
AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
Comarca Mal. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Telef.: (45) 3279-1878

AUTENTICAÇÃO

DE ACORDO COM O ART 7º, V DA LEI Nº 8.933 DE 18/11/1994, A
PRESENTE FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO
DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.


CAROLINA DE P. JENTZSCH - ESC. JURAMENTADA
Quatro Pontes, 15 de Abril de 2015

Tabelião: Martin Souto Jentzsch



sobre o ~~estatuto~~ social da entidade, mas ~~instan-~~ções deliberativas existentes. Fica ~~crucial~~ o parágrafo primeiro do artigo vigésimo primeiro com a seguinte redação: Os recursos para manutenção da entidade serão provenientes das contribuições dos associados e dos apoios culturais dos serviços de rádio difusão e eventos culturais. Fica incluído o parágrafo segundo do artigo vigésimo primeiro com a seguinte redação: Não haverá distribuição de bônus ou eventuais sobras dos receitas entre os associados. Nada mais para tratar, o Presidente deu por encerrada a presente ata, lida e lida por mim Romelli. Presidente. Digo, ainda em tempo: O Diretor Presidente, Tesoureiro, digo, Jhonny Setti lembrou de necessidade Secretária; digo, de adequar e preencher os quatro cargos devotos vagas na diretoria eleita para 3 anos, no dia 28 de novembro de 2013, e para atender também as alterações dos Estatutos conforme solicitações do Setor de Renovação de Outorga do Ministério das Comunicações. Após consulta a Assembleia sugeriu os seguintes nomes para preencher os referidos cargos vagas, como segue: Para Vice Presidente foi eleito por unanimidade dos presentes o Sr. Jhonatan Dieter Anschau, portador do R.G. número: 7.286.832-3 e CPF nº 038.695.459-33, residente na Avenida Presidente Epitácio, centro, Quatro Pontas, Paraná. Para preencher o cargo de vice tesoureiro, foi eleito por maioria dos presentes, o Sr. Marcos Abramson portador do R.G. nº 8.597.081-0 e CPF nº 006.376.199-86 residente na Rua Pacheco, centro em nosso município. Para ocupar o cargo de Secretário, permanece o nome de Diego Fronzer, eleito anteriormente na

SERVIÇO DISTRITAL DE QUATRO PONTES
AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
22-narca Mal. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Telef.: (45) 3279-1878

AUTENTICAÇÃO
DE ACORDO COM O ART. 7º, V DA LEI Nº 8.935 DE 18/11/1994, A
FOTOCÓPIA FOI CONFERIDA POR MIM E É REPRODUÇÃO
DO ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.

Carolina
CAROLINA DE P. JENTZSCH - ESC. JURAMENTADA
Quatro Pontes, 15 de Abril de 2015
Tabellão: Martin Souto Jentzsch.

CERTIFICO que o selo
Autenticidade foi afixado na
última folha do documento
entregue à parte

SERVIÇO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
LINCON IURKIV GOMES
Oficial Registrador
CATARINA IURKIV GOMES
Escritor



funcão de Diretor de Operações. Para o cargo de vice secretário foi eleito por unanimidade, o nome de Sra. Patrícia Hahn, portadora de R.G nº 9.821.916-1 e CPF nº 085.744.709-29, residente na Rua Santa Rosa, nº 058, centro. Na sequência, para completar os cargos vagos na diretoria, foi indicado para compor o cargo de Diretor de comunicações e aprovado por unanimidade, o nome do Sr. William Adrian Bender, portador de RG nº 8.597.081-0 e cpf nº 064.196.089-10, residente na Rua São Borja, nº 630, centro. Os demais cargos eleitos na Assembleia Ordinária realizada no dia 28 de novembro de 2013 permanecem no cargo até o final do mandato para o qual foram eleitos. Nada mais havendo a tratar, o Presidente Jhony Sott agudeciu a presença de todos os sócios e deu por encerrada a reunião de qual eu, Roniell Dayane Anschau, levei a presente ata, que vai assinada por mim e pelo Presidente.

Jhony Sott: _____ Roniell D Anschau;

Ainda em tempo, o nº de RG de vice tesoureiro Márcio

Ademariano e: 6.880-9.

Jhony Sott Jhony Sott Roniell Anschau
Presidente Tesoureiro

Diego Francener
Diego Francener
Secretário

Patrícia Hahn Patrícia Hahn - WAF
William Bender - AFONSO FRANCEIRO

SERVIÇO DISTRIAL DE QUATRO PONTES
AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, 599 - CENTRO - QUATRO PONTES-PR
Comarca Mat. C. Rondon - PR - 85.940-000 - Telef.: (45) 3279-1878

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firmas de:
Notário: JHONY SOTT
Endereço: Rua São Borja nº 419
MARCIA GENOVEI KLAUCK - ESC. JURAMENTADA
Quatro Pontes, 15/04/2015 às 09:17:08
Tabelião: Martin Souto Jentzsch
SELG DIGITAL: WsDrc. 947eb. Jqf1b - 8VDgVW. cFRS

Consulte o selo em www.funarpen.com.br

SERVIÇO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
LINCON IURKIV GOMES
Oficial Registrador
CATARINA IURKIV GOMES
Escritor

Cartório de Registro Civil
Registro Civil de Pessoas Jurídicas e Pessoa Jurídica
CARTÓRIO LEVI
CARTÓRIO LEVI
Selo nº 20YWE.D4Le8.jsI2j, Controle: 2B08.9DRF
Consulte esse selo em <http://funarpen.com.br>
PROTOCOLO Nº 0053053
REGISTRADO Nº 0006237
LIVRO A-054
Marechal Cândido Rondon (PR), 15 de abril de 2015
Lincon Iurkiv Gomes



**121ª Zona Eleitoral
Mal Cândido Rondon – PR**

Prot. SADPWEB nº 13783/2015

Data: 20/03/2015 Hora: ____:____

Servidor: _____

Assinatura: 

REQUERIMENTO DE DESFILIAÇÃO PARTIDARIA

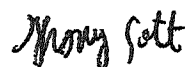
**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 121ª
ZONA ELEITORAL DA COMARCA DE MARECHAL CANDIDO RONDON**

Eu Jhony Sott, portador do Título Eleitoral nº 085442570671, da 121ª Zona Eleitoral, venho mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, atendendo determinação do disposto no artigo 21 da Lei 9.096, de 19/09/1995 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, com a finalidade de comunicar meu DESLIGAMENTO do PARTIDO PSD-55-Partido Social Democrata, a partir desta data, conforme exigência prevista por lei.


Outrossim, requer se digne Vossa Excelência determinar as anotações de praxe, com a expedição dos atos de ofício decorrente.

Quatro Pontes, 15 de Abril de 2013.

Atenciosamente,



Jhony Sott

Prot. SADPWEB nº 13784/2015
Data: 20/03/2015 Hora: ____ : ____
Servidor: ____
Assinatura: 

REQUERIMENTO DE DESFILIAÇÃO PARTIDARIA

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 121ª
ZONA ELEITORAL DA COMARCA DE MARECHAL CANDIDO RONDON**

Eu, **DIEGO FRANCENER**, portador do Título Eleitoral nº **077123580612**, da 121 Zona Eleitoral, venho mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, atendendo determinação do disposto no artigo 21 da Lei 9.096, de 19/09/1995 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, com a finalidade de comunicar meu **DESLIGAMENTO** do **PARTIDO PSD-55-Partido Social Democrata**, a partir desta data, conforme exigência prevista por lei.

Outrossim, requer se digne Vossa Excelência determinar as anotações de praxe, com a expedição dos atos de ofício decorrente.

Quatro Pontes, 15 de Abril de 2013.

Atenciosamente,


Diego Francener

**121ª Zona Eleitoral
Mal Cândido Rondon – PR**

Prot. SADPWEB nº 13382/2015

Data: 23/03/15 Hora: ____:____

Servidor: _____

Assinatura: RM

REQUERIMENTO DE DESFILIAÇÃO PARTIDARIA

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 121ª
ZONA ELEITORAL DA COMARCA DE MARECHAL CANDIDO RONDON**

Eu AFONSO FRANCENER, portador do Título Eleitoral nº 026949880612, da 121 Zona Eleitoral, venho mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, atendendo determinação do disposto no artigo 21 da Lei 9.096, de 19/09/1995 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, com a finalidade de comunicar meu DESLIGAMENTO do PARTIDO PSD-55-Partido Social Democrata, a partir desta data, conforme exigência prevista por lei.

Outrossim, requer se digne Vossa Excelência determinar as anotações de praxe, com a expedição dos atos de ofício decorrente.

Quatro Pontes, 15 de Abril de 2013.

Atenciosamente,


AFONSO FRANCENER

A. R.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DELEGACIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

Setor Análize de Outorga

RUA MERGENTHALER-592-BLOCO 1 – MEZANINO

VILA LEOPOLDINA

CEP 05.311.900

SÃO PAULO – SP.

A. R.



(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

Rem : Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro
Av. Presidente Epitácio- 570
CEP 85940-000
Quatro Pontes - PR

Ministério das Comunicações

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina - CEP: 05311-900 - São Paulo-SP.
Fone: (11) 3101-0123

Memorando nº 1849/2015/SEI-MC

São Paulo, 03 de junho de 2015

À Coordenação de Análise de Denúncias

Assunto: **Informação sobre entidades comunitárias que pleiteiam a Renovação de Outorga**

Solicitamos informações acerca da existência de eventuais Processos de Apuração de Infração (concluídos ou em trâmite) instaurados em face das entidades abaixo, autorizadas para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

<u>Entidade</u>	<u>CNPJ</u>
<u>Localidade</u>	
1. Associação Comunitária Solidariedade e Desenvolvimento de Arcos	
Arcos/MG	02.705.921/0001-85
2. Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora da Conceição	
Pereiras/SP	02.668.339/0001-96
3. Associação Beneficente 07 de Outubro	
Itaíçaba/CE	01.612.948/0001-60
4. Associação Cultural e Comunitária de Itatiaiuçu	
Itatiaiuçu/MG	01.953.010/0001-04
5. Associação Comunitária Cultural e Comunicação Social de Orobó	
Orobó/PE	02.706.761/0001-99
6. Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi/RN	
Apodi/RN	02.896.981/0001-22
7. Associação Beneficente e Cultural Comunitária Alternativa	
Patrocínio/MG	01.004.041/0001-19
8. Associação Comunitária Cultural Rural da Imagem e do Som de Lagamar	
Lagamar/MG	01.779.929/0001-23
9. Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro	
Quatro Pontes/PR	02.852.367/0001-69
10. Associação de Comunicação e Radio Comunitária do Bairro São Bernardo	

Campinas/SP

02.612.177/0001-74

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Mario de Moraes Daolio, Delegado Substituto**, em 03/06/2015, às 17:52, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0538819** e o código CRC **4498A35C**.



Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SRD | menu ajuda

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: PR
Município: Quatro Pontes
Canal: 292
Fase: 3

Distrito: Quatro Pontes
Sub Distrito:
Local Especifico:

Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL 03 DE NOVEMBRO
Nome Fantasia: 'TROPICAL FM'
Logradouro: AVENIDA PRESIDENTE EPITACIO, 570
Telefone: Não Informado
Situação: Entidade não possui débitos

CNPJ: 02.852.367/0001-69
Bairro: CENTRO
Número: .
Fax: Não Informado

Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ: 02852367000169

Pesquisar

Razão Social: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL 03 DE NOVEMBRO
Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: Brasil
Cep: 85940000
Número: .
Município: Quatro Pontes
Telefone:

Logradouro: AVENIDA PRESIDENTE EPITACIO, 570
Complemento:
Distrito: Quatro Pontes

Bairro: CENTRO
SubDistrito:
Fax:

UF: PR

Endereço de Correspondência

País: Brasil
Cep: 85940000
Número: .
Município: Quatro Pontes

Logradouro: AVENIDA PRESIDENTE EPITACIO, 570
Complemento:
Distrito: Quatro Pontes

Bairro: CENTRO
SubDistrito:

UF: PR

Telefone: 45 02258662 **Fax:** **E-mail:**

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio: 17/10/2003

Data Limite Instalação: 04/04/2020**Número do Processo:** 537400001371999**Fistel:** 50011955600**Caixa:****Sequência:**

Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
	204		Portaria	MC	25/02/2002	07/03/2002	Autoriza Executar Serviço	Jur.
	34022		ATO	SCM	24/02/2003	05/03/2003	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.
	760		Decreto Legislativo	CN	16/10/2003	17/10/2003	Deliber. do C. Nacional	Jur.
	42270		ATO	SCM	04/02/2004	10/02/2004	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.

Característica da Estação Instalada

Dados do Licenciamento

Dados da Estação

Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL 03 DE NOVENBRO - CNPJ/CPF
(02.852.367/0001-69)
Município/UF: QUATRO PONTES/PR
Indicativo: ZYM267

Situação: Entidade não possui débitos

Canal: 292

Dia Início

Dia Fim

Hora Início

Hora Fim

X

Domingo ▼

Sábado ▼

06:00 ▼

22:00 ▼

✗



Tela Inicial



Imprimir

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

Coordenação de Análise de Denúncias

DESPACHO

Processo nº: **53900.045514/2015-00**

Interessado(a): **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL 03 DE NOVEMBRO**

Em atenção ao Memorando nº 1849/2015/SEI-MC, informamos que foram encontrados registros de processos atribuídos à Interessada no banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, cujo resultado segue abaixo:

Descrição	Nº Processo	Situação Atual
Registros de PAIs ativos	53900.004624/2014	<ul style="list-style-type: none">• Em trâmite;• Processo aguardando notificação da irregularidade constatada;• Irregularidade apurada: transmissão de publicidade comercial (data da ocorrência - 2/12/2014).

* SRD - Sistema de Controle de Radiodifusão

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Mascarenhas de Oliveira Solano, Coordenadora-Geral de Acompanhamento de Outorgas, Substituta**, em 10/09/2015, às 15:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0704534** e o código CRC **B925EBA8**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

NOTA TÉCNICA Nº 11987/2015/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.057858/2013-35**

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Quatro Pontes/PR**, por meio da Portaria nº **204**, publicada no DOU de 07/03/2002, e Decreto Legislativo nº **760**, publicado no DOU de 17/10/2003.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou em 17/10/2013. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, protocolou seu pedido de renovação de outorga em 03/10/2013, (página 02 do evento SEI 0097323), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, Parágrafo Único da Lei nº 9.612/1998 e do subitem 20.2 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462/2011. O pleito da entidade é tempestivo, tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estendeu a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013.

REQUERENTE
Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro

QUADRO DIRETIVO

Jhony Sott - Diretor Presidente

Jhonatan Dieter Anschau - Diretor Vice-Presidente

Diego Francener - Secretário

Patricia Hahn - Vice-Secretária

Ranielli Dayane Anschau - Tesoureira

Marcio Assmann - Vice-Tesoureiro

William Adrian Bender - Diretor de Comunicação

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612/1998 e a Norma nº 01/2011, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		ANÁLISE
1.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Norma nº 01/2011.	Ok, páginas 06 a 32 do evento SEI (0469419) do documento 53900.019457/2015-03
		Ok, páginas 02 a 08 do evento SEI (0231000) do documento 53900.028046/2014-

2.	Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.	10 Páginas 02 a 05 do evento SEI (0469419) do documento 53900.019457/2015-03
3.	Comprovantes relativos à maioria e nacionalidade e CPF dos dirigentes.	Ok, páginas 10 a 12 do evento SEI (0231000) do documento 53900.028046/2014-10 Páginas 34 a 37 do evento SEI (0469419) do documento 53900.019457/2015-03
4.	Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	Ok, página 04 do evento SEI (0097323)
5.	Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel.	Ok, página 05 do evento SEI (0097323)

6.	Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, válido e atual.	Ok, página 06 do evento SEI (0097323)
7.	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.	Ok, páginas 71 a 75 do evento SEI (0097323)

4. Existe apontamento quanto a processos de apuração de infração atribuídos para a entidade, conforme informação da Coordenação de Análise de Denúncias, evento SEI 0704534 processo anexado 53900.045514/2015-00.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugerimos, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica nos termos do Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Akemi Nishida, Analista Tec Administrativo**, em 16/09/2015, às 11:18, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão, Delegado**, em 17/09/2015, às 15:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva**,



Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 14/12/2015, às 14:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Nedio Antônio Valduga, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 16/12/2015, às 11:24, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016. Nº de Série do Certificado: 1260001



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Pinto Martins, Secretário Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 31/12/2015, às 09:20, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0537193** e o código CRC **153278D9**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EM Nº XX/20xx/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.057858/2013-35, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 17/10/2013, a autorização outorgada à **Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Quatro Pontes / PR.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº XXXX/20XX/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.057858/2013-35 e nº 53740.000137/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17/10/2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Quatro Pontes / PR.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.
9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.
12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.
13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30

de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.
20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.
22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).
25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.
26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.
27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.
28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.
30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.
32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.
33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO

PARECER REFENCIAL Nº 475/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS			SIM	NÃO	Fls. / n° do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.					
1.1.		O requerimento é tempestivo?				

2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?			
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.





Jurídico, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 3 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:15:56.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DESPACHO nº 1655 / 2015

PROCESSO: 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

1. Aprovo o Parecer N° 475/2015 como manifestação jurídica referencial, a ser adotada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica na análise de processos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária, ficando dispensada a análise jurídica individualizada, conforme autoriza a ON AGU nº 55/2014.
2. Os processos de renovação em trâmite nesta CONJUR devem ser analisados com base nos parâmetros definidos neste Parecer.
3. Encaminhe-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562688** e o código CRC **B52A7303**.

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 2 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:17:37.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo n.: 53000.057858/2013-35

Considerando o disposto no **Parecer Referencial 475/2015/SEI-MC**, de 19 de junho de 2015, notadamente quanto ao seu item 32 (cópia constante dos autos, 0718953), atesto que os documentos instrutórios do presente pedido de renovação se enquadram na situação de dispensa de análise individualizada pela CONJUR, conforme lista abaixo, de acordo com o previsto no Anexo do referido Parecer:

	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	PÁGINA E EVENTO SEI
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.	X		Página 02, evento SEI (0097323)
1.1	O requerimento é tempestivo?	X		Postagem datada em 27/09/2013 (página 87, evento SEI 0097323)
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	X		Ok, página 04 do evento SEI (0097323)
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.	X		Ok, página 05 do evento SEI (0097323)
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.	X		Ok, página 06 do evento SEI (0097323)
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.	X		Ok, páginas 06 a 32 do evento SEI (0469419) do documento 53900.019457/2015-03
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas	X		Ok, páginas 02 a 08 do evento SEI (0231000) do documento 53900.028046/2014-10 Páginas 02 a 05 do evento SEI (0469419) do documento 53900.019457/2015-03
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.	X		Ok, páginas 10 a 12 do evento SEI (0231000) do documento 53900.028049/2014/10 Páginas 34 a 37 do evento SEI (0469419) do documento 53900.019457/2015-03
	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes			Ok, páginas 71 a 75 do evento SEI

8	do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.	X		OK, páginas 71 a 73 do evento SEI (0097323)
9	Relatório de apuração de infrações	X		Evento SEI (0704534) processo anexado 53900.045514/2015-00
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		X	
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		X	



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 14/12/2015, às 14:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0718959** e o código CRC **A147296D**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

PORTARIA Nº 72/2016/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.057858/2013-35 e nº 53740.000137/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de outubro 2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL 03 DE NOVEMBRO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Quatro Pontes / PR.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 01/02/2016, às 09:24, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0912136** e o código CRC **43866CC1**.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.057858/2013-35, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 17/10/2013, a autorização outorgada à **Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Quatro Pontes / PR.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

ANDRÉ FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 01/02/2016, às 09:24, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0912145** e o código CRC **A7A5601E**.



Processo: 25351.485471/2015-70
Expediente do Recurso: 0790372/15-3
Parecer: 787/2015-COARE/SUINP
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: CARIACICA PREFEITURA
CNPJ: 27.150.549/0002-08
Processo: 25351.662281/2014-43
Expediente do Recurso: 1109879/14-1
Parecer: 823/2015-COARE/SUINP
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: WLGC - TRANSPORTES RODOVIÁRIOS ELI-RELI-ME
CNPJ: 15.382.923/0001-22
Processo: 25351.426310/2012-98
Expediente do Recurso: 0842534/15-5
Parecer: 783/2015-COARE/SUINP
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: F I CIRINO FARMÁCIA-ME
CNPJ: 27.720.846/0001-52
Processo: 25351.208113/2002-72
Expediente do Recurso: 410282/10-7
Parecer: 828/2015-COARE/SUINP
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: DROGARIA LÍDER DA MARÉ LTDA.
CNPJ: 10.561.406/0001-05
Processo: 25351.240166/2012-50
Expediente do Recurso: 0753556/14-2
Parecer: 820/2015-COARE/SUINP
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: BELFAR LTDA.
CNPJ: 18.324.343/0001-77
Processo: 25351.569684/2015-90
Expediente do Recurso: 0916678/15-5
Decisão: POR UNANIMIDADE, DETERMINAR O RETORNO DO PROCESSO À ÁREA TÉCNICA PARA REANÁLISE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR - VOTO DO DIRETOR 001/2016-DIREG.

Empresa: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS S/A
CNPJ: 45.453.214/0035-09
Processo: 25351.518742/2014-53
Expediente do Recurso: 0843004/15-7
Parecer: 776/2015-COARE/SUINP
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: FRETEBRASIL, SERVIÇOS LOGÍSTICOS E SOLUÇÕES
CNPJ: 01.447.874/0001-54
Processo: 25351.098952/2010-58
Expediente do Recurso: 0912743/15-7
Parecer: 834/2015-COARE/SUINP
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: FARMÁCIA VINIFARMA LTDA.
CNPJ: 19.426.770/0001-29
Processo: 25351.090526/2014-28
Expediente do Recurso: 0835002/15-7
Parecer: 862/2015-COARE/SUINP
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: M. R. MARCONDES BRAGA REDENÇÃO-EPP
CNPJ: 01.198.348/0001-06
Processo: 25351.498013/2014-19
Expediente do Recurso: 0780653/14-1
Parecer: 810/2015-COARE/SUINP
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: TCI BPO TECNOLOGIA, CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO S/A
CNPJ: 03.311.116/0003-00
Processo: 25351.513348/2015-41
Expediente do Recurso: 0838159/15-3
Parecer: 778/2015-COARE/SUINP

Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: DISTRIBUIDORA CENTRO-OESTE DE MEDICAMENTOS LTDA.
CNPJ: 66.438.011/0001-66
Processo: 25351.645317/2014-56
Expediente do Recurso: 1049529/14-1
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, E RETORNAR À ÁREA TÉCNICA PARA REANÁLISE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR - VOTO DIMON Nº 06/2016.

ARESTO Nº 386, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em sessão realizada em 21 de janeiro de 2016, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso VII e no §1º do art. 53 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 25 de 04 de abril de 2008, por unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO aos recursos a seguir especificados, conforme relação anexa, acompanhando a posição da Relatoria que acata o Parecer nº 008/2016-COARE/SUINP.

IVO BUCARESKY
Diretor-Presidente
Substituto

ANEXO

Empresa: BORGES & BÓZIO LTDA..
CNPJ: 09.148.298/0001-56
Processo: 25351.617680/2009-10
Expediente do Recurso: 927854/10-1
Empresa: AUVERINDO BORGES BATISTA
CNPJ: 08.715.555/0001-21
Processo: 25351.664797/2008-84
Expediente do Recurso: 166434/10-4
Empresa: PINEDA LABORATÓRIO DE MANIPULAÇÃO

LTDA.
CNPJ: 00.022.760/0001-08
Processo: 25351.202500/2002-03
Expediente do Recurso: 407435/10-1
Empresa: DROGARIAS BIFARMA
CNPJ: 02.743.218/0015-67
Processo: 25351.631870/2008-31
Expediente do Recurso: 710872/11-9
Empresa: SAG FARMACÊUTICA LTDA.-ME
CNPJ: 08.893.288/0002-63
Processo: 25351.096242/2011-01
Expediente do Recurso: 915656/11-9
Empresa: DROGA SHANGAI LTDA.
CNPJ: 03.231.794/0002-73
Processo: 25351.753424/2010-00
Expediente do Recurso: 986520/11-9
Empresa: DROGARIA PADOVANI & VERDOLIN LTDA.
CNPJ: 07.103.150/0001-70
Processo: 25351.272080/2005-67
Expediente do Recurso: 0172335/12-9
Empresa: DROGARIA E PERFUMARIA SCANFARMA

LTDA.-ME
CNPJ: 07.762.659/0001-24
Processo: 25351.340026/2013-61
Expediente do Recurso: 0975194/13-7
Empresa: DROGARIA CENTRAL NOVA SAMPAIO LT-

DA.-ME
CNPJ: 07.366.978/0001-10
Processo: 25351.005833/2006-10
Expediente do Recurso: 1011648/14-6
Empresa: HOMEOPATIA SANTOS E FURTADO LTDA.
CNPJ: 42.805.366/0001-88
Processo: 25351.203564/2002-13
Expediente do Recurso: 0074799/15-8
Empresa: COLOPLAST DO BRASIL LTDA.
CNPJ: 02.794.555/0004-20
Processo: 25351.090022/2015-34
Expediente do Recurso: 0842172/15-2

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 68, DE 1º FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.022289/2013-15 e nº 53800.000384/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 19/08/2013, a autorização outorgada à ASCOCAB-ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CABIXI-RO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Cabixi/RO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 69, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.066832/2013-88 e nº 53790.001072/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17/11/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL NOVA PALMA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Nova Palma/RS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 70, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.065155/2013-81 e nº 53790.000029/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17/11/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E CULTURAL DE SENADOR SALGADO FILHO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Senador Salgado Filho/RS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 71, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.035879/2012-19 e nº 53780.000350/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 25/11/2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI - RN, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Apodi / RN.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 72, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.057858/2013-35 e nº 53740.000137/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de outubro 2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL 03 DE NOVEMBRO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Quatro Pontes / PR.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 73, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.071344/2013-92 e nº 53730.000075/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24/10/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL E COMUNITÁRIA DE ESPERANÇA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Esperança/PB.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 74, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.025272/2013-10 e nº 53710.001503/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18/08/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE ARAÚJOS - ACCA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Araújos / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 75, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.055726/2012-98 e nº 53103.000671/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24/12/2012, a autorização outorgada à RADIO COMUNITÁRIA VENTUROSA FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Venturosa/PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 76, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.059286/2011-67 e nº 53740.000891/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27/09/2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DE IBIPORÁ, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Ibioporá / PR.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 77, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.039925/2013-30 e nº 53830.001538/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 21/08/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE IGARAPAVA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Igarapava/SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 78, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.014554/2013-83 e nº 53800.000066/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27/05/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Jarú/RO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 79, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.006656/2013-25 e nº 53780.000254/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18/11/2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE LUCRÉCIA - ADECOL, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Lucrécia/RN.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 80, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.057905/2011-89 e nº 53710.000976/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 23/02/2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE E DESENVOLVIMENTO DE ARCOS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Arcos/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 81, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.040771/2013-29 e nº 53830.001788/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 07/08/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Pereiras/SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 82, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.058083/2011-53 e nº 53780.000126/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 11/09/2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL CULTURAL IRMÃ ELÍZA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Coronel Ezequiel/RN.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 83, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.003928/2014-16 e nº 53710.000999/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 03/02/2014, a autorização outorgada ao SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Conselheiro Pena/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 84, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.017052/2013-12 e nº 53103.000890/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 05/06/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO PALMARES DE RÁDIO DIFUSÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Palmares/PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 85, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.049700/2013-91 e nº 53690.000805/1998, resolve:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53000.057858/2013-35**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL 03 DE NOVEMBRO**

Assunto: Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 72, de 01/02/2016, no Diário Oficial da União de 12/02/2016, que renova a outorga da entidade para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de **Quatro Pontes/PR**, consoante com o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o processo nº **53000.057858/2013-35**, em cópia autenticada, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 26/02/2016, às 16:26, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0976246** e o código CRC **D553C23D**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53000.057858/2013-35**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL 03 DE NOVEMBRO**

Assunto: Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 72, de 01/02/2016, no Diário Oficial da União de 12/02/2016, que renova a outorga da entidade para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de **Quatro Pontes/PR**, consoante com o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o processo n.º **53000.057858/2013-35**, em cópia autenticada, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 26/02/2016, às 16:26, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0976246** e o código CRC **D553C23D**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Recbi

Em, 16/03/16

Nome Legível

Brasília, 4 de Maio de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.057858/2013-35, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 17/10/2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Quatro Pontes / PR.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Andre Peixoto Figueiredo Lima

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de

renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.

20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.

21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).

25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.

27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.

33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO
PARECER REFERENCIAL Nº 475/2015
RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

DOCUMENTOS		SI	NÃO	Fls. /
		M	O	nº do
				doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.			
1.1.	O requerimento é tempestivo?			
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			

9.1 Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?

Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Brasília, 19 de junho de 2015.

Lucas Borges de Carvalho

Assessor do Consultor Jurídico

DESPACHO nº 1655 / 2015

PROCESSO: 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

1. Aprovo o Parecer Nº 475/2015 como manifestação jurídica referencial, a ser adotada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica na análise de processos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária, ficando dispensada a análise jurídica individualizada, conforme autoriza a ON AGU nº 55/2014.

2. Os processos de renovação em trâmite nesta CONJUR devem ser analisados com base nos parâmetros definidos neste Parecer.

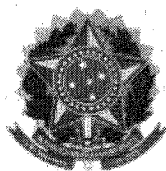
3. Encaminhe-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 19 de junho de 2015.

Alan Emanuel Cavalcante Trajano

Consultor Jurídico

Assinado eletronicamente por: Cacilda Lanuza da Rocha Duque



RECEBI O ORIGINAL	
Em:	11 105 12016
Nome Legível:	
Assinatura:	Valdeir Oliveira Costa
	Assistente CODOC



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 721 – 70044-900 Brasília-DF - Tel.: (61) 2027-6242 / 6225

Ofício nº 16135/2016/SEI-MC

Ao Senhor

JOÃO PAULO BACHUR

Subchefe-Adjunto da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da
Casa Civil da Presidência da República

Palácio do Planalto – 4º andar
70150-900 Brasília-DF

Assunto: **Processos (encaminha)**

Senhor Subchefe-Adjunto,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de
3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo,
os seguintes processos impressos a partir de arquivo digital com valor de original:

✓ EM nº 247/2016 MC
- 53000.006751/2002

✓ EM nº 250/2016 MC
- 53000.019002/2013

✓ EM nº 251/2016 MC
- 53000.054055/2013

✓ EM nº 252/2016 MC
- 53000.030353/2009

✓ EM nº 253/2016 MC

- 53000.053977/2012

✓ EM nº 254/2016 MC
- 53000.013444/2010

✓ EM nº 255/2016 MC
- 53000.014137/2010

✓ EM nº 256/2016 MC
- 53000.007049/2014

✓ EM nº 257/2016 MC
- 53000.022913/2013

✓ EM nº 258/2016 MC
- 53000.075017/2013

✓ EM nº 262/2016 MC
- 53000.028353/2009

✓ EM nº 263/2016 MC
- 53000.022892/2010

✓ EM nº 264/2016 MC
- 53000.005810/2014

✓ EM nº 265/2016 MC
- 53000.072966/2013

✓ EM nº 266/2016 MC
- 53000.057718/2012

✓ EM nº 267/2016 MC
- 53000.036682/2009

✓ EM nº 268/2016 MC
- 53000.023966/2010

✓ EM nº 269/2016 MC
- 53000.014142/2010

✓ EM nº 270/2016 MC
- 53000.016097/2012

✓ EM nº 273/2016 MC
- 53000.007104/2013

✓ EM nº 274/2016 MC
- 53000.006656/2013

✓ EM nº 277/2016 MC
- 53000.019020/2014

✓ EM nº 278/2016 MC
- 53000.003928/2014

✓ EM nº 279/2016 MC
- 53000.009899/2013

✓ EM nº 280/2016 MC
- 53000.007039/2013

✓ EM nº 281/2016 MC
- 53000.070516/2013

✓ EM nº 282/2016 MC
- 53000.071797/2013

✓ EM nº 283/2016 MC
- 53000.007045/2013

✓ EM nº 284/2016 MC
- 53000.061548/2013

✓ EM nº 285/2016 MC
- 53000.015608/2013

✓ EM nº 286/2016 MC
- 53000.007049/2013

✓ EM nº 287/2016 MC
- 53000.021788/2012

✓ EM nº 288/2016 MC
- 53000.057858/2013

✓ EM nº 289/2016 MC
- 53000.015823/2013

✓ EM nº 290/2016 MC
- 53000.054438/2013

✓ EM nº 291/2016 MC
- 53000.059286/2011

✓ EM nº 292/2016 MC
- 53000.003434/2014

✓ EM nº 293/2016 MC
- 53000.014914/2013

✓ EM nº 294/2016 MC
- 53000.059291/2011

✓ EM nº 295/2016 MC
- 53000.060438/2013

✓ EM nº 296/2016 MC
- 53900.034453/2015

✓ EM nº 297/206 MC
- 53000.042938/2009

Atenciosamente,

BRUNO LINS
Coordenador-Geral, Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Alves Cruz Luna Lins**,
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete, Substituto, em 10/05/2016, às 15:39,
conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html>
informando o código verificador **1124883** e o código CRC **9605049F**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 17282/2016/SEI-MC

Ao Senhor
JHONY SOTT

Representante Legal da Associação Comunitária Cultural 3 de Novembro
Av. Presidente Epitácio, nº 570 - Centro
85940-000 / Quatro Pontes - PR
CNPJ nº 02.852.367/0001-69

Assunto: **Renovação da Outorga / Processo nº 53000.057858/2013-35.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informamos que a outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária concedida à Associação Comunitária Cultural 3 de Novembro sediada em **Quatro Pontes - PR**, foi renovada pelo prazo de dez anos, a partir de **17 de outubro 2013**, conforme Portaria nº 72, de 01/02/2016, publicada no DOU de 12/02/2016.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 18/05/2016, às 14:28, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1134384** e o código CRC **5E94082D**.

Ofício nº 17282/2016/SEI-MC - Processo nº 53000.057858/2013-35

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE

DESPACHO

Processo nº: 53000.057858/2013-35

Referência: Ofício nº 16135/2016/SEI-MC, de 10 de maio de 2016.

Assunto: Restituição de processo.

Destinatário: SCE

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 16135/2016/SEI-MC, de 10 de maio de 2016, à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério.

Brasília, 16 de maio de 2016.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Rosa dos Santos**, **Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 16/05/2016, às 12:22, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1136509** e o código CRC **CE5EFDA0**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

NOME OU RAZÃO SOC

ENDEREÇO / ADRE

CEP / CODE POSTAL

SCE/CGRC

Of. nº 17282/2016/SEI-MC, 18/05/2016

53000.057858/2013-35

JHONY SOTT

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL 3 DE NOVEMBRO

AV. PRESIDENTE EPITÁCIO, Nº 570 - CENTRO

85940-000

QUATRO PONTES - PR

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

JHONY SOTT

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRAISON

31/05

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMITENTE
SIGNATURE DE L'AGENT

ANTONIO CARLOS BRAGA

MAT 8565500-7
AC QUATRO PONTES - PR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

JO 39168211 0 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

:

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

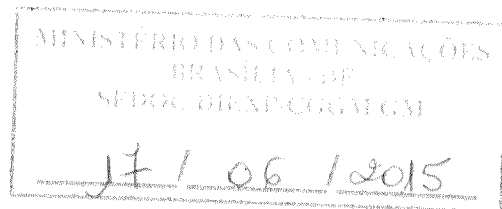
Serviço Público Federal - Brasília - DF
Departamento de Exatidão de Serviços de Comunicação Eletrônica
Escritório dos Ministérios e da AB - Anexo 2 Sala 304-0
70044-900 - Brasília - DF

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL**

Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Ofício nº 295 /2016 - SAG/Casa Civil - PR

Brasília, 15 de junho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor

ELTON SANTA FÉ ZACARIAS

Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 8º andar

70.044-900 – Brasília – DF

Assunto: **Devolução de processos de radiodifusão.**

Senhor Secretário-Executivo,

Cumprimentando-o cordialmente, restituo a Vossa Excelência as Exposições de Motivos listadas em anexo, acompanhadas dos respectivos processos, para reavaliação, tendo em vista a recente incorporação da Pasta Comunicações por esse Ministério.

Atenciosamente,



ANDRÉ BUCAR

Subchefe Adjunto

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414 - Praça dos Três Poderes
Telefone: (55) (61) 3411-1453 - CEP 70150-900 - Brasília - DF
E-mail: sagcasacivil@presidencia.gov.br



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL

Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
1	Associação Cultural de Comunicação Santa Tereza - Santa Tereza do Oeste (PR).	Santa Tereza do Oeste	PR	2011	Outorga	Rádio FM Educativa	169	2016	Associação Cultural de Comunicação Santa Tereza - Santa Tereza do Oeste (PR). - EM nº 169/2016 MC - 53000.058848/2011
2	J. Machado Guimarães Empreendimentos Ltda. - Gravatá (PE).	Gravatá	PE	2008	Renovação	Rádio FM	171	2016	J. Machado Guimarães Empreendimentos Ltda. - Gravatá (PE). EM nº 171/2016 MC - 53000.012652/2008
3	Universidade Federal do Pará - UFPA - Marabá (PA).	Marabá	PA	2011	Outorga	Rádio FM Educativa	172	2016	Universidade Federal do Pará - UFPA - Marabá (PA). EM nº 172/2016 MC - 53000.059087/2011
4	UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - Dourados (MS).	Dourados	MS	2011	Outorga	Rádio FM Educativa	173	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - Dourados (MS).EM nº 173/2016 MC - 53000.057408/2011
5	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC - Juazeiro do Norte (CE).	Juazeiro do Norte	CE	2011	Outorga	Rádio FM Educativa	174	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC - Juazeiro do Norte (CE).EM nº 174/2016 MC - 53000.058765/2011
6	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS - Anápolis (GO).	Anápolis	GO	2011	Outorga	Rádio FM Educativa	175	2016	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS - Anápolis (GO).EM nº 175/2016 MC - 53000.059431/2011
7	Sistema de Comunicação Vale FM Ltda. - Matias Cardoso (MG).	Matias Cardoso	MG	2001	Outorga	Rádio FM	176	2016	Sistema de Comunicação Vale FM Ltda. - Matias Cardoso (MG).EM nº 176/2016 MC - 53710.000579/2001
8	Comunicação Vale FM Ltda. - Montalvânia (MG).	Montalvânia	MG	2001	Outorga	Rádio FM	177	2016	Comunicação Vale FM Ltda. - Montalvânia (MG).EM nº 177/2016 MC - 53710.000579/2001
9	Associação Comunitária Matiense de Radiodifusão - Matias Barbosa (MG).	Matias Barbosa	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	178	2016	Associação Comunitária Matiense de Radiodifusão - Matias Barbosa (MG).EM nº 178/2016 MC - 53000.025761/2013
10	Sociedade Ação Comunitária e Cidadania da Cidade de Goiás - Goiás (GO).	Goiás	GO	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	179	2016	Sociedade Ação Comunitária e Cidadania da Cidade de Goiás - Goiás (GO).EM nº 179/2016 MC - 53000.074982/2013
11	Associação Cultural Comunitária de Lagoa Formosa - Lagoa Formosa (MG).	Lagoa Formosa	MG	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	181	2016	Associação Cultural Comunitária de Lagoa Formosa - Lagoa Formosa (MG).EM nº 181/2016 MC - 53000.056209/2011

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
12	Associação Cultural de Brotas – Miraima (CE).	Miraima	CE	2011	Outorga	Rádio FM Comunitária	182	2016	Associação Cultural de Brotas – Miraima (CE).EM nº 182/2016 MC - 53000.027302/2011
13	Rádio São Roque Ltda. - Faxinal do Soturno (RS).	Faxinal do Soturno	RS	2013	Renovação	Rádio OM	183	2016	Rádio São Roque Ltda. - Faxinal do Soturno (RS).EM nº 183/2016 MC - 53000.072343/2013
14	Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens – Dourados (MS).	Dourados	MS	2011	Outorga	Rádio e TV	184	2016	Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens – Dourados (MS).EM nº 184/2016 MC - 53000.063406/2011
15	Associação Cultural do Município de Indiará – Indiará (GO)	Indiará	GO	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	186	2016	Associação Cultural do Município de Indiará – Indiará (GO).EM nº 186/2016 MC - 53000.043084/2012
16	Associação Beneficente e Cultural Comunitária Itinga da Serra (ASBECULIS) - Antônio Gonçalves (BA).	Antônio Gonçalves	BA	1998	Outorga	Rádio FM Comunitária	187	2016	Associação Beneficente e Cultural Comunitária Itinga da Serra (ASBECULIS) - Antônio Gonçalves (BA).EM nº 187/2016 MC - 53640.000775/1998
17	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – Santana do Livramento (RS).	Santana do Livramento	RS	2012	Outorga	Rádio FM Educativa	188	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – Santana do Livramento (RS).EM nº 188/2016 MC - 53000.004800/2012
18	Televisão Pirapitinga Ltda. – Catalão (GO).	Catalão	GO	2010	Alteração contrato social	Rádio e TV	189	2016	Televisão Pirapitinga Ltda. – Catalão (GO).EM nº 189/2016 MC - 53000.025225/2010
19	Fundação Champagnat – Curitiba (PR)	Curitiba	PR	2015	Renovação	Rádio FM Educativa	190	2016	Fundação Champagnat – Curitiba (PR) EM nº 190/2016 MC - 53900.007781/2015
20	RÁDIO E TV DIFUSORA DO MARANHÃO LTDA – São Luís (MA)	São Luís	MA	2005	Alteração contrato social	Rádio e TV	191	2016	RÁDIO E TV DIFUSORA DO MARANHÃO LTDA – São Luís (MA) EM nº 191/2016 MC - 53000.019876/2005
21	Associação Cultural Comunitária Esperança de Hortolândia – Hortolândia (SP).	Hortolândia	SP	2013	Outorga	Rádio FM Comunitária	192	2016	Associação Cultural Comunitária Esperança de Hortolândia – Hortolândia (SP).EM nº 192/2016 MC - 53000.003804/2013
22	REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., - Rio Branco (AC).	Rio Branco	AC	2014	Renovação	Rádio FM	193	2016	REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., - Rio Branco (AC).EM nº 193/2016 MC - 53000.003954/2014
23	Associação Cultural e Artística de Barcelos – Barcelos (AM).	Barcelos	AM	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	194	2016	Associação Cultural e Artística de Barcelos – Barcelos (AM).EM nº 194/2016 MC - 53000.019131/2013
24	Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social – Palestina – Palestina (SP).	Palestina	SP	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	195	2016	Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social – Palestina – Palestina (SP).EM nº 195/2016 MC - 53000.058130/2011
25	Associação Comunitária Monte Sinai – Itaocara (RJ).	Itaocara	RJ	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	196	2016	Associação Comunitária Monte Sinai – Itaocara (RJ).EM nº 196/2016 MC - 53000.057301/2012

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
26	Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição Vigente, pela Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba' do Município de Porangaba e Adjacências – Porangaba (SP).	Porangaba	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	197	2016	Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição Vigente, pela Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba' do Município de Porangaba e Adjacências – Porangaba (SP).EM nº 197/2016 MC - 53000.067258/2013
27	Abrigo Luz do Amanhã – Itajaí (SC).	Itajaí	SC	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	198	2016	Abrigo Luz do Amanhã – Itajaí (SC).EM nº 198/2016 MC - 53900.019194/2014
28	Associação Beneficente Cultural Comunitária de Carmo do Paranaíba - Carmo do Paranaíba (MG).	Carmo do Paranaíba	MG	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	199	2016	Associação Beneficente Cultural Comunitária de Carmo do Paranaíba - Carmo do Paranaíba (MG). EM nº 199/2016 MC - 53000.056208/2011
29	Associação Comunitária Abadiânia – Abadiânia (GO).	Abadiânia	GO	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	200	2016	Associação Comunitária Abadiânia – Abadiânia (GO).EM nº 200/2016 MC - 53000.031941/2012
30	ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL VALE DE AUTAZES – Autazes (AM).	Autazes	AM	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	201	2016	ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL VALE DE AUTAZES – Autazes (AM).EM no 201/2016 MC - 53000.058079/2011
31	Associação Cultural Ebenézer - Santa Helena de Goiás (GO).	Santa Helena de Goiás	GO	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	202	2016	Associação Cultural Ebenézer - Santa Helena de Goiás (GO).ÉM nº 202/2016 MC - 53000.059476/2011
32	ASSOCIAÇÃO RADIO COMUNITÁRIA ARAGUARI -Ferreira Gomes (AP).	Ferreira Gomes	AP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	203	2016	ASSOCIAÇÃO RADIO COMUNITÁRIA ARAGUARI -Ferreira Gomes (AP).EM nº 203 /2016 MC - 53000.006809/2013
33	Rádio Comunitária Cruz das Armas - João Pessoa (PB)	João Pessoa	PB	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	204	2016	Rádio Comunitária Cruz das Armas FM. EM nº 204/2016 MC - 53000.048665/2012
34	Associação de Moradores de Lagedo do Tabocal - Lagedo do Tabocal (BA).	Lagedo do Tabocal	BA	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	205	2016	Associação de Moradores de Lagedo do Tabocal - Lagedo do Tabocal (BA). EM nº 205/2016 MC - 53000.033271/2013
35	Associação Comunitária de Comunicação de Rio Maria - Rio Maria (PA).	Rio Maria	PA	2015	Renovação	Rádio FM Comunitária	206	2016	Associação Comunitária de Comunicação de Rio Maria - Rio Maria (PA). EM nº 206/2016 MC - 53900.029909/2015
36	Radio Liberdade do Rio Grande do Sul Ltda. – Viamão (RS).	Viamão	RS	2013	Renovação	Rádio FM	207	2016	Radio Liberdade do Rio Grande do Sul Ltda. – Viamão (RS). EM nº 207/2016 MC - 53000.023205/2013
37	Universidade Federal do Paraná- UFPR – Paranaguá (PR).	Paranaguá	PR	2011	Outorga	Rádio e TV	208	2016	Universidade Federal do Paraná- UFPR – Paranaguá (PR). EM nº 208/2016 MC - 53000.061812/2011
38	SOCIEDADE APARECIDENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA. - Aparecida de Goiânia (GO).	Aparecida de Goiânia	GO	2008	Renovação	Rádio OM	209	2016	SOCIEDADE APARECIDENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA. - Aparecida de Goiânia (GO). EM nº 209/2016 MC - 53000.028016/2008
39	Associação dos Moradores de Aracruz - Luís Eduardo Magalhães (BA).	Luís Eduardo Magalhães	BA	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	210	2016	Associação dos Moradores de Aracruz - Luís Eduardo Magalhães (BA). EM nº 210/2016 MC - 53000.056622/2011

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
40	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO ESPLANADA DE PACAEMBU (AMBEP) – Pacaembu (SP).	Pacaembu	SP	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	211	2016	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO ESPLANADA DE PACAEMBU (AMBEP) – Pacaembu (SP). EM nº 211/2016 MC - 53000.051845/2012
41	Associação de Difusão Comunitária de Palmeirópolis – Palmeirópolis (TO).	Palmeirópolis	TO	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	212	2016	Associação de Difusão Comunitária de Palmeirópolis – Palmeirópolis (TO). EM nº 212/2016 MC - 53000.058099/2011
42	ASSOCIAÇÃO CULTURAL BENEFICENTE E COMUNITÁRIA DE VARGEM GRANDE (ACBEC) - Vargem Grande (MA).	Vargem Grande	MA	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	213	2016	ASSOCIAÇÃO CULTURAL BENEFICENTE E COMUNITÁRIA DE VARGEM GRANDE (ACBEC) - Vargem Grande (MA). EM nº 213/2016 MC - 53000.062221/2013
43	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO MUNICÍPIO DE BOTUPORÃ – Botuporã (BA).	Botuporã	BA	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	214	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO MUNICÍPIO DE BOTUPORÃ – Botuporã (BA). EM nº 214/2016 MC - 53900.032165/2014
44	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL PADRE BERNARDO – Macajuba (BA).	Macajuba	BA	2015	Renovação	Rádio FM Comunitária	215	2016	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL PADRE BERNARDO – Macajuba (BA). EM nº 215/2016 MC - 53900.016191/2015
45	Associação Comunitária de Comunicação Cultural e Artística de Jataizinho - Jataizinho (PR).	Jataizinho	PR	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	216	2016	Associação Comunitária de Comunicação Cultural e Artística de Jataizinho - Jataizinho (PR).EM nº 216/2016 MC - 53000.057355/2011
46	Associação de Radiodifusão Comunitária de Santa Maria de Jetiba - Santa Maria de Jetibá (ES).	Santa Helena de Jetibá	ES	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	217	2016	Associação de Radiodifusão Comunitária de Santa Maria de Jetiba - Santa Maria de Jetibá (ES).EM nº 217/2016 MC - 53000.030397/2012
47	Associação Beneficente Renascer Aquidauanense - Aquidauana/MS.	Aquidauana	MS	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	218	2016	Associação Beneficente Renascer Aquidauanense - Aquidauana/MS.EM nº 218/2016 MC - 53000.034031/2012
48	Associação de Proteção aos Idosos e Adolescentes de Camocim - Camocim/CE.	Camocim	CE	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	219	2016	Associação de Proteção aos Idosos e Adolescentes de Camocim - Camocim/CE.EM nº 219/2016 MC - 53000.053921/2012
49	ASSOCIAÇÃO PELO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE LEBON RÉGIS - Lebon Régis/SC.	Lebon Régis	SC	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	220	2016	ASSOCIAÇÃO PELO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE LEBON RÉGIS - Lebon Régis/SC.EM nº 220/2016 MC - 53900.018692/2014
50	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - Apodi / RN	Apodi	RN	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	221	2016	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - Apodi / RNEM nº 221/2016 MC - 53000.056632/2011
51	Associação Pro-desenvolvimento de Vera Cruz - Vera Cruz/RS.	Vera Cruz	RS	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	222	2016	Associação Pro-desenvolvimento de Vera Cruz - Vera Cruz/RS.EM nº 222/2016 MC - 53000.027685/2013
52	Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora da Conceição - Pereiras/SP.	Pereiras	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	223	2016	Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora da Conceição - Pereiras/SP.EM nº 223/2016 MC - 53000.040771/2013
53	Ascocab-Associação Comunitária de Cabixi - Cabixi/RO.	Cabixi	RO	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	224	2016	Ascocab-Associação Comunitária de Cabixi - Cabixi/RO.EM nº 224/2016 MC - 53000.022289/2013
54	ASSOCIAÇÃO ALVORADA - Vila Rica / MT.	Vila Rica	MT	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	225	2016	ASSOCIAÇÃO ALVORADA - Vila Rica / MT.EM nº 225/2016 MC - 53000.040656/2013

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
55	ASVIP - Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bairro São Vicente de Paula - São Gotardo / MG	São Gotardo	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	226	2016	ASVIP - Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bairro São Vicente de Paula - São Gotardo / MG. EM nº 226/2016 MC - 53000.040721/2013
56	Associação de Moradores e Amigos da Comunidade Integrada das Mercês - São João Del Rei / MG.	São João Del Rei	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	227	2016	Associação de Moradores e Amigos da Comunidade Integrada das Mercês - São João Del Rei / MG. EM nº 227/2016 MC - 53000.047754/2013
57	Rancho Verde Viva – RVV - Salgueiro/PE.	Salgueiro	PE	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	228	2016	Rancho Verde Viva – RVV - Salgueiro/PE. EM nº 228/2016 MC - 53000.024854/2013
58	Associação Comunitária Moriah (Moriah FM - Jales/SP.	Jales	SP	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	229	2016	Associação Comunitária Moriah (Moriah FM - Jales/SP. EM nº 229/2016 MC - 53000.051661/2012
59	Associação Comunitária de Igarapava - Igarapava/SP	Igarapava	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	230	2016	Associação Comunitária de Igarapava - Igarapava/SP. EM nº 230/2016 MC - 53000.039925/2013
60	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá - Glória do Goitá/PE.	Glória do Goitá	PE	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	231	2016	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá - Glória do Goitá/PE. EM nº 231/2016 MC - 53000.046267/2013
61	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE BELO JARDIM - Belo Jardim/PE.	Belo Jardim	PE	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	232	2016	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE BELO JARDIM - Belo Jardim/PE. EM nº 232/2016 MC - 53000.056210/2011
62	Associação Comunitária Itanhanduense de Radiodifusão - Itanhandu/MG.	Itanhandu	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	233	2016	Associação Comunitária Itanhanduense de Radiodifusão - Itanhandu/MG. EM nº.233/2016 MC - 53000.056441/2013
63	Associação Comunitária de Rádio Difusão Nova Machado Para Desenvolvimento Artístico e Cultural - Machado/MG	Machado	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	234	2016	Associação Comunitária de Rádio Difusão Nova Machado Para Desenvolvimento Artístico e Cultural - Machado/MG. -EM nº 234/2016 MC - 53000.041601/2013
64	Associação Comunitária Terra de Getulina - Getulina/SP.	Getulina	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	235	2016	Associação Comunitária Terra de Getulina - Getulina/SP. EM nº 235/2016 MC - 53000.021870/2013
65	RADIO COMUNITÁRIA VENTUROSOSA FM - Venturosa/PE.	Venturosa	PE	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	236	2016	RADIO COMUNITÁRIA VENTUROSOSA FM - Venturosa/PE. EM nº 236/2016 MC - 53000.055726/2012
66	SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE - Patu/RN.	Patu	RN	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	237	2016	SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE - Patu/RN. EM nº 237/2016 MC - 53000.049242/2012
67	Associação Cultural Comunitária de Araújo - ACCA - Araújo / MG	Araújo	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	238	2016	Associação Cultural Comunitária de Araújo - ACCA - Araújo / MG. - EM nº 238/2016 MC - 53000.025272/2013
68	Associação Comunitária de Comunicação de Barro Duro - Barro Duro (PI).	Barro Duro	PI	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	239	2016	Associação Comunitária de Comunicação de Barro Duro - EM nº 239/2016 MC - 53000.05623/2011

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
69	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO SÃO JOSÉ - Carpina / PE.	Carpina	PE	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	240	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO SÃO JOSÉ - Carpina / PE.EM n° 240/2016 MC - 53000.044838/2012
70	Radio Grupo Conesul - Santana do Livramento/RS.	Santana do Livramento	RS	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	241	2016	Radio Grupo Conesul - Santana do Livramento/RS.EM n° 241/2016 MC - 53000.028888/2013
71	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - Apodi / RN.	Apodi	RN	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	242	2016	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - Apodi / RN.EM n° 242/2016 MC - 53000.035879/2012
72	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE 07 de Outubro -Itaíçaba/CE.	Itaíçaba	CE	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	243	2016	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE 07 de Outubro -Itaíçaba/CE.EM n° 243/2016 MC - 53000.027789/2013
73	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JIPARANAENSE – ASCOJIPA - Ji-Paraná/RO.	Ji-Paraná	RO	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	244	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JIPARANAENSE – ASCOJIPA - Ji-Paraná/RO.EM n° 244/2016 MC - 53900.013869/2014
74	Associação Comunitária Beneficente, Artística e Cultural de Coromandel -Coromandel / MG.	Coromandel	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	245	2016	Associação Comunitária Beneficente, Artística e Cultural de Coromandel -Coromandel / MG.EM n° 245/2016 MC - 53000.047332/2013
75	Centro Assistencial e Comunitário da Bela Vista - Boqueirão/PB.	Boqueirão	PB	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	246	2016	Centro Assistencial e Comunitário da Bela Vista - Boqueirão/PB.EM n° 246/2016 MC - 53000.041226/2011
76	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - CRICIÚMA SC	Criciúma	SC	2011	Outorga	Rádio FM Educativa	248	2016	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - CRICIÚMA SC. - EM n° 248/2016 MC - 53000.059022/2011
77	ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NOVO DESTINO - MILHÃ/CE,	Milhã	CE	2010	Outorga	Rádio FM Comunitária	249	2016	ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NOVO DESTINO - MILHÃ/CE. - EM n° 249/2016 MC - 53000.065119/2010
79	Rádio Jornal de Hoje Ltda. - Maceió (AL).	Maceió	AL	2007	Renovação	Rádio FM	180	2016	Rádio Jornal de Hoje Ltda. - Maceió (AL). - EM n° 180/2016 MC - 53000.041498/2007
80	Associação e Movimento Comunitário Cultural Dinâmica - Engenheiro Coelho (SP).	Engenheiro Coelho	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	305	2016	Associação e Movimento Comunitário Cultural Dinâmica - Engenheiro Coelho (SP). - EM n° 305/2016 MC - 53000.058874/2013
81	Beneficiência Básica Integrada (BID) - Sanharó (PE).	Sanharó	PE	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	306	2016	Beneficiência Básica Integrada (BID) - Sanharó (PE). - EM n° 306/2016 MC - 53000.057907/2011
82	Associação Beneficente e Cultural Comunitária Alternativa - ASBECCA - Patrocínio (MG).	Patrocínio	MG	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	307	2016	Associação Beneficente e Cultural Comunitária Alternativa - ASBECCA - Patrocínio (MG). - EM n° 307/2016 MC - 53.000.007674/2014
83	Associação de Comunicação Comunitária Rádio Ibicuí FM - Manoel Viana (RS).	Manoel Viana	RS	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	308	2016	Associação de Comunicação Comunitária Rádio Ibicuí FM - Manoel Viana (RS). - EM n° 308/2016 MC - 53000.065762/2013

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
84	Associação de Comunicação e Radio Comunitária do Bairro Sao Bernardo - Campinas (SP).	Campinas	SP	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	309	2016	Associação de Comunicação e Radio Comunitária do Bairro Sao Bernardo - Campinas (SP). - EM nº 309/2016 MC - 53000.009819/2014
85	ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE - Jaru (RO).	Jaru	RO	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	310	2016	ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE - Jaru (RO). - EM nº 310/2016 MC - 53000.014554/2013
86	Associação Luverdense de Radiodifusão Comunitária - Lucas do Rio Verde (MT).	Lucas do Rio Verde	MT	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	311	2016	Associação Luverdense de Radiodifusão Comunitária - Lucas do Rio Verde (MT). - EM nº 311/2016 MC - 53000.049700/2013
87	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL RURAL DA IMAGEM E DO SOM DE LAGAMAR - ASSRISL - Lagamar (MG).	Lagamar	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	312	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL RURAL DA IMAGEM E DO SOM DE LAGAMAR - ASSRISL - Lagamar (MG). - EM nº 312/2016 MC - 53000.065118/2013
88	Associação dos Movimentos Populares de Diamantina - AMPODI -Diamantina (MG).	Diamantina	MG	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	313	2016	Associação dos Movimentos Populares de Diamantina - AMPODI -Diamantina (MG). - EM nº 313/2016 MC - 53000.058124/2011
89	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - Vitória de Santo Antão (PE).	Vitória de Santo Antão	PE	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	314	2016	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - Vitória de Santo Antão (PE). - EM nº 314/2016 MC - 53000.057908/2011
90	Associação de Comunicação Comunitária Educativa e Cultural Integração Vale do Jaguarí - São Pedro do Sul (RS).	São Pedro do Sul	RS	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	315	2016	Associação de Comunicação Comunitária Educativa e Cultural Integração Vale do Jaguarí - São Pedro do Sul (RS). - EM nº 315/2016 MC - 53000.065763/2013
91	Associação Novabarrense de Comunicação e Radiodifusão (ANCORA) - São José da Barra (MG).	São José da Barra	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	317	2016	Associação Novabarrense de Comunicação e Radiodifusão (ANCORA) - São José da Barra (MG). - EM nº 317/2016 MC - 53000.070514/2013
92	Associação Radio Comunitária Tabira FM - Tabira (PE).	Tabira	PE	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	318	2016	Associação Radio Comunitária Tabira FM - Tabira (PE). - EM nº 318/2016 MC - 53000.014521/2013
93	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO DE IPUIUNA - Ipuina (MG).	Ipuina	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	319	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO DE IPUIUNA - Ipuina (MG). - EM nº 319/2016 MC - 53000.063885/2013
94	ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO COMUNITÁRIO RADIO REGIONAL ITAMARACÁ FM - Ipaussu (SP).	Ipaussu	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	320	2016	ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO COMUNITÁRIO RADIO REGIONAL ITAMARACÁ FM - Ipaussu (SP). - EM nº 320/2016 MC - 53000.070500/2013
95	Associação Cultural e Comunitária de Itatiaiuçu -Itatiaiuçu (MG).	Itatiaiuçu	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	321	2016	Associação Cultural e Comunitária de Itatiaiuçu -Itatiaiuçu (MG). - EM nº 321/2016 MC - 53000.065566/2013
96	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL PROFESSORA ELZITA SANTANA - Nerópolis (GO).	Nerópolis	GO	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	322	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL PROFESSORA ELZITA SANTANA - Nerópolis (GO). - EM nº 322/2016 MC - 53000.055907/2013
98	FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL JOSE ALVES FERREIRA DE OLIVEIRA - Pará de Minas (MG).	Pará de Minas	MG	2002	Outorga	Rádio e TV	247	2016	FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL JOSE ALVES FERREIRA DE OLIVEIRA - Pará de Minas (MG). - EM nº 247/2016 MC - 53000.006751/2002

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
99	Associação de Radiodifusão Comunitária RCA FM - Aramarí (BA).	Aramarí	BA	2013	Outorga	Rádio FM Comunitária	250	2016	Associação de Radiodifusão Comunitária RCA FM - Aramarí (BA). - EM nº 250/2016 MC - 53000.019002/2013
100	Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Ibiassucê - Ibiassucê (BA).	Ibiassucê	BA	2013	Outorga	Rádio FM Comunitária	251	2016	Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Ibiassucê - Ibiassucê (BA). - EM nº 251/2016 MC - 53000.054055/2013
101	ASSOCIAÇÃO CULTURAL RADIO COMUNITÁRIA DE ITAMARATY - ACRCI (ACRCI) - Ibirapitanga (BA).	Ibirapitanga	BA	2009	Outorga	Rádio FM Comunitária	252	2016	ASSOCIAÇÃO CULTURAL RADIO COMUNITÁRIA DE ITAMARATY - ACRCI (ACRCI) - Ibirapitanga (BA). - EM nº 252/2016 MC - 53000.030353/2009
102	ASSOCIAÇÃO CULTURAL VALE DOS BOIS - Campestre de Goiás (GO).	Campestre de Goiás	GO	2012	Outorga	Rádio FM Comunitária	253	2016	ASSOCIAÇÃO CULTURAL VALE DOS BOIS - Campestre de Goiás (GO). - EM nº 253/2016 MC - 53000.053977/2012
103	Associação Comunitária de Radiodifusão Integração Social Cultural de Campo Magro PR (Associação Comunitária de Campo Magro) - Campo Magro (PR).	Campo Magro	PR	2010	Outorga	Rádio FM Comunitária	254	2016	Associação Comunitária de Radiodifusão Integração Social Cultural de Campo Magro PR (Associação Comunitária de Campo Magro) - Campo Magro (PR). - EM nº 254/2016 MC - 53000.013444/2010
104	Associação Tucupi de Arte Cultura e Comunicação - Marituba (PA).	Marituba	PA	2010	Outorga	Rádio FM Comunitária	255	2016	Associação Tucupi de Arte Cultura e Comunicação - Marituba (PA). - EM nº 255/2016 MC - 53000.014137/2010
105	Organização Cultural de Difusão Comunitária Vozes do Amanhã - Prainha (PA).	Prainha	PA	2014	Outorga	Rádio FM Comunitária	256	2016	Organização Cultural de Difusão Comunitária Vozes do Amanhã - Prainha (PA). - EM nº 256/2016 MC - 53000.007049/2014
106	Fundação Benilde Vasconcelos Moreira - Manoel Emídio (PI).	Manoel Emídio	PI	2013	Outorga	Rádio FM Comunitária	257	2016	Fundação Benilde Vasconcelos Moreira - Manoel Emídio (PI). - EM nº 257/2016 MC - 53000.022913/2013
107	Associação Comunitária Máxima Fm de Itabirinha (Rádio Máxima Fm) - Itabirinha (MG).	Itabirinha	MG	2013	Outorga	Rádio FM Comunitária	258	2016	Associação Comunitária Máxima Fm de Itabirinha (Rádio Máxima Fm) - Itabirinha (MG). - EM nº 258/2016 MC - 53000.075017/2013
108	Associação Cultural Comunitária Jampa - ACCJ - João Pessoa (PB).	João Pessoa	PB	2009	Outorga	Rádio FM Comunitária	262	2016	Associação Cultural Comunitária Jampa- ACCJ - João Pessoa (PB). - EM nº 262/2016 MC - 53000.028353/2009
109	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE DE RADIODIFUSÃO DO BAIRRO ALVORADA (ASCOBRADI) - Contagem (MG).	Contagem	MG	2010	Outorga	Rádio FM Comunitária	263	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE DE RADIODIFUSÃO DO BAIRRO ALVORADA (ASCOBRADI) - Contagem (MG). - EM nº 263/2016 MC - 53000.022892/2010
110	Associação dos Produtores Rurais do Assentamento São Sebastião de Utinga - Wagner (BA).	Wagner (BA)	BA	2014	Outorga	Rádio FM Comunitária	264	2016	Associação dos Produtores Rurais do Assentamento São Sebastião de Utinga - Wagner (BA). - EM nº 264/2016 MC - 53000.005810/2014
111	Associação Comunitária Cultural Paraíso de Radiodifusão (ACCPR) - São João do Paraíso (MG).	São João do Paraíso	MG	2013	Outorga	Rádio FM Comunitária	265	2016	Associação Comunitária Cultural Paraíso de Radiodifusão (ACCPR) - São João do Paraíso (MG). - EM nº 265/2016 MC - 53000.072966/2013
112	Associação Assistencial e de Radiodifusão Comunitária Maracangalha FM - São Sebastião do Passé (BA).	São Sebastião do Passé	BA	2012	Outorga	Rádio FM Comunitária	266	2016	Associação Assistencial e de Radiodifusão Comunitária Maracangalha FM - São Sebastião do Passé (BA). - EM nº 266/2016 MC - 53000.057718/2012

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
113	Associação Agrícola dos Plantadores de Mandioca - Jupi (PE).	Jupi	PE	2009	Outorga	Rádio FM Comunitária	267	2016	Associação Agrícola dos Plantadores de Mandioca - Jupi (PE). - EM nº 267/2016 MC - 53000.036682/2009
114	Associação Comunitária Luz - Boa Esperança (MG).	Boa Esperança	MG	2010	Outorga	Rádio FM Comunitária	268	2016	Associação Comunitária Luz - Boa Esperança (MG). - EM nº 268/2016 MC - 53000.023966/2010
115	Centro Cultural de Humberto de Campos Tribal Folia (Tribal Folia) - Humberto de Campos (MA).	Humberto de Campos	MA	2010	Outorga	Rádio FM Comunitária	269	2016	Centro Cultural de Humberto de Campos Tribal Folia (Tribal Folia) - Humberto de Campos (MA). - EM nº 269/2016 MC - 53000.014142/2010
116	Associação de Radiodifusão Comunitária e Cultural de Pontal do Araguaia (Rádio Comunitária Vale FM) - Pontal do Araguaia (MT).	Pontal do Araguaia	MT	2012	Outorga	Rádio FM Comunitária	270	2016	Associação de Radiodifusão Comunitária e Cultural de Pontal do Araguaia (Rádio Comunitária Vale FM) - Pontal do Araguaia (MT). - EM nº 270/2016 MC - 53000.016097/2012
117	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE APOIO A MARILUZ - ACAM - Mariluz (PR).	Mariluz	PR	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	273	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE APOIO A MARILUZ - ACAM - Mariluz (PR). - EM nº 273/2016 MC - 53000.007104/2013
118	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE LUCRÉCIA - ADECOL - Lucrécia (RN).	Lucrécia	RN	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	274	2016	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE LUCRÉCIA - ADECOL - Lucrécia (RN). - EM nº 274/2016 MC - 53000.006656/2013
119	Associação Pró-Cidadania Avareense - Avaré (SP).	Avaré	SP	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	277	2016	Associação Pró-Cidadania Avareense - Avaré (SP). - EM nº 277/2016 MC - 53000.019020/2014
120	Serviço de Assistência Social - SAS - Conselheiro Pena (MG).	Conselheiro Pena	MG	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	278	2016	Serviço de Assistência Social - SAS - Conselheiro Pena (MG). - EM nº 278/2016 MC - 53000.003928/2014
121	Associação Comunitária Dianopolina de Radiodifusão - Dianópolis (TO).	Dianópolis	TO	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	279	2016	Associação Comunitária Dianopolina de Radiodifusão -Dianópolis (TO). - EM nº 279/2016 MC - 53000.009899/2013
122	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CULTURA, LAZER E ENTRETENIMENTO DA ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE NUPORANGA - Nuporanga (SP).	Nuporanga	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	280	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CULTURA, LAZER E ENTRETENIMENTO DA ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE NUPORANGA - Nuporanga (SP). - EM nº 280/2016 MC - 53000.007039/2013
123	FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CABACEIRAS - Cabaceiras (PB).	Cabaceiras	PB	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	281	2016	FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CABACEIRAS - Cabaceiras (PB). - EM nº 281/2016 MC - 53000.070516/2013
124	ASSOCIAÇÃO DE RADIO COMUNITÁRIA DE POCINHOS - Pocinhos (PB).	Pocinhos	PB	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	282	2016	ASSOCIAÇÃO DE RADIO COMUNITÁRIA DE POCINHOS - Pocinhos (PB). - EM nº 282/2016 MC - 53000.071797/2013
125	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CACIMBA DE DENTRO - Cacimba de Dentro (PB).	Cacimba de Dentro	PB	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	283	2016	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CACIMBA DE DENTRO - Cacimba de Dentro (PB). - EM nº 283/2016 MC - 53000.007045/2013
126	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE TRIUNFO - Triunfo (PE).	Triunfo	PE	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	284	2016	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE TRIUNFO - Triunfo (PE). - EM nº 284/2016 MC - 53000.061548/2013

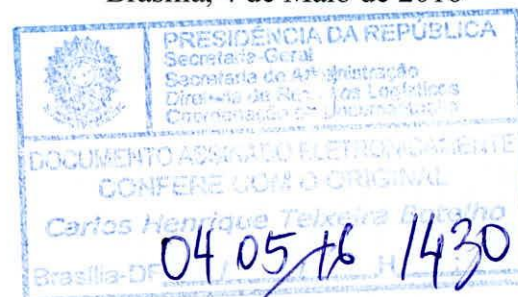
Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
127	Fundação Obra Assistencial Para Integração Social da Comunidade - São Vicente (RN).	São Vicente	RN	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	285	2016	Fundação Obra Assistencial Para Integração Social da Comunidade - São Vicente (RN). - EM nº 285/2016 MC - 53000.015608/2013
128	Associação Porto Real - Porto Nacional (TO).	Porto Nacional	TO	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	286	2016	Associação Porto Real - Porto Nacional (TO). - EM nº 286/2016 MC - 53000.007049/2013
129	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA URTIGÃO - São João da Urtiga (RS).	São João da Urtiga	RS	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	287	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA URTIGÃO - São João da Urtiga (RS). - EM nº 287/2016 MC - 53000.021788/2012
130	Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro - Quatro Pontes (PR).	Quatro Pontes	PR	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	288	2016	Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro - Quatro Pontes (PR). - EM nº 288/2016 MC - 53000.057858/2013
131	Associação Cultural e Comunitária Amigos de Jarinu - Jarinu (SP).	Jarinu	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	289	2016	Associação Cultural e Comunitária Amigos de Jarinu - Jarinu (SP). - EM nº 289/2016 MC - 53000.015823/2013
132	REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA - Fortaleza (CE).	Fortaleza	CE	2013	Transferência direta	Rádio e TV	290	2016	REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA - Fortaleza (CE). - EM nº 290/2016 MC - 53000.054438/2013
133	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ibiporã - Ibiporã (PR).	Ibiporã	PR	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	291	2016	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ibiporã - Ibiporã (PR). - EM nº 291/2016 MC - 53000.059286/2011
134	Associação Comunitária São José - São José do Rio Preto (SP).	São José do Rio Preto	SP	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	292	2016	Associação Comunitária São José - São José do Rio Preto (SP). - EM nº 292/2016 MC - 53000.003434/2014
135	Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM - Rio Novo do Sul (ES).	Rio Novo do Sul	ES	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	293	2016	Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM - Rio Novo do Sul (ES). - EM nº 293/2016 MC - 53000.014914/2013
136	Associação e Movimento Comunitário Rádio Bom Conselho FM - Bom Conselho (PE).	Bom Conselho	PE	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	294	2016	Associação e Movimento Comunitário Rádio Bom Conselho FM - Bom Conselho (PE). - EM nº 294/2016 MC - 53000.059291/2011
137	Associação de Radiodifusão Comunitária de Sombrio - Sombrio (SC).	Sombrio	SC	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	295	2016	Associação de Radiodifusão Comunitária de Sombrio - Sombrio (SC). - EM nº 295/2016 MC - 53000.060438/2013
138	Rede União de Rádio e Televisão Ltda. - Fortaleza (CE).	Fortaleza	CE	2015	Renovação	Rádio e TV	296	2016	Rede União de Rádio e Televisão Ltda. - Fortaleza (CE). - EM nº 296/2016 MC - 53900.034453/2015
139	TV Nova Conexão para a TV FB - Comunicações Ltda. - Francisco Beltrão (PR).	Francisco Beltrão	PR	2009	Transferência direta	Rádio e TV	297	2016	TV Nova Conexão para a TV FB - Comunicações Ltda. - Francisco Beltrão (PR). - EM nº 297/2016 MC - 53000.042938/2009

130

53000.057858/2013-35

EM nº 00288/2016 MC

Brasília, 4 de Maio de 2016



Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.057858/2013-35, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 17/10/2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Quatro Pontes / PR.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Andre Peixoto Figueiredo Lima

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará

prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os

documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.

20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.

21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).

25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.

27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o

pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.

33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO

PARECER REFERENCIAL Nº 475/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

DOCUMENTOS

		SI	NÃ	Fls. /
		M	O	nº do
				doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.			
1.1.	O requerimento é tempestivo?			
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros			

- técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.
- 3 Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.
 - 4 Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.
 - 5 Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.
 - 6 Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.
 - 7 Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.
 - 8 Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.
 - 9 Relatório de apuração de infrações.
 - 9.1 Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?
 - 9.2 Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Brasília, 19 de junho de 2015.

Lucas Borges de Carvalho

Assessor do Consultor Jurídico

DESPACHO nº 1655 / 2015

PROCESSO: 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

1. Aprovo o Parecer Nº 475/2015 como manifestação jurídica referencial, a ser adotada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica na análise de processos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária, ficando dispensada a análise jurídica individualizada, conforme autoriza a ON AGU nº 55/2014.
2. Os processos de renovação em trâmite nesta CONJUR devem ser analisados com base nos parâmetros definidos neste Parecer.
3. Encaminhe-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 19 de junho de 2015.

Alan Emanuel Cavalcante Trajano

Consultor Jurídico

Assinado eletronicamente por: Cacilda Lanuza da Rocha Duque



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHO

Processo nº: 53000.057858/2013-35

Considerando que os órgãos técnico e jurídico desta Pasta já se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica n.º 11987/2015/SEI-MC e do Parecer n.º 475/2015/SEI-MC, respectivamente, e a mudança do Titular desta Pasta, restitua-se o presente processo à Consultoria Jurídica, com a minuta de Exposição de Motivos disposta no campo próprio abaixo, para reexame e providências, com vistas à submissão dos autos ao atual Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Vanda Jugurtha Bonna Nogueira
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 22/07/2016, às 14:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1244814** e o código CRC **97B3F806**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Interino,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.057858/2013-35, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 17/10/2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Quatro Pontes / PR.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.057858/2013-35**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL 03 DE NOVEMBRO**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

Ao Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Coordenação já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**,
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 15/03/2017, às
16:52, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº
34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador
1734440 e o código CRC **500BC0E6**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.057858/2013-35

SEI nº 1734440

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.057858/2013-35**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL 03 DE NOVEMBRO**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

À Secretaria de Radiodifusão,

Considerando que órgãos técnico e jurídico já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, Substituto**, em 16/03/2017, às 10:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1734442** e o código CRC **9375034F**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.057858/2013-35

SEI nº 1734442

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.057858/2013-35**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL 03 DE NOVEMBRO**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos**

À Chefia de Gabinete do Ministro,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Pasta já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica nº 11987 (0537193) e do Parecer Conjur nº 475/2015 (0718953), encaminho a Exposição de Motivos anexa, com vista à submissão dos autos ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Radiodifusão**, em 16/03/2017, às 21:07, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1734450** e o código CRC **B72BEE89**.

Minutas e Anexos

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.057858/2013-35, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez

anos, a partir de 17/10/2013, a autorização outorgada à **Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Quatro Pontes / PR.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Referência: Processo nº 53000.057858/2013-35

SEI nº 1734450

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.057858/2013-35, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 17/10/2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Quatro Pontes / PR.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 13/05/2017, às 18:05, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1829393** e o código CRC **4B00733B**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):

CGGM_RÁDIO

DEMANDA:

Encaminhar a Presidência da República

OBSERVAÇÃO:

Tendo em vista a assinatura da Exposição de Motivos, encaminhe-se o processo, em cópia autenticada, a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para inserção no SIDOF e posterior envio à Presidência da República.

Brasília, 15 de maio de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 16/05/2017, às 17:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1886298** e o código CRC **7F68FEFC**.

Referência: Processo nº 53000.057858/2013-35

SEI nº 1886298

Brasília, 07 de julho de 2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.057858/2013-35, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 17/10/2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Quatro Pontes / PR.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

Esplanada dos Ministérios, Bloco E
 CEP: 70067-900 Brasília-DF
 Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 30910/2017/SEI-MCTIC

Brasília, 12 de julho de 2017.

Ao Senhor
 MARCELO PACHECO DOS GUARANYNS
 Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
 Casa Civil da Presidência da República
 Brasília/DF

Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,



Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe os seguintes processos impressos a partir de arquivo digital com valor de original, que tratam de concessão de outorga.

Nº EM	Nº PROCESSO	ENTIDADE INTERESSADA	
159/2017 ✓	53000.051262/2011-60	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Córrego do Tabocal e Região - APPRUCOT	
162/2017 ✓	53000.037302/2011-61	Associação Rádio Comunitária Rio Vermelho FM	
187/2017 ✓	53000.050136/2011-98	Associação dos Locutores de Candeias MG	
188/2017 ✓	53000.071367/2013-05	Associação Cultural Comunitária de Sumaré	
189/2017 ✓	53000.009070/2013-12	Associação Comunitária de Apoio à Cultura, Esporte e Lazer de Santa Fé do Araguaia	

190/2017 ✓	53000.046795/2012-19	Associação Comunitária Liberdade Acreunense	
194/2017 ✓	53000.007687/2014-84	Associação Beneficente e Cultural Frei Odorico Virga	
195/2017 ✓	53000.007050/2013-15	Associação Comunitária Cultural de Bálsamo	
202/2017 ✓	53000.068456/2013-66	Associação Comunitária do Periperi e Adjacências	
205/2017 ✓	53000.056648/2012-49	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nossa Senhora da Conceição de Euclides da Cunha	
209/2017 ✓	53000.008608/2008-12	Associação de Amigos da Radiodifusão Comunitária de Primavera - ARCOP	
211/2017 ✓	53000.041617/2013-74	Associação Comunitária Cultural de Tocantins	
219/2017 ✓	53000.000011/2011-17	Associação Comunitária de Santa Rosa	
222/2017 ✓	53000.006813/2013-01	Associação Cultural Desportiva de São Bento	
224/2017 ✓	53000.017857/2013-58	Associação de Radiodifusão Comunitária Chapéu de Couro	
231/2017 ✓	53000.001388/2013-55	Associação Educadora do Movimento de Radiodifusão Comunitária de Itamaraju -AEMRCI (Rádio Educadora)	
243/2017 ✓	53000.006409/2009-42	Fundação Francisca Elci Monteiro Pádua	
252/2017 ✓	53000.024276/2012-91	Associação Comunitária Calmonense	
259/2017 ✓	53000.051651/2013-57	Associação Comunitária de Rádio FM Cristo Redentor Áudio e Vídeo	
263/2017 ✓	53000.008595/2010-98	Associação de Radiofusão Comunitária Rio Itapecuru e Alpercatas da Região de Mirador - Maranhão (radial)	
275/2017 ✓	53000.056221/2011-60	Associação Comunitária Rádio São Thomé	

276/2017 ✓	53000.061974/2013-59	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Rio Bonito do Iguaçu - Accarbi	
284/2017 ✓	53000.057858/2013-35	Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro	
285/2017 ✓	53000.056214/2011-68	Clube de Mães e Idosos Lindalva Gomes	
298/2017 ✓	53900.039779/2015-61	Associação Cultural de Santa Margarida	
300/2017 ✓	53000.048544/2010-07	Associação Comunitária Esportiva e Educacional de Radiodifusão da Cidade de Laguna Carapã	
301/2017 ✓	53000.017967/2013-10	Associação Comunitária São Miguel	
312/2017 ✓	53000.049117/2012-08	Associação da Rádio Comunitária Dimensão - Arcod	
313/2017 ✓	53000.056441/2013-55	Associação Comunitária Itanhanduense de Radiodifusão	
314/2017 ✓	53000.053176/2013-53	Associação Comunitária Cultural e Radiodifusão de Carvalho de Brito	
335/2017 ✓	53900.014792/2015-15	Associação Comunitária de Desenvolvimento Ecológico e Cultural	
336/2017 ✓	53000.020798/2013-03	Associação Cultural de Pérola	
337/2017 ✓	53900.034526/2015-09	Rádio Comunitária Ondas de Paz FM	
338/2017 ✓	53900.017162/2015-94	Grupo Mutirão	
339/2017 ✓	53000.057576/2013-38	Associação e Movimento Comunitário Vale do Tibagi	
340/2017 ✓	53900.020685/2014-37	Comunidade São Sebastião de Amparo Social	
341/2017 ✓	53000.064272/2010-84	Associação Rádio Comunitária Atividade Altense FM	

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana**,
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro e Delegação de Competência Portaria N° 1.317/2017, em 19/07/2017, às 14:57, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **2033558** e o código CRC **8DA84C0B**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 30910/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.000256/2016-11 - Nº SEI: 2033558

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DESPACHO

Processo nº: 53000.057858/2013-35
Referência: Ofício nº 30910/2017/SEI-MCTIC.
Assunto: Restituição de processo.
Destinatário: CGRC

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 30910/2017/SEI-MCTIC à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 07/08/2017, às 16:32, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2104242** e o código CRC **4BFD7A7B**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.057858/2013-35

SEI nº 2104242

TRÂNSITO

Radialista de Quatro Pontes morre em grave acidente na BR 163 entre Marechal Rondon e Toledo

Quatro Pontes

ACIDENTE | 23/02/2018 07h43

Uma pessoa resultou com ferimentos graves



O radialista Jhony Sott morreu no local do acidente (Foto: PRF)



Nós temos a solução!



CredFácil
Solicitações de Empréstimos

Kanny's
A feira segue na loja
Prorrogado!
Somente até o sábado (15)

Um grave acidente registrado por volta das 5h30 desta sexta-feira (23), na BR-163, trecho entre Marechal Cândido Rondon e Toledo. A colisão envolveu uma pick up Saveiro com placa de Quatro Pontes e provocou a morte de um jovem e deixou outro gravemente ferido, moradores de Quatro Pontes.

A Saveiro era conduzida por Guilherme Kuns, e tinha como carona o radialista Jhony Sott, de 30 anos de idade. Na região da cooperativa Primatto de Toledo, o veículo colidiu frontalmente contra um Caminhão Ford Cargo, de propriedade de um supermercado da cidade de Mercedes.

O acidente foi atendido pela PRF de Quatro Pontes, que confirmou a morte – ainda no local da colisão – do radialista Jhony Sott, de 30 anos que era passageiro da Saveiro. O corpo foi recolhido pelo IML e encaminhado para necropsia na cidade de Toledo.

O condutor da pick up, identificado como Guilherme Kuns – filho do ex-prefeito de Quatro Pontes, Rudi Kuns, resultou com ferimentos graves, foi socorrido pelos bombeiros e está na UTI do Hospital Bom Jesus de Toledo.

Com informações de [Rádio Difusora](#)

Casa da Sogra
Tele-entrega:
(45) 3254-1198

Super Weimann
Você em primeiro lugar.

(45) 3254-4303
Avenda Maripa, 3340
Marechal Candido Rondon - PR

WIZARD
by Pearson

EM nº 00284/2017 MCTIC - Renova Outorga RadCom em favor da Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro em Quatro Pontes/PR (PENDÊNCIA)**Eugenio Cesar Almeida Felippetto****Enviado:** terça-feira, 11 de setembro de 2018 15:48**Para:** Maisa Martins de Toledo Nassar de Oliveira**Cc:** Daniela Ferreira Marques**Prioridade:** Alta**Anexos:** Jhony Sott - RadCom em Qua~1.pdf (216 KB)

Prezadas,

1. Em referência ao processo [53000.057858/2013-35](#), que versa sobre a renovação da outorga de autorização do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Quatro Pontes/PR, em favor da Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro, verificou-se em notícias divulgadas na Internet que o Sr. Jhony Sott Diretor Presidente da Associação [faleceu em acidente de carro no dia 23/02/2018](#).

2. Nesse sentido, tem-se o entendimento, s.m.j., que há a necessidade do MCTIC prestar informação adicional a respeito da adequada composição do quadro diretivo da Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro.

3. Assim, solicita-se a avaliação por parte dessa SAJ no sentido de verificar a pertinência da restituição do processo ao MCTIC, com vistas à complementação de informação e de documentação.

Atenciosamente,

Eugênio Cesar Almeida Felippetto

Assessor Técnico da Subchefia Adjunta de Políticas de Infraestrutura

Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Casa Civil da Presidência da República

Fones: (61) 3411-3855 / 3852

53000.057858/2013-35



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS
Subchefia Adjunta de Infraestrutura

Brasília, 11 de setembro de 2018.

Ao Protocolo SAJ e

Ao Protocolo Central.

Assunto: **Devolução de Processo Administrativo nº 53000.057858/2013-35 e Exposição de Motivos nº 284/2017-MCTIC.**

Solicito a **devolução** do presente **processo administrativo (SEI) e sua respectiva Exposição de Motivos (SIDOF)** ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, em razão da necessidade de melhor instrução do processo, uma vez que foram encontradas inconsistências que impedem a completa análise jurídica e de mérito, nos termos do doc SEI nº 0795445, bem como do Anexo (doc SEI nº 0795448).

MAÍSA MARTINS DE TOLEDO NASSAR DE OLIVEIRA
Assessora

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Documento assinado eletronicamente por **Maisa Martins de Toledo Nassar de Oliveira, Assessor(a)**, em 11/09/2018, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do



[Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **0795450** e o código CRC **D38FCF98** no site:

(https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Processo nº 53000.057858/2013-35

SEI nº 0795450

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RÁDIO-DIFUSÃO

DESPACHO

Processo nº: 53000.057858/2013-35
Referência: Despacho SEI/PR - 0795450
Assunto: Restituição de processo.
Destinatário: CGRC

Tendo em vista a expedição do Despacho SEI/PR - 0795450 (3354446) à Subchefia de Assuntos Jurídicos e Subchefia Adjunta de Infraestrutura, restitua-se o presente processo.



Documento assinado eletronicamente por **Andrea de Miranda Ramos Kern, Chefe de Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 12/09/2018, às 11:15, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3354533** e o código CRC **727AAE4E**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.057858/2013-35

SEI nº 3354533

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.057858/2013-35**.

Referência: **Despacho ASRAD 3354533**.

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL 03 DE NOVEMBRO**.

Assunto: **Restituição dos autos**.

À Secretaria de Radiodifusão,

1. Em atenção ao E-mail Casa Civil 3354435 e Despacho SEI_PR 3354446, informo o seguinte:

1.1 Esclareço que o Sr. Jhony Sott, que foi Presidente da Associação entre 28/11/2013 e 28/11/2016 faleceu em 23/02/2018, ou seja, após a edição da Nota Técnica nº 11987/2015/SEI-MC, 0537193, de revisão final, e a publicação da Portaria nº 72/2016/SEI-MC, que aprovou a renovação da outorga da Entidade, em **12/02/2016**, 0964123. Além disso, o evento ocorreu em data posterior ao término do mandato do referido dirigente na direção da entidade.

2. Assim, uma vez que o ato que renovou a outorga da Entidade reuniu todos os elementos constitutivos exigidos pela legislação, os autos devem ser restituídos à Casa Civil para prosseguimento.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 01/10/2018, às 16:27, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3372846** e o código CRC **F9126992**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):

CGGM_RÁDIO

DEMANDA:

Encaminhar a Presidência da República

OBSERVAÇÃO:

Tendo em vista a assinatura da Exposição de Motivos, encaminhe-se o processo, em cópia autenticada, a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para inserção no SIDOF e posterior envio à Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 02/10/2018, às 11:41, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3421910** e o código CRC **3D5AB0BE**.

Referência: Processo nº 53000.057858/2013-35

SEI nº 3421910

Brasília, 3 de Outubro de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.057858/2013-35, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 17/10/2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Quatro Pontes / PR.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab

Relatório da Pesquisa Geral

Impresso por: Sr. Mayky Costa de Araujo
Impresso em 03/10/2018 15:06

Termo(s): 480 2018
NUP:
Origem:
Co-Autores:
Destinatário:
Tipo de Documento:
Data Inicial:
Fluxo/Etapa:
Conteúdo:
Total de documentos: 1

Data Final:

NUP	Assunto	Min.	Tarefa	Estado	Tipo	Legado
53000057858201335	MCTIC 00480 2018 Quatro Pontes/PR - Renov/RADCOM - Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro	MCTIC	Trâmite na PR	Em trâmite na PR	EM para Mensagem	



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

Esplanada dos Ministérios, Bloco E
CEP: 70067-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 39497/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor
MARCELO PACHECO DOS GUARANYs
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro e Delegação de Competência Portaria Nº 1.317/2017**, em 04/10/2018, às 12:47, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3428935** e o código CRC **EBBDEF56**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 39497/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.057858/2013-35 - Nº SEI: 3428935

Pedro Paulo Verano de Souza

De: Luciana Silveira Teixeira
Enviado em: sexta-feira, 4 de janeiro de 2019 18:43
Para: Andre Jose de Oliveira; Carlos Henrique Teixeira Botelho; Glauce Pereira da Silva
Cc: Luciana Cortez Roriz Pontes; Luciana Silveira Teixeira; Daniela de Oliveira Rodrigues; Daniela de Souto Inocencio; Jose Cruz Filho; Daniel Christianini Nery; Daniel Goncalves Viana; Miquerlam Chaves Cavalcante; Eugenio Cesar Almeida Felippetto; Ana Carolina Tannuri Laferte Marinho
Assunto: Devolução 2 - EMs radiodifusão

Prezado André,

De ordem da Subchefe Adjunta de Infraestrutura, considerando a posse do Presidente da República e do novo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, solicito a devolução das Exposições de Motivos relacionadas abaixo à Pasta competente (MCTIC), no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, para que seja realizada a reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro, bem como adequação às novas diretrizes governamentais.

53000.012166/2010-15 – EM nº 81/2017-MCTIC
53000.040830/2013-69 – EM nº 00330/2017-MCTIC
53000.055760/2011-81 – EM nº 00333/2017-MCTIC
53000.074982/2013-65 – EM nº 00261/2017-MCTIC
53000.032006/2011-73 – EM nº 00321/2017-MCTIC
53000.047616/2011-71 - EM nº 00281/2017 MCTIC
53000.007973/2012-88 – EM nº 00232/2016-MCTIC
53000.026910/2010-69 – EM 00230/2016 - MCTIC
53900.006400/2014-55 – EM 00289/2017 - MCTIC
53000.044719/2011-80 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.057576/2013-38 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.050136/2011-98 - EM 00187/2017 - MCTIC
53000.049242/2012-18 - EM 00323/2017 - MCTIC
53000.064008/2012-11 - EM 00328/2017 - MCTIC
53000.005325/2012-97 - EM 01061/2017 - MCTIC
53900.001093/2016-88 - EM 00042/2018 - MCTIC
53000.020768/2004-06 - EM 00271/2016 - MCTIC
53000.027954/2010-14 - EM 00237/2016 - MCTIC
53000.060071/2011-99 - EM 01080/2017 - MCTIC
53000.059254/2013-23 - EM 00156/2017 - MCTIC
53830.000784/2000-78 - EM 00154/2017 - MCTIC
53000.074700/2013-20 Exposição de Motivos 161 2017 MCTIC (0214387)
53000.051583/2012-45 Exposição de Motivos 282 2017 MCTIC (0247186)
53000.027859/2012-74 Exposição de Motivos 1035 2017 MCTIC (0359944)
53790.000368/2000-93 Exposição de Motivos 441 2018 MCTIC (0794170)
53000.031941/2012-01 Exposição de Motivos 94 2017 MCTIC (0179902)
53000.059476/2011-84 Exposição de Motivos 179 2017 MCTIC (0219948)
53900.063451/2015-65 Exposição de Motivos 1094 2017 MCTIC (0383657)
53000.000369/2006-82 Exposição de Motivos EXM MCTIC 193 2016 (0058228)
53000.064006/2007-56 Exposição de Motivos 150 2017 MCTIC (0213972)
53000.058471/2011-34 - EM nº 417/2017 MCTIC

53900.010501/2014-21 - EM nº 378/2018 MCTIC

53000.057831/2011-81- Exposição de Motivos 1052 2017 MCTIC (0382094)

53000.009001/2012-28 – Exposição de Motivos 1067 2017 MCTIC (0382266)

53000.067611/2011-65 - Exposição de Motivos 971 2017 MCTIC (0357555)

53900.021361/2014-16 - Exposição de Motivos 650 2017 MCTIC (0308588)

01250.072621/2017-62 - Exposição de Motivos 425 2018 MCTIC (0808682)

53000.047461/2011-73 -Exposição de Motivos 594 2017 MCTIC (0302018)

53000.058151/2011-84 - Exposição de Motivos 597 2017 MCTIC (0302009)

53900.029941/2015-32 - Exposição de Motivos 665 2017 MCTIC (0309687)

53000.070171/2013-95 - Exposição de Motivos 696 2017 MCTIC (0311929)

53900.003001/2014-32 - Exposição de Motivos 727 2017 MCTIC (0320630)

53900.047381/2015-06 - Exposição de Motivos 718 2017 MCTIC (0319399)

53900.018561/2014-91 - Exposição de Motivos 385 2018 MCTIC (0785184)

53000.010271/2012-81 - Exposição de Motivos 420 2018 MCTIC (0796194)

53900.025631/2014-68 - Exposição de Motivos 422 2018 MCTIC (0808446)

53900.026731/2014-10 - Exposição de Motivos 348 2018 MCTIC (0733503)

53900.031471/2014-96 - Exposição de Motivos 290 2018 MCTIC (0701495)

53000.007901/2014-01 - Exposição de Motivos 313 2018 MCTIC (0702758)

53900.048911/2015-25 - Exposição de Motivos 328 2018 MCTIC (0732602)

53900.016981/2014-33 - Exposição de Motivos 277 2018 MCTIC (0703036)

53900.047341/2015-56 - Exposição de Motivos 311 2018 MCTIC (0703008)

53900.050321/2015-62 - Exposição de Motivos 291 2018 MCTIC (0702244)

53000.066111/2013-78 - Exposição de Motivos 253 2018 MCTIC (0676949)

53000.007961/2012-53 - Exposição de Motivos 165 2018 MCTIC (0587696)

53900.018141/2014-13 - Exposição de Motivos 167 2018 MCTIC (0586159)

53000.054981/2012-13 - Exposição de Motivos 163 2018 MCTIC (0583602)

53000.006951/2013-81 - Exposição de Motivos 70 2018 MCTIC (0521365)

53900.017301/2015-80 - Exposição de Motivos 153 2018 MCTIC (0583770)

53900.050611/2015-14 - Exposição de Motivos 122 2018 MCTIC (0554598)

53900.007781/2015-71 - Exposição de Motivos 136 2018 MCTIC (0569460)

53000.056641/2011-46 - Exposição de Motivos 86 2018 MCTIC (0527776)

53000.056241/2011-31 - Exposição de Motivos 103 2018 MCTIC (0527496)

53900.049331/2015-55 - Exposição de Motivos 90 2018 MCTIC (0523348)

53000.069421/2013-44 - Exposição de Motivos 68 2018 MCTIC (0521538)

53000.056221/2011-60 - Exposição de Motivos 275 2017 MCTIC (0261599)

53000.059721/2011-53 - Exposição de Motivos MCTIC 255 2016 (0122403)

53650.000551/2001-74 - Exposição de Motivos 165 - MCTIC - 2016 (0061447)

53000.051661/2012-10 - Exposição de Motivos 429 2017 MCTIC (0262554)

53000.059431/2011-18 - Exposição de Motivos 1053 2017 MCTIC (0382119)

53900.017561/2015-55 -Exposição de Motivos 961 2017 MCTIC (0373870)

53000.057231/2011-12 - Exposição de Motivos 923 2017 MCTIC (0372276)

53000.007691/2012-81 - Exposição de Motivos 1039 2017 MCTIC (0360413)

53000.055761/2011-26 -Exposição de Motivos 895 2017 MCTIC (0332569)

53900.005861/2014-19 - Exposição de Motivos 906 2017 MCTIC (0332040)

53900.046841/2015-71 -Exposição de Motivos 854 2017 MCTIC (0330995)

53000.007031/2013-81 - Exposição de Motivos 823 2017 MCTIC (0328646)

53900.034331/2015-51 - Exposição de Motivos 787 2017 MCTIC (0327209)

53500.002411/2000-73 -Exposição de Motivos 284 2016 MCTIC (0141979)

53000.068251/2013-81 -Exposição de Motivos 715 2017 MCTIC (0323332)

53000.057301/2012-13 -Exposição de Motivos 610 2017 MCTIC (0323438)

53000.050951/2012-38 - Exposição de Motivos 587 2017 MCTIC (0322786)

53900.003161/2014-81 - Exposição de Motivos 745 2017 MCTIC (0322442)
 53000.051671/2011-66 - Exposição de Motivos 207 2017 MCTIC (0228528)
 53000.038631/2013-91 - Exposição de Motivos 199 2017 MCTIC (0228389)
 53900.017191/2015-56 - Exposição de Motivos 115 2017 MCTIC (0231021)
 53000.061151/2013-23 - Exposição de Motivos 113 2017 MCTIC (0230960)
 53000.033271/2013-31 - Exposição de Motivos 386 2017 MCTIC (0278204)
 53000.056621/2011-75 - Exposição de Motivos 506 2017 MCTIC (0278737)
 53000.057441/2011-19 - Exposição de Motivos 504 2017 MCTIC (0278772)
 53000.058111/2011-32 - Exposição de Motivos 554 2017 MCTIC (0279751)
 53000.058131/2011-11 - Exposição de Motivos 352 2017 MCTIC (0280527)
 53900.021931/2015-59 - Exposição de Motivos 409 2017 MCTIC (0268108)
 53000.056441/2013-55 - Exposição de Motivos 313 2017 MCTIC (0266582)
 53000.040721/2013-41 - Exposição de Motivos 537 2017 MCTIC (0272680)
 53900.017291/2015-82 - Exposição de Motivos 517 2017 MCTIC (0272745)
 53900.016191/2015-39 - Exposição de Motivos 503 2017 MCTIC (0274259)
 53000.023661/2010-50 - Exposição de Motivos 479 2017 MCTIC (0276002)
 53000.041601/2013-61 - Exposição de Motivos 496 2017 MCTIC (0276184)
 53000.015611/2013-41 - Exposição de Motivos 470 2017 MCTIC (0276540)
 53000.055771/2011-61 - Exposição de Motivos 540 2017 MCTIC (0277291)
 53900.017321/2015-51 - Exposição de Motivos 387 2017 MCTIC (0278024)
 53000.029031/2013-31 - Exposição de Motivos 565 2017 MCTIC (0288150)
 53000.044171/2012-59 - Exposição de Motivos 384 2017 MCTIC (0282163)
 53000.056211/2011-24 - Exposição de Motivos 618 2017 MCTIC (0303087)
 53000.040711/2013-14 - Exposição de Motivos 583 2017 MCTIC (0301742)
 53900.049701/2015-54 - Exposição de Motivos 656 2017 MCTIC (0308870)
 53900.041581/2015-47 - Exposição de Motivos 655 2017 MCTIC (0308861)
 53900.041521/2015-24 - Exposição de Motivos 677 2017 MCTIC (0311053)
 53000.050661/2013-75 - Exposição de Motivos 217 2018 MCTIC (0677133)
 53900.018431/2015-30 - Exposição de Motivos 251 2018 MCTIC (0672650)
 53000.006761/2012-83 - Exposição de Motivos 1038 2017 MCTIC (0360154)
 53900.034771/2015-16 - Exposição de Motivos 949 2017 MCTIC (0357237)
 53000.098411/2006-97 - Exposição de Motivos 968 2017 MCTIC (0357699)
 53000.048971/2012-49 - Exposição de Motivos 954 2017 MCTIC (0357860)
 53900.015291/2015-48 - Exposição de Motivos 849 2017 MCTIC (0346610)
 53000.052601/2012-14 - Exposição de Motivos 762 2017 MCTIC (0343918)
 53000.040771/2013-29 - Exposição de Motivos 756 2017 MCTIC (0343776)
 53900.018901/2014-84 - Exposição de Motivos 913 2017 MCTIC (0332467)
 01250.021028/2018-39 - Exposição de Motivos 508 2018 MCTIC (0922759)
 53900.014648/2014-90 - Exposição de Motivos 519 2018 MCTIC (0920809)
 53000.042808/2012-72 - Exposição de Motivos 464 2018 MCTIC (0845154)
 01250.034988/2018-69 - Exposição de Motivos 533 2018 MCTIC (0924025)
53000.057858/2013-35 - Exposição de Motivos 480 2018 MCTIC (0845387)
 53900.011448/2014-85 - Exposição de Motivos 531 2018 MCTIC (0924141)
 53000.020988/2012-31 - Exposição de Motivos 503 2018 MCTIC (0929282)
 53900.016488/2015-02 - Exposição de Motivos 506 2018 MCTIC (0929478)
 53000.039908/2003-21 - Exposição de Motivos 507 2018 MCTIC (0929514)
 53000.071588/2013-75 - Exposição de Motivos 537 2018 MCTIC (0918433)
 53900.016778/2016-29 - Exposição de Motivos 29 2018 MCTIC (0943062)
 53000.058098/2011-11 - Exposição de Motivos 411 2017 MCTIC (0270006)
 53000.061548/2013-15 - Exposição de Motivos 405 2017 MCTIC (0267989)
 53000.059608/2012-59 - Exposição de Motivos 255 2017 MCTIC (0245792)

53000.012258/2003-76 - Exposição de Motivos 496 2018 MCTIC (0876649)
53900.038308/2016-16 - Exposição de Motivos 495 2018 MCTIC (0876407)
53000.042278/2013-43 - Exposição de Motivos 627 2017 MCTIC (0302610)
53900.006048/2014-58 - Exposição de Motivos 631 2017 MCTIC (0302587)
53900.049248/2015-86 - Exposição de Motivos 459 2018 MCTIC (0837157)
53900.037808/2016-31 - Exposição de Motivos 454 2018 MCTIC (0836972)
53900.023938/2016-96 - Exposição de Motivos 387 2018 MCTIC (0836653)
53000.057408/2011-81 - Exposição de Motivos 1075 2017 MCTIC (0382252)
53900.017138/2015-55 - Exposição de Motivos 408 2018 MCTIC (0795415)
53900.016138/2015-38 - Exposição de Motivos 397 2018 MCTIC (0785262)
53900.050638/2016-80 - Exposição de Motivos 362 2018 MCTIC (0764802)
53900.010498/2016-15 - Exposição de Motivos 204 2018 MCTIC (0673853)
53000.069398/2013-98 - Exposição de Motivos 325 2018 MCTIC (0734230)
53900.043838/2015-03 - Exposição de Motivos 288 2018 MCTIC (0732741)
53900.046898/2015-70 - Exposição de Motivos 200 2018 MCTIC (0677019)
53900.029908/2015-11 - Exposição de Motivos 225 2018 MCTIC (0676282)
53900.043928/2015-96 - Exposição de Motivos 213 2018 MCTIC (0676623)
53900.008608/2014-17 - Exposição de Motivos 233 2018 MCTIC (0676089)
53000.007048/2013-38 - Exposição de Motivos 270 2018 MCTIC (0673320)
53900.029648/2014-94 Exposição de Motivos 224 2018 MCTIC (0672724)
53900.006988/2015-28 Exposição de Motivos 197 2018 MCTIC (0653074)
53000.056628/2011-97 Exposição de Motivos 186 2018 MCTIC (0652808)
53900.048808/2016-66 Exposição de Motivos 192 2018 MCTIC (0653446)
53710.000978/2000-30 Exposição de Motivos 52 2018 MCTIC (0481082)
53900.047678/2015-63 Exposição de Motivos 174 2018 MCTIC (0587591)
53000.007678/2014-93 Exposição de Motivos 179 2018 MCTIC (0587220)
53900.001298/2016-63 Exposição de Motivos 150 2018 MCTIC (0585225)
53900.062018/2015-11 Exposição de Motivos 134 2018 MCTIC (0567520)
53000.058118/2011-54 Exposição de Motivos 118 2018 MCTIC (0556231)
53000.017948/2012-11 Exposição de Motivos 140 2018 MCTIC (0569600)
53900.025768/2014-12 Exposição de Motivos 121 2018 MCTIC (0554488)
53000.059288/2011-56 Exposição de Motivos 83 2018 MCTIC (0527803)
53900.024778/2014-31 Exposição de Motivos 99 2018 MCTIC (0523321)
53000.049958/2012-15 Exposição de Motivos 95 2018 MCTIC (0523211)
53900.049658/2015-27 Exposição de Motivos 93 2018 MCTIC (0523509)
53000.062558/2013-78 Exposição de Motivos 66 2018 MCTIC (0521690)
53900.000808/2016-85 Exposição de Motivos 24 2018 MCTIC (0484197)
53900.046788/2015-16 Exposição de Motivos 15 2018 MCTIC (0482045)
53000.058078/2011-41 Exposição de Motivos 16 2018 MCTIC (0482075)
53900.041788/2015-11 Exposição de Motivos 14 2018 MCTIC (0481587)
53000.034808/2013-80 Exposição de Motivos 426 2017 MCTIC (0262636)
53900.019318/2016-52 Exposição de Motivos 1079 2017 MCTIC (0382966)
53000.051378/2012-80 Exposição de Motivos 963 2017 MCTIC (0373940)
53000.048668/2012-46 Exposição de Motivos 168 2017 MCTIC (0359104)
53000.008188/2012-42 Exposição de Motivos 990 2017 MCTIC (0358445)
53000.047008/2013-29 Exposição de Motivos 884 2017 MCTIC (0346667)
53000.020688/2013-33 Exposição de Motivos 944 2017 MCTIC (0356934)
53900.000468/2014-21 Exposição de Motivos 852 2017 MCTIC (0346293)
53000.057298/2012-38 Exposição de Motivos 844 2017 MCTIC (0345855)
53000.057228/2011-07 Exposição de Motivos 876 2017 MCTIC (0345511)

53000.008588/2013-39 Exposição de Motivos 761 2017 MCTIC (0343847)
53000.007328/2014-27 Exposição de Motivos 907 2017 MCTIC (0332227)
53900.012938/2015-80 Exposição de Motivos 798 2017 MCTIC (0344437)
53900.041868/2015-77 Exposição de Motivos 865 2017 MCTIC (0332122)
53900.016418/2015-46 Exposição de Motivos 910 2017 MCTIC (0332162)
53000.069388/2013-52 Exposição de Motivos 888 2017 MCTIC (0331611)
53900.039548/2015-57 Exposição de Motivos 866 2017 MCTIC (0332306)
53900.029948/2015-54 Exposição de Motivos 843 2017 MCTIC (0329916)
53900.041608/2015-00 Exposição de Motivos 805 2017 MCTIC (0327282)
53900.041528/2015-46 Exposição de Motivos 786 2017 MCTIC (0327123)
53000.069238/2013-49 Exposição de Motivos 816 2017 MCTIC (0327393)
53900.002998/2014-11 Exposição de Motivos 811 2017 MCTIC (0327474)
53000.015608/2013-28 Exposição de Motivos 612 2017 MCTIC (0323581)
53900.008048/2014-92 Exposição de Motivos 744 2017 MCTIC (0322423)
53000.020718/2012-21 Exposição de Motivos 634 2017 MCTIC (0323320)
53000.057028/2013-16 Exposição de Motivos 380 2017 MCTIC (0278174)
53900.014048/2014-21 Exposição de Motivos 200 2017 MCTIC (0228459)
53000.031928/2012-44 Exposição de Motivos 763 2017 MCTIC (0323498)
53000.003928/2014-16 Exposição de Motivos 357 2017 mctic (0280401)
53000.057218/2011-63 Exposição de Motivos MCTIC EXM 415 2017 (0270183)
53000.057908/2011-12 Exposição de Motivos 401 2017 MCTIC (0267731)
53000.057358/2011-31 Exposição de Motivos 272 2017 MCTIC (0239681)
53000.068928/2007-32 Exposição de Motivos 73 2017 MCTIC (0230851)
53000.056648/2012-49 Exposição de Motivos 205 2017 MCTIC (0271055)
53000.060438/2013-36 Exposição de Motivos 436 2017 MCTIC (0272373)
53000.056618/2011-51 Exposição de Motivos 453 2017 MCTIC (0272476)
53000.067258/2013-85 Exposição de Motivos 434 2017 MCTIC (0272819)
53000.036058/2011-19 Exposição de Motivos 465 2017 MCTIC (0274083)
53000.071598/2013-19 Exposição de Motivos 472 2017 MCTIC (0274284)
53000.067718/2013-75 Exposição de Motivos 467 2017 MCTIC (0274414)
53900.039538/2015-11 Exposição de Motivos 523 2017 MCTIC (0274942)
53000.075808/2013-30 Exposição de Motivos 525 2017 MCTIC (0274983)
53000.026978/2013-91 Exposição de Motivos 499 2017 MCTIC (0276744)
53000.065118/2013-72 Exposição de Motivos 497 2017 MCTIC (0276285)
53900.008958/2014-75 Exposição de Motivos 487 2017 MCTIC (0277632)
53000.003848/2010-37 Exposição de Motivos MCTIC - 210 2016 (0085938)
53000.056208/2011-19 Exposição de Motivos 821 2017 MCTIC (0293427)
53000.053961/2012-25 EM nº 0780/2017

53000.053969/2012-91 EM nº 1009/2017

53000.026230/2012-15 EM nº 0132/2018

00001.004845/2018-00 Ofício 047/2018-MS-CD

53000.030007/2005-35 EM nº 0456/2018

53000.054050/2012-15 EM nº 0549/2018

53000.027244/2009-42 EM nº 0557/2018

53000.030397/2012-72	EM nº 0553/2018
53000.009024/2012-32	EM nº 0555/2018
53900.009151/2015-31	EM nº 0550/2018
53000.064009/2013-38	EM nº 0551/2018
53900.000271/2014-91	EM nº 0038/2018
53900.016778/2016-29	EM nº 0029/2018
53000.049242/2012-18	EM nº 0323/2017
53000.052684/2013-14	EM nº 0568/2017
53000.054982/2012-68	EM nº 0445/2017
53000.057297/2012-93	EM nº 0420/2017
53000.030840/2012-13	EM nº 0446/2017
53000.015829/2013-04	EM nº 0443/2017
53000.053176/2013-53	EM nº 0314/2017
53000.065155/2013-81	EM nº 0441/2017
53000.007050/2013-15	EM nº 0195/2017
53000.056214/2011-68	EM nº 0285/2017
53000.007687/2014-84	EM nº 0194/2017
53900.017162/2015-94	EM nº 0338/2017
53000.006481/2010-11	EM nº 0545/2018
53000.055599/2007-60	EM nº 0484/2017
53000.052021/2011-38	EM nº 0360/2017
53000.056217/2011-00	EM nº 0274/2017
00001.004765/2018-46	Ofício 0327/2018-GCH-CD
53000.039908/2003-21	EM nº 0507/2018
53900.047853/2016-01	EM nº 0504/2018

53900.016488/2015-02	EM nº 0506/2018
53000.022925/2012-10	EM nº 0501/2018
53000.042414/2013-03	EM nº 0546/2018
53000.020988/2012-31	EM nº 0503/2018
53000.043010/2012-48	EM nº 0502/2018
53670.001341/2001-65	EM nº 0505/2018
53900.011448/2014-85	EM nº 0531/2018
01250.034988/2018-69	EM nº 0533/2018
01250.048763/2017-17	EM nº 0542/2018
53900.024997/2014-10	EM nº 0517/2018
53900.034082/2015-01	EM nº 0516/2018
53900.037331/2014-21	EM nº 0515/2018
53900.034520/2015-23	EM nº 0525/2018
53900.044560/2015-83	EM nº 0526/2018
53900.041939/2015-31	EM nº 0514/2018
53900.024692/2014-16	EM nº 0530/2018
53900.001273/2016-60	EM nº 0541/2018
53900.017145/2015-57	EM nº 0521/2018
53900.013241/2015-26	EM nº 0532/2018
53900.009333/2014-21	EM nº 0512/2018
53000.016596/2013-59	EM nº 0518/2018
53900.014648/2014-90	EM nº 0519/2018
53900.017091/2015-20	EM nº 0520/2018
53900.043270/2015-12	EM nº 0513/2018
53900.050381/2015-85	EM nº 0528/2018

53900.027712/2014-01	EM nº 0524/2018
53900.048226/2015-07	EM nº 0527/2018
53000.007913/2014-27	EM nº 0529/2018
53900.022443/2014-88	EM nº 0485/2018
53000.009433/2013-10	EM nº 0499/2018
53900.038863/2014-86	EM nº 0722/2017
53900.042143/2015-04	EM nº 0724/2017
53000.007973/20012-88	EM nº 1054/2017
53900.007823/2014-92	EM nº 0413/2018
53900.073493/2015-12	EM nº 0389/2018
53900.011113/2014-67	Exposição de Motivos 0399/2018 MCTIC
01250.059013/2017-62	Exposição de Motivos 0396/2018 MCTIC
53000.001683/2014-92	Exposição de Motivos 0388/2018 MCTIC
53900.017343/2015-11	Exposição de Motivos 0260/2018 MCTIC
53000.013433/2010-71	Exposição de Motivos 0361/2018 MCTIC
53900.013163/2015-60	Exposição de Motivos 0421/2018 MCTIC
53900.017133/2015-22	Exposição de Motivos 0331/2018 MCTIC
53000.065773/2013-21	Exposição de Motivos 0322/2018 MCTIC
53900.008953/2015-23	Exposição de Motivos 0332/2018 MCTIC
53000.015613/2013-31	Exposição de Motivos 0327/2018 MCTIC
53900.047623/2015-53	Exposição de Motivos 0345/2018 MCTIC
53900.016403/2015-88	Exposição de Motivos 0286/2018 MCTIC
53900.026403/2015-96	Exposição de Motivos 0280/2018 MCTIC
53900.042013/2015-63	Exposição de Motivos 0309/2018 MCTIC
53900.029943/2015-21	Exposição de Motivos 0304/2018 MCTIC

53900.046473/2015-61	Exposição de Motivos 0276/2018 MCTIC
53000.061863/2006-13	Exposição de Motivos 0201/2018 MCTIC
53900.016433/2015-94	Exposição de Motivos 0226/2018 MCTIC
53000.007663/2014-25	Exposição de Motivos 0254/2018 MCTIC
53000.043803/2012-67	Exposição de Motivos 1011/2017 MCTIC
53000.006763/2012-72	Exposição de Motivos 0974/2017 MCTIC
53900.028013/2014-70	Exposição de Motivos 0176/2018 MCTIC
53000.007683/2014-04	Exposição de Motivos 0175/2018 MCTIC
53900.014053/2014-34	Exposição de Motivos 0173/2018 MCTIC
53900.016483/2016-52	Exposição de Motivos 0180/2018 MCTIC
53000.007963/2012-42	Exposição de Motivos 0172/2018 MCTIC
53900.050703/2015-96	Exposição de Motivos 0154/2018 MCTIC
53000.066813/2013-51	Exposição de Motivos 0138/2018 MCTIC
53900.046743/2015-33	Exposição de Motivos 0115/2018 MCTIC
00001.001003/2018-98	Exposição de Motivos 0106/2018 MCTIC
53000.001033/2012-85	Exposição de Motivos 0112/2018 MCTIC
53000.071343/2013-48	Exposição de Motivos 0075/2018 MCTIC
53000.043713/2013-57	Exposição de Motivos 0040/2018 MCTIC
53000.055773/2011-51	Exposição de Motivos 0044/2018 MCTIC
53900.009743/2014-71	Exposição de Motivos 0009/2018 MCTIC
53000.055803/2012-18	Exposição de Motivos 0430/2017 MCTIC
53000.061913/2013-91	Exposição de Motivos 0423/2017 MCTIC
53000.007503/2006-76	Exposição de Motivos 0424/2017 MCTIC
53000.043193/2011-11	Exposição de Motivos 1005/2017 MCTIC
53900.020193/2016-11	Exposição de Motivos 1084/2017 MCTIC

53000.006483/2012-64	Exposição de Motivos 1041/2017 MCTIC
53000.055153/2010-31	Exposição de Motivos 0995/2017 MCTIC
53900.017153/2015-01	Exposição de Motivos 0980/2017 MCTIC
53000.056613/2011-29	Exposição de Motivos 0936/2017 MCTIC
53000.004483/2010-68	Exposição de Motivos 1024/2017 MCTIC
53000.056113/2011-97	Exposição de Motivos 1032/2017 MCTIC
53000.054723/2012-37	Exposição de Motivos 1036 2017 MCTIC (0360002)
53900.002813/2016-22	Exposição de Motivos 930 2017 MCTIC (0356756)
53000.059283/2011-23	Exposição de Motivos 951 2017 MCTIC (0357346)
53900.061443/2015-84	Exposição de Motivos 929 2017 MCTIC (0356600)
53000.060033/2013-06	Exposição de Motivos 928 2017 MCTIC (0356495)
53900.042113/2015-90	Exposição de Motivos 842 2017 MCTIC (0345640)
53000.055723/2011-73	Exposição de Motivos 759 2017 MCTIC (0343798)
53000.059473/2011-41	Exposição de Motivos 869 2017 MCTIC (0332543)
53900.038993/2015-08	Exposição de Motivos 903 2017 MCTIC (0332220)
53000.056613/2013-91	Exposição de Motivos 922 2017 MCTIC (0331715)
53900.041793/2015-24	Exposição de Motivos 839 2017 MCTIC (0329895)
53000.058113/2011-21	Exposição de Motivos 826 2017 MCTIC (0328704)
53900.046763/2015-12	Exposição de Motivos 804 2017 MCTIC (0327211)
53900.005543/2014-40	Exposição de Motivos 792 2017 MCTIC (0327459)
53000.036553/2012-17	Exposição de Motivos 813 2017 MCTIC (0327472)
53000.003653/2013-30	Exposição de Motivos 660 2017 MCTIC (0323876)
53000.058083/2011-53	Exposição de Motivos 611 2017 MCTIC (0323512)
53000.056213/2011-13	Exposição de Motivos 579 2017 MCTIC (0322699)

53000.065763/2013-95	Exposição de Motivos 573 2017 MCTIC (0322566)
53900.006983/2014-14	Exposição de Motivos 734 2017 MCTIC (0321816)
53569.000463/2014-16	Exposição de Motivos 527 2017 MCTIC (0286647)
53000.051423/2012-04	Exposição de Motivos 535 2017 MCTIC (0279692)
53000.010093/2013-70	Exposição de Motivos 542 2017 MCTIC (0279756)
53000.058133/2011-01	Exposição de Motivos 367 2017 MCTIC (0280573)
53000.028473/2013-61	Exposição de Motivos 507 2017 MCTIC (0281135)
53000.049063/2007-13	Exposição de Motivos 234 2016 MCTIC (0257579)
53000.015823/2013-29	Exposição de Motivos 449 2017 MCTIC (0263620)
53000.070013/2013-35	Exposição de Motivos 508 2017 MCTIC (0274059)
53000.070233/2013-69	Exposição de Motivos 469 2017 MCTIC (0274412)
3900.005813/2014-12	Exposição de Motivos 498 2017 MCTIC (0276506)
53000.054603/2012-30	Exposição de Motivos 477 2017 MCTIC (0276396)
53000.055673/2012-13	Exposição de Motivos 397 2017 MCTIC (0282643)
53000.047873/2012-94	Exposição de Motivos 637 2017 MCTIC (0303419)
53000.021323/2012-45	Exposição de Motivos 622 2017 MCTIC (0303270)
53000.055763/2011-15	Exposição de Motivos 581 2017 MCTIC (0301991)
53000.058143/2011-38	Exposição de Motivos 639 2017 MCTIC (0303455)
53900.020573/2014-86	Exposição de Motivos 651 2017 MCTIC (0308618)
53000.056993/2012-82	Exposição de Motivos 688 2017 MCTIC (0311657)
53900.029293/2014-33	Exposição de Motivos 712 2017 MCTIC (0312222)
53000.065857/2011-01	Exposição de Motivos 486 2018 MCTIC (0875820)
53900.024997/2014-10	Exposição de Motivos 517 2018 MCTIC (0923704)

53000.030007/2005-35	Exposição de Motivos 456 2018 MCTIC (0838610)
53000.056217/2011-00	Exposição de Motivos 274 2017 MCTIC (0239697)
53000.007687/2014-84	Exposição de Motivos 194 2017 MCTIC (0263330)
53000.057297/2012-93	Exposição de Motivos 420 2017 MCTIC (0270041)
53000.030397/2012-72	Exposição de Motivos 553 2018 MCTIC (0944218)
53900.022527/2014-11	Exposição de Motivos 522 2018 MCTIC (0920398)
53000.059717/2011-95	Exposição de Motivos 342 2018 MCTIC (0732840)
53900.023727/2014-91	Exposição de Motivos 536 2018 MCTIC (0918334)
53900.034197/2015-98	Exposição de Motivos 401 2018 MCTIC (0795077)
53000.040197/2013-13	Exposição de Motivos 390 2018 MCTIC (0808583)
53000.062227/2013-38	Exposição de Motivos 490 2018 MCTIC (0875688)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53900.029947/2015-18	Exposição de Motivos 457 2017 MCTIC (0274169)
53000.058097/2011-77	Exposição de Motivos 638 2017 MCTIC (0303498)
53900.006047/2014-11	Exposição de Motivos 719 2017 MCTIC (0319454)
53000.039597/2011-18	Exposição de Motivos 404 2018 MCTIC (0795120)
53790.000407/2000-52	Exposição de Motivos 452 2018 MCTIC (0838598)
53000.058347/2013-31	Exposição de Motivos 450 2018 MCTIC (0838276)
53000.011767/2014-34	Exposição de Motivos 429 2018 MCTIC (0808649)
53900.015077/2015-91	Exposição de Motivos 427 2018 MCTIC (0808466)
53900.050577/2016-51	Exposição de Motivos 439 2018 MCTIC (0808419)
53000.007037/2013-58	Exposição de Motivos 393 2018 MCTIC (0765824)
53000.004357/2012-75	Exposição de Motivos 941 2017 MCTIC (0356473)
53900.045907/2016-96	Exposição de Motivos 407 2018 MCTIC (0794915)

53000.071797/2013-19	Exposição de Motivos 406 2018 MCTIC (0795022)
53900.045557/2016-68	Exposição de Motivos 363 2018 MCTIC (0764991)
53900.017337/2015-63	Exposição de Motivos 330 2018 MCTIC (0733897)
53900.017347/2015-07	Exposição de Motivos 337 2018 MCTIC (0733857)
53900.034487/2015-31	Exposição de Motivos 347 2018 MCTIC (0734130)
53000.057937/2012-65	Exposição de Motivos 323 2018 MCTIC (0733458)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53000.041397/2012-06	Exposição de Motivos 249 2018 MCTIC (0677069)
53000.058147/2011-16	Exposição de Motivos 214 2018 MCTIC (0677135)
53900.035797/2015-73	Exposição de Motivos 259 2018 MCTIC (0677214)
53900.050617/2015-83	Exposição de Motivos 212 2018 MCTIC (0676844)
53900.045447/2015-15	Exposição de Motivos 199 2018 MCTIC (0676838)
53900.050637/2015-54	Exposição de Motivos 269 2018 MCTIC (0676695)
53900.008677/2015-01	Exposição de Motivos 222 2018 MCTIC (0676649)
53000.003257/2014-93	Exposição de Motivos 143 2018 MCTIC (0676161)
53900.026027/2014-59	Exposição de Motivos 256 2018 MCTIC (0676143)
53900.017937/2015-21	Exposição de Motivos 230 2018 MCTIC (0675867)
53000.069977/2013-31	Exposição de Motivos 209 2018 MCTIC (0674122)
53000.007107/2013-78	Exposição de Motivos 264 2018 MCTIC (0673390)
53900.039587/2015-54	Exposição de Motivos 211 2018 MCTIC (0672293)
53900.004157/2014-31	Exposição de Motivos 187 2018 MCTIC (0653050)
53000.018567/2013-21	Exposição de Motivos 235 2017 MCTIC (0246289)
53000.045037/2013-56	Exposição de Motivos 217 2017 MCTIC (0245352)
53900.007957/2014-11	Exposição de Motivos 55 2018 MCTIC (0481563)

53900.047997/2015-79	Exposição de Motivos 158 2018 MCTIC (0583656)
53900.008967/2014-66	Exposição de Motivos 156 2018 MCTIC (0583858)
53900.048797/2015-33	Exposição de Motivos 155 2018 MCTIC (0583982)
53900.049257/2015-77	Exposição de Motivos 135 2018 MCTIC (0569323)
53900.009307/2014-01	Exposição de Motivos 108 2017 MCTIC (0556471)
53900.055547/2015-50	Exposição de Motivos 109 2018 MCTIC (0555947)
53000.050217/2012-79	Exposição de Motivos 88 2018 MCTIC (0527854)
53000.065557/2013-85	Exposição de Motivos 77 2018 MCTIC (0522537)
53000.068677/2013-34	Exposição de Motivos 87 2017 MCTIC (0523265)
53900.000757/2014-21	Exposição de Motivos 97 2018 MCTIC (0523287)
53000.015797/2013-39	Exposição de Motivos 94 2018 MCTIC (0523244)
53000.031927/2012-08	Exposição de Motivos 82 2018 MCTIC (0523176)
53000.034057/2003-20	Exposição de Motivos 32 2018 MCTIC (0483430)
53000.056247/2011-16	Exposição de Motivos 20 2018 MCTIC (0482565)
53000.005567/2013-61	Exposição de Motivos 18 2018 MCTIC (0482269)
53000.021797/2014-59	Exposição de Motivos 7 2018 MCTIC (0481398)
53000.015837/2013-42	Exposição de Motivos 10 2018 MCTIC (0481335)
53000.003387/2012-64	Exposição de Motivos 291 2017 MCTIC (0252697)
53000.043077/2012-82	Exposição de Motivos 428 2017 MCTIC (0262429)
53000.041617/2013-74	Exposição de Motivos 211 2017 MCTIC (0262479)
53000.058587/2011-73	Exposição de Motivos 1077 2017 MCTIC (0383253)
53000.006767/2012-51	Exposição de Motivos 1059 2017 MCTIC (0382276)
53000.057527/2011-33	Exposição de Motivos 1006 2017 MCTIC (0374429)

53000.039997/2012-04	Exposição de Motivos 943 2017 MCTIC (0373787)
53900.003577/2014-16	Exposição de Motivos 919 2017 MCTIC (0372278)
53900.001487/2014-74	Exposição de Motivos 925 2017 MCTIC (0372243)
53000.014127/2010-52	Exposição de Motivos 916 2017 MCTIC (0372106)
53000.071367/2013-05	Exposição de Motivos 188 2017 MCTIC (0358936)
53000.055757/2011-68	Exposição de Motivos 133 2017 MCTIC (0201350)
53000.052857/2011-32	Exposição de Motivos 1008 2017 MCTIC (0358660)
53900.040337/2016-48	Exposição de Motivos 945 2017 MCTIC (0356860)
53000.013347/2011-40	Exposição de Motivos 964 2017 MCTIC (0357829)
53900.002457/2015-66	Exposição de Motivos 797 2017 MCTIC (0344460)
53900.017327/2015-28	Exposição de Motivos 801 2017 MCTIC (0344417)
53000.055767/2011-01	Exposição de Motivos 908 2017 MCTIC (0332366)
53000.071647/2013-13	Exposição de Motivos 911 2017 MCTIC (0332505)
53000.020077/2012-12	Exposição de Motivos 893 2017 MCTIC (0332089)
53900.046737/2015-86	Exposição de Motivos 864 2017 MCTIC (0332091)
53000.058117/2011-18	Exposição de Motivos 902 2017 MCTIC (0332010)
53900.041797/2015-11	Exposição de Motivos 880 2017 MCTIC (0332240)
53900.047727/2015-68	Exposição de Motivos 838 2017 MCTIC (0329880)
53900.049087/2015-21	Exposição de Motivos 829 2017 MCTIC (0328769)
53900.047617/2015-04	Exposição de Motivos 831 2017 MCTIC (0328853)
53900.050647/2015-90	Exposição de Motivos 822 2017 MCTIC (0328628)
53000.061897/2013-37	Exposição de Motivos 791 2017 MCTIC (0327494)
53000.052747/2012-51	Exposição de Motivos 799 2017 MCTIC (0327504)
53000.056227/2011-37	Exposição de Motivos 800 2017 MCTIC (0327615)

53900.017267/2015-43	Exposição de Motivos 775 2017 MCTIC (0324162)
53000.020797/2013-51	Exposição de Motivos 777 2017 MCTIC (0324186)
53900.017067/2015-91	Exposição de Motivos 774 2017 MCTIC (0324130)
53000.007057/2013-29	Exposição de Motivos 755 2017 MCTIC (0323794)
53900.042147/2015-84	Exposição de Motivos 758 2017 MCTIC (0323380)
53000.058137/2011-81	Exposição de Motivos 760 2017 MCTIC (0323420)
53000.049727/2012-01	Exposição de Motivos 742 2017 MCTIC (0322403)
53900.021997/2014-68	Exposição de Motivos 733 2017 MCTIC (0321722)
53900.008337/2014-91	Exposição de Motivos 546 2017 MCTIC (0278146)
53000.017857/2013-58	Exposição de Motivos 224 2017 MCTIC (0267126)
53000.049117/2012-08	Exposição de Motivos 312 2017 MCTIC (0266425)
53000.006807/2013-45	Exposição de Motivos 448 2017 MCTIC (0263586)
53000.017967/2013-10	Exposição de Motivos 301 2017 MCTIC (0271086)
53900.009247/2014-18	Exposição de Motivos 528 2017 MCTIC (0273202)
53000.070507/2013-10	Exposição de Motivos 435 2017 MCTIC (0272809)
53000.029227/2012-45	Exposição de Motivos 463 2017 MCTIC (0274003)
53000.041817/2011-65	Exposição de Motivos 532 2017 MCTIC (0275286)
53000.000127/2013-18	Exposição de Motivos 485 2017 MCTIC (0276693)
53000.019647/2013-02	Exposição de Motivos 563 2017 MCTIC (0288048)
53900.017747/2014-23	Exposição de Motivos 383 2017 MCTIC (0282371)
53000.068877/2013-97	Exposição de Motivos 615 2017 MCTIC (0302563)
53000.000307/2014-81	Exposição de Motivos 604 2017 MCTIC (0302080)
53000.061497/2013-21	Exposição de Motivos 593 2017 MCTIC (0302315)
53000.062557/2013-23	Exposição de Motivos 605 2017 MCTIC (0302364)

53000.005447/2010-11	Exposição de Motivos 223 2016 MCTIC (0083781)
53900.003257/2014-41	Exposição de Motivos 653 2017 MCTIC (0308852)
53900.042127/2015-11	Exposição de Motivos 694 2017 MCTIC (0311518)
53900.041857/2015-97	Exposição de Motivos 691 2017 MCTIC (0311463)
53000.051427/2012-84	Exposição de Motivos 720 2017 MCTIC (0319461)
53900.049367/2015-39	Exposição de Motivos 668 2017 MCTIC (0309842)
53000.047027/2012-74	Exposição de Motivos 657 2017 MCTIC (0309680)
53000.055907/2013-03	Exposição de Motivos 661 2017 MCTIC (0309633)
53900.039719/2015-48	Exposição de Motivos 524 2017 MCTIC (0275247)
53000.028019/2012-29	Exposição de Motivos 466 2017 MCTIC (0276041)
53000.048669/2012-91	Exposição de Motivos 483 2017 MCTIC (0276629)
53900.006389/2014-23	Exposição de Motivos 534 2017 MCTIC (0287128)
53000.036049/2012-17	Exposição de Motivos 608 2017 MCTIC (0302499)
53000.007039/2013-47	Exposição de Motivos 586 2017 MCTIC (0302279)
53000.014269/2012-81	Exposição de Motivos 595 2017 MCTIC (0301695)
53000.009819/2014-11	Exposição de Motivos 585 2017 MCTIC (0301909)
53900.041679/2015-02	Exposição de Motivos 643 2017 MCTIC (0304114)
53000.056639/2012-58	Exposição de Motivos 644 2017 MCTIC (0304144)
53900.039649/2015-28	Exposição de Motivos 646 2017 MCTIC (0308464)
53000.015779/2013-57	Exposição de Motivos 654 2017 MCTIC (0308944)
53900.048239/2015-78	Exposição de Motivos 667 2017 MCTIC (0309927)
53000.070169/2013-16	Exposição de Motivos 663 2017 MCTIC (0309655)
53900.017339/2015-52	Exposição de Motivos 697 2017 MCTIC (0311949)
53000.059219/2013-12	- Exposição de Motivos 467 2018 MCTIC (0875494)
53000.057439/2011-31	- Exposição de Motivos 867 2017 MCTIC (0346288)

53900.041939/2015-31 - Exposição de Motivos 514 2018 MCTIC (0923928)
53000.015829/2013-04 - Exposição de Motivos 443 2017 MCTIC (0272211)
53000.064009/2013-38 - Exposição de Motivos 551 2018 MCTIC (0943983)
53000.053969/2012-91 - Exposição de Motivos 1009 2017 MCTIC (0374481)
53900.027759/2016-28 - Exposição de Motivos 540 2018 MCTIC (0918404)
53000.059289/2011-09 - Exposição de Motivos 248 2017 MCTIC (0246474)
53000.041679/2013-86 - Exposição de Motivos 474 2018 MCTIC (0845648)
53000.046089/2012-69 - Exposição de Motivos 419 2018 MCTIC (0796181)
53710.000749/2000-15 - Exposição de Motivos 453 2018 MCTIC (0845059)
53000.028449/2009-45 - Exposição de Motivos 468 2018 MCTIC (0837880)
53900.045489/2015-56 - Exposição de Motivos 442 2018 MCTIC (0837144)
53900.003029/2016-31 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836698)
53900.020099/2014-92 - Exposição de Motivos 424 2018 MCTIC (0808381)
53900.062019/2015-57 - Exposição de Motivos 430 2018 MCTIC (0808327)
53000.023809/2013-07 - Exposição de Motivos 432 2018 MCTIC (0808302)
53900.046879/2015-43 - Exposição de Motivos 386 2018 MCTIC (0785111)
53900.049709/2015-11 - Exposição de Motivos 394 2018 MCTIC (0785064)
53900.011959/2016-69 - Exposição de Motivos 375 2018 MCTIC (0765035)
53900.019629/2014-50 - Exposição de Motivos 370 2018 MCTIC (0764590)
53000.070099/2013-04 - Exposição de Motivos 369 2018 MCTIC (0764449)
53900.016399/2015-58 - Exposição de Motivos 324 2018 MCTIC (0733553)
53900.012339/2016-47 - Exposição de Motivos 346 2018 MCTIC (0732695)
53000.015799/2013-28 - Exposição de Motivos 281 2018 MCTIC (0703199)
53900.049739/2015-27 - Exposição de Motivos 296 2018 MCTIC (0702519)
53000.075619/2013-67 - Exposição de Motivos 306 2018 MCTIC (0702569)
53900.005039/2014-41 - Exposição de Motivos 273 2018 MCTIC (0703141)
53900.041859/2015-86 - Exposição de Motivos 308 2018 MCTIC (0702917)
53000.060089/2011-91 - Exposição de Motivos 307 2018 MCTIC (0702680)
53900.029509/2014-61 - Exposição de Motivos 262 2018 MCTIC (0682072)
53000.057909/2011-67 - Exposição de Motivos 206 2018 MCTIC (0677211)
53900.031989/2014-20 - Exposição de Motivos 207 2018 MCTIC (0676319)
53900.016239/2014-28 - Exposição de Motivos 223 2018 MCTIC (0674392)
53900.011529/2016-47 - Exposição de Motivos 164 2018 MCTIC (0583699)
53000.050129/2012-77 - Exposição de Motivos 198 2018 MCTIC (0652447)
53900.018279/2014-12 - Exposição de Motivos 216 2018 MCTIC (0672536)
53900.017279/2015-78 - Exposição de Motivos 120 2018 MCTIC (0556709)
53000.041399/2012-97 - Exposição de Motivos 1019 2017 MCTIC (0361470)
53680.000099/1998-36 - Exposição de Motivos 50 2018 MCTIC (0481209)
53900.017059/2015-44 - Exposição de Motivos 114 2018 MCTIC (0556651)
53000.050829/2011-81 - Exposição de Motivos 65 2018 MCTIC (0527570)
53900.050709/2015-63 - Exposição de Motivos 13 2018 MCTIC (0481473)
53000.071349/2013-15 - Exposição de Motivos 23 2018 MCTIC (0483124)
53000.070749/2013-11 - Exposição de Motivos 85 2018 MCTIC (0523217)
53000.063589/2012-65 - Exposição de Motivos 3 2018 MCTIC (0481509)
53000.065289/2012-11 - Exposição de Motivos 425 2017 MCTIC (0262571)
53000.059079/2011-11 - Exposição de Motivos 1042 2017 MCTIC (0382071)
53000.006409/2009-42 - Exposição de Motivos 243 2017 MCTIC (0261344)
53000.050949/2012-69 - Exposição de Motivos 986 2017 MCTIC (0374381)
53000.067009/2011-28 - Exposição de Motivos 1078 2017 MCTIC (0383287)
53900.038549/2014-01 - Exposição de Motivos 1025 2017 MCTIC (0361193)
53000.001359/2014-74 - Exposição de Motivos 292 2018 MCTIC (0701572)
53900.011859/2016-32 - Exposição de Motivos 1068 2017 MCTIC (0382395)

53900.046499/2015-17 - Exposição de Motivos 983 2017 MCTIC (0374418)
53900.009349/2014-33 - Exposição de Motivos 921 2017 MCTIC (0372284)
53900.007769/2015-66 - Exposição de Motivos 975 2017 MCTIC (0374053)
53000.059679/2011-71 - Exposição de Motivos 1065 2017 MCTIC (0382287)
53000.003089/2010-11 - Exposição de Motivos 240 2016 EXM MCTIC (0131371)
53000.044199/2011-13 - Exposição de Motivos 891 2017 MCTIC (0347578)
53000.066549/2011-94 - Exposição de Motivos 997 2017 MCTIC (0358493)
53000.001639/2012-11 - Exposição de Motivos 1013 2017 MCTIC (0358719)
53000.032529/2011-10 - Exposição de Motivos 966 2017 MCTIC (0357821)
53000.055769/2011-92 - Exposição de Motivos 952 2017 MCTIC (0357553)
53000.043819/2013-51 - Exposição de Motivos 773 2017 MCTIC (0344082)
53000.056619/2011-04 - Exposição de Motivos 795 2017 MCTIC (0345308)
53900.048779/2015-51 - Exposição de Motivos 862 2017 MCTIC (0332033)
53900.017409/2014-91 - Exposição de Motivos 781 2017 MCTIC (0344557)
53900.039579/2015-16 - Exposição de Motivos 806 2017 MCTIC (0327249)
53900.020989/2014-02 - Exposição de Motivos 959 2017 MCTIC (0334513)
53900.009909/2015-31 - Exposição de Motivos 885 2017 MCTIC (0332256)
53900.050619/2015-72 - Exposição de Motivos 861 2017 MCTIC (0332323)
53000.051419/2012-38 - Exposição de Motivos 924 2017 MCTIC (0332301)
53900.048009/2015-17 - Exposição de Motivos 837 2017 MCTIC (0329854)
53000.007329/2014-71 - Exposição de Motivos 789 2017 MCTIC (0327355)
53000.006879/2013-92 - Exposição de Motivos 782 2017 MCTIC (0326984)
53000.058099/2011-66 - Exposição de Motivos 707 2017 MCTIC (0324561)
53000.058119/2011-07 - Exposição de Motivos 708 2017 MCTIC (0324468)
53000.009899/2013-15 - Exposição de Motivos 686 2017 MCTIC (0323969)
53000.071599/2013-55 - Exposição de Motivos 598 2017 MCTIC (0323094)
53900.016739/2015-41 - Exposição de Motivos 730 2017 MCTIC (0321686)
53900.046389/2015-47 - Exposição de Motivos 732 2017 MCTIC (0321643)
53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
53900.041776/2015-97 - Exposição de Motivos 738 2017 MCTIC (0321984)
53000.034243/2010-98 - Exposição de Motivos 374 2018 MCTIC (0959907)
53000.019200/2010-82 - Exposição de Motivos 65 2017 MCTIC (0140598)
53900.023990/2016-42 - Exposição de Motivos 1064 2017 MCTIC (0382367)
53000.073920/2013-36 - Exposição de Motivos 992 2017 MCTIC (0375706)
53900.012810/2014-35 - Exposição de Motivos 970 2017 MCTIC (0373991)
53900.008480/2014-83 - Exposição de Motivos 938 2017 MCTIC (0373602)
53000.028900/2013-19 - Exposição de Motivos 933 2017 MCTIC (0373148)
53900.050050/2016-26 - Exposição de Motivos 946 2017 MCTIC (0356836)
53000.036560/2012-19 - Exposição de Motivos 947 2017 MCTIC (0357082)
53000.057910/2011-91 - Exposição de Motivos 955 2017 MCTIC (0357847)
53000.033060/2013-06 - Exposição de Motivos 950 2017 MCTIC (0357843)
53900.041780/2015-55 - Exposição de Motivos 899 2017 MCTIC (0332372)
53900.041490/2015-10 - Exposição de Motivos 793 2017 MCTIC (0344522)
53000.059620/2012-63 - Exposição de Motivos 796 2017 MCTIC (0344568)
53000.058130/2011-69 - Exposição de Motivos 772 2017 MCTIC (0344120)
53000.070500/2013-06 - Exposição de Motivos 766 2017 MCTIC (0343966)
53900.047620/2015-10 - Exposição de Motivos 879 2017 MCTIC (0332013)
53900.009190/2014-57 - Exposição de Motivos 905 2017 MCTIC (0332156)
53900.008250/2015-03 - Exposição de Motivos 850 2017 MCTIC (0329788)
53000.059330/2011-39 - Exposição de Motivos 828 2017 MCTIC (0328856)
53900.047630/2015-55 - Exposição de Motivos 802 2017 MCTIC (0327331)
53000.065280/2012-18 - Exposição de Motivos 812 2017 MCTIC (0327513)

53000.006880/2013-17 - Exposição de Motivos 682 2017 MCTIC (0323626)
53000.019020/2014-24 - Exposição de Motivos 664 2017 MCTIC (0323238)
53000.012480/2013-41 - Exposição de Motivos 767 2017 MCTIC (0323552)
53000.059290/2011-25 - Exposição de Motivos 590 2017 MCTIC (0322937)
53000.058080/2011-10 - Exposição de Motivos 591 2017 MCTIC (0322862)
53900.011550/2014-81 - Exposição de Motivos 746 2017 MCTIC (0322446)
53000.012760/2013-59 - Exposição de Motivos 120 2017 MCTIC (0231085)
53000.043110/2011-93 - Exposição de Motivos 510 2017 MCTIC (0278667)
53000.031930/2012-13 - Exposição de Motivos 389 2017 MCTIC (0280870)
53000.056150/2012-86 - Exposição de Motivos 412 2017 MCTIC (0270064)
53000.002360/2012-54 - Exposição de Motivos 407 2017 MCTIC (0268087)
53000.021870/2013-10 - Exposição de Motivos 447 2017 MCTIC (0272000)
53900.036160/2014-13 - Exposição de Motivos 433 2017 MCTIC (0272868)
53000.071350/2013-40 - Exposição de Motivos 431 2017 MCTIC (0272899)
53000.045180/2012-67 - Exposição de Motivos 459 2017 MCTIC (0274263)
53000.041590/2013-10 - Exposição de Motivos 475 2017 MCTIC (0274379)
53000.059200/2013-68 - Exposição de Motivos 526 2017 MCTIC (0275265)
53000.056640/2013-63 - Exposição de Motivos 474 2017 MCTIC (0276132)
53000.008640/2012-76 - Exposição de Motivos 562 2017 MCTIC (0288057)
53900.037910/2015-55 - Exposição de Motivos 620 2017 MCTIC (0302533)
53900.007240/2014-61 - Exposição de Motivos 617 2017 MCTIC (0302554)
53000.049480/2012-15 - Exposição de Motivos 616 2017 MCTIC (0302681)
53000.040750/2013-11 - Exposição de Motivos 640 2017 MCTIC (0303524)
53000.056380/2012-45 - Exposição de Motivos 695 2017 MCTIC (0311678)
53900.034780/2015-07 - Exposição de Motivos 673 2017 MCTIC (0310160)
53000.031940/2012-59 - Exposição de Motivos 699 2017 MCTIC (0312090)
53900.042150/2015-06 - Exposição de Motivos 725 2017 MCTIC (0319898)
53000.055770/2011-17 - Exposição de Motivos 721 2017 MCTIC (0319434)
53000.036340/2012-87 - Exposição de Motivos 395 2018 MCTIC (0784729)
53900.017950/2015-81 - Exposição de Motivos 359 2018 MCTIC (0764728)
53900.005510/2016-61 - Exposição de Motivos 368 2018 MCTIC (0744467)
53000.027470/2009-23 - Exposição de Motivos 341 2018 MCTIC (0732925)
53000.041580/2010-31 - Exposição de Motivos 354 2018 MCTIC (0732169)
53900.007550/2014-86 - Exposição de Motivos 289 2018 MCTIC (0732215)
53900.016180/2015-59 - Exposição de Motivos 274 2018 MCTIC (0703266)
53900.048000/2015-06 - Exposição de Motivos 299 2018 MCTIC (0702472)
53000.043380/2012-85 - Exposição de Motivos 257 2018 MCTIC (0676938)
53900.038370/2016-16 - Exposição de Motivos 243 2018 MCTIC (0676745)
53000.067110/2011-89 - Exposição de Motivos 244 2018 MCTIC (0676275)
53900.023980/2014-45 - Exposição de Motivos 268 2018 MCTIC (0676085)
53900.017320/2015-14 - Exposição de Motivos 227 2018 MCTIC (0675707)
53900.009880/2014-14 - Exposição de Motivos 272 2018 MCTIC (0673749)
53900.005950/2016-19 - Exposição de Motivos 266 2018 MCTIC (0673809)
53900.013950/2014-21 - Exposição de Motivos 195 2018 MCTIC (0653239)
53900.049220/2015-49 - Exposição de Motivos 185 2018 MCTIC (0653293)
53900.041650/2015-12 - Exposição de Motivos 181 2018 MCTIC (0587806)
53900.020670/2014-79 - Exposição de Motivos 161 2018 MCTIC (0585794)
53900.006330/2014-35 - Exposição de Motivos 157 2018 MCTIC (0583737)
53000.014020/2013-57 - Exposição de Motivos 149 2018 MCTIC (0583950)
53900.009140/2014-70 - Exposição de Motivos 137 2018 MCTIC (0569540)
53000.058120/2011-23 - Exposição de Motivos 80 2018 MCTIC (0527614)
53900.016430/2015-51 - Exposição de Motivos 102 2018 MCTIC (0523399)

53900.017160/2015-03 - Exposição de Motivos 89 2018 MCTIC (0523391)
53000.027270/2013-57 - Exposição de Motivos 71 2018 MCTIC (0521468)
53000.071620/2013-12 - Exposição de Motivos 22 2018 MCTIC (0483046)
53900.000200/2016-51 - Exposição de Motivos 30 2018 MCTIC (0483417)
53000.005800/2014-97 - Exposição de Motivos 17 2018 MCTIC (0482103)
53000.070120/2013-63 - Exposição de Motivos 8 2018 MCTIC (0481245)
53900.048226/2015-07 - Exposição de Motivos 527 2018 MCTIC (0920430)
53000.016596/2013-59 - Exposição de Motivos 518 2018 MCTIC (0922120)
53000.026836/2011-61 - Exposição de Motivos 477 2018 MCTIC (0845202)
53000.053176/2013-53 - Exposição de Motivos 314 2017 MCTIC (0271104)
53900.007246/2014-39 - Exposição de Motivos 410 2017 MCTIC (0268151)
53900.003786/2014-43 - Exposição de Motivos 494 2018 MCTIC (0876622)
53000.037836/2011-97 - Exposição de Motivos 493 2018 MCTIC (0876581)
53900.017326/2015-83 - Exposição de Motivos 726 2017 MCTIC (0319958)
53000.065326/2013-71 - Exposição de Motivos 482 2018 MCTIC (0845690)
53900.024846/2015-42 - Exposição de Motivos 415 2018 MCTIC (0795336)
53000.063406/2011-21 - Exposição de Motivos 998 2017 MCTIC (0358757)
53000.004676/2014-42 - Exposição de Motivos 463 2018 MCTIC (0837220)
53000.000416/2009-31 - Exposição de Motivos 466 2918 MCTIC (0837237)
53000.049916/2013-57 - Exposição de Motivos 448 2018 MCTIC (0836774)
53000.070826/2013-25 - Exposição de Motivos 443 2018 MCTIC (0836864)
53000.042696/2011-79 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836908)
53900.055346/2015-52 - Exposição de Motivos 458 2018 MCTIC (0837006)
53000.011766/2014-90 - Exposição de Motivos 428 2018 MCTIC (0808654)
53000.007916/2014-61 - Exposição de Motivos 417 2018 MCTIC (0796217)
53000.006816/2013-36 - Exposição de Motivos 416 2018 MCTIC (0795674)
53900.002856/2015-27 - Exposição de Motivos 409 2018 MCTIC (0794322)
53900.017286/2015-70 - Exposição de Motivos 384 2018 MCTIC (0785304)
53000.070736/2013-34 - Exposição de Motivos 380 2018 MCTIC (0784961)
53900.048776/2015-18 - Exposição de Motivos 367 2018 MCTIC (0765409)
53900.045626/2016-33 - Exposição de Motivos 366 2018 MCTIC (0765005)
53900.020036/2015-17 - Exposição de Motivos 334 2018 MCTIC (0733960)
53900.022496/2015-80 - Exposição de Motivos 333 2018 MCTIC (0734102)
53900.011676/2014-55 - Exposição de Motivos 278 2018 MCTIC (0703082)
53900.042136/2015-02 - Exposição de Motivos 297 2018 MCTIC (0702417)
53000.047896/2013-80 - Exposição de Motivos 305 2018 MCTIC (0702638)
53900.048786/2015-53 - Exposição de Motivos 228 2018 MCTIC (0676467)
53900.017866/2015-67 - Exposição de Motivos 221 2018 MCTIC (0675815)
53000.003536/2013-76 - Exposição de Motivos 202 2018 MCTIC (0672189)
53900.053766/2016-85 - Exposição de Motivos 194/2018 MCTIC (0652416)
53000.068096/2013-01 - Exposição de Motivos 223 2017 MCTIC (0246081)
53900.000576/2014-11 - Exposição de Motivos 270 2017 MCTIC (0246007)
53900.050256/2015-75 - Exposição de Motivos 178 2018 MCTIC (0587455)
53000.066606/2013-05 - Exposição de Motivos 177 2018 MCTIC (0588040)
53900.017136/2015-66 - Exposição de Motivos 133 2018 MCTIC (0569180)
53000.058466/2011-21 - Exposição de Motivos 131 2018 MCTIC (0569167)
53900.034256/2015-28 - Exposição de Motivos 105 2018 MCTIC (0555741)
53900.017156/2015-37 - Exposição de Motivos 123 2018 MCTIC (0556620)
53000.058106/2011-20 - Exposição de Motivos 110 2018 MCTIC (0556566)
53900.007846/2015-88 - Exposição de Motivos 60 2018 MCTIC (0556136)
53900.049346/2015-13 - Exposição de Motivos 100 2018 MCTIC (0523525)
53000.056216/2011-57 - Exposição de Motivos 98 2018 MCTIC (0523585)

53000.067636/2013-21 - Exposição de Motivos 73 2018 MCTIC (0521350)
53000.062556/2013-89 - Exposição de Motivos 72 2018 MCTIC (0521613)
53000.059736/2013-83 - Exposição de Motivos 45 2018 MCTIC (0484303)
53000.050216/2012-24 - Exposição de Motivos 46 2018 MCTIC (0484161)
53000.050186/2011-75 - Exposição de Motivos 39 2018 MCTIC (0483089)
53000.029836/2013-85 - Exposição de Motivos 35 2018 MCTIC (0483254)
53900.078146/2015-78 - Exposição de Motivos 28 2018 MCTIC (0483329)
53000.057226/2011-18 - Exposição de Motivos 21 2018 MCTIC (0482777)
53000.052326/2012-21 - Exposição de Motivos 4 2018 MCTIC (0481625)
53900.049266/2015-68 - Exposição de Motivos 12 2018 MCTIC (0481490)
53000.004356/2012-21 - Exposição de Motivos 1082 2017 MCTIC (0383414)
53900.000766/2016-82 - Exposição de Motivos 1086 2017 MCTIC (0383045)
53900.042116/2015-23 - Exposição de Motivos 976 2017 MCTIC (0374072)
53900.046836/2015-68 - Exposição de Motivos 981 2017 MCTIC (0374366)
53000.070526/2013-46 - Exposição de Motivos 962 2017 MCTIC (0373906)
53000.055766/2011-59 - Exposição de Motivos 934 2017 MCTIC (0373371)
53000.005496/2008-30 - Exposição de Motivos 1027 2017 MCTIC (0361295)
53000.025416/2013-20 - Exposição de Motivos 1026 2017 MCTIC (0361697)
53000.065796/2013-35 - Exposição de Motivos 070 2017 MCTIC (0358870)
53000.001866/2009-41 - Exposição de Motivos 892 2017 MCTIC (0347634)
53000.039926/2013-84 - Exposição de Motivos 870 2017 MCTIC (0346418)
53000.058116/2011-65 - Exposição de Motivos 846 2017 MCTIC (0346053)
53900.005056/2014-87 - Exposição de Motivos 840 2017 MCTIC (0345633)
53000.055726/2012-98 - Exposição de Motivos 785 2017 MCTIC (0344751)
53000.020796/2013-14 - Exposição de Motivos 765 2017 MCTIC (0343702)
53000.054986/2012-46 - Exposição de Motivos 901 2017 MCTIC (0332492)
53000.057916/2011-69 - Exposição de Motivos 909 2017 MCTIC (0332549)
53900.046846/2015-01 - Exposição de Motivos 855 2017 MCTIC (0332233)
53900.034546/2015-71 - Exposição de Motivos 841 2017 MCTIC (0329901)
53900.046496/2015-75 - Exposição de Motivos 833 2017 MCTIC (0328812)
53900.017336/2015-19 - Exposição de Motivos 808 2017 MCTIC (0327021)
53900.020946/2014-19 - Exposição de Motivos 809 2017 MCTIC (0327443)
53900.029926/2015-94 - Exposição de Motivos 807 2017 MCTIC (0326946)
53000.061976/2013-48 - Exposição de Motivos 713 2017 MCTIC (0324391)
53900.015016/2015-24 - Exposição de Motivos 599 2017 MCTIC (0322985)
53000.070516/2013-19 - Exposição de Motivos 716 2017 MCTIC (0322954)
53000.031936/2012-91 - Exposição de Motivos 749 2017 MCTIC (0322465)
53000.006656/2013-25 - Exposição de Motivos 681 2017 MCTIC (0321697)
53900.061306/2015-40 - Exposição de Motivos 121 2017 MCTIC (0231043)
53900.017866/2014-86 - Exposição de Motivos 509 2017 MCTIC (0278359)
53000.058076/2011-51 - Exposição de Motivos 382 2017 MCTIC (0280136)
53000.054476/2012-79 - Exposição de Motivos 398 2017 MCTIC (0280326)
53000.011716/2013-21 - Exposição de Motivos 549 2017 MCTIC (0281105)
53000.068456/2013-66 - Exposição de Motivos 202 2017 MCTIC (0270312)
53000.024276/2012-91 - Exposição de Motivos 252 2017 MCTIC (0266637)
53900.034526/2015-09 - Exposição de Motivos 337 2017 MCTIC (0263378)
53000.052576/2012-61 - Exposição de Motivos 455 2017 MCTIC (0272317)
53000.057706/2012-51 - Exposição de Motivos 451 2017 MCTIC (0274001)
53900.001546/2014-12 - Exposição de Motivos 550 2017 MCTIC (0275059)
53000.046516/2011-28 - Exposição de Motivos 471 2017 MCTIC (0276250)
53000.047886/2011-82 - Exposição de Motivos 489 2017 MCTIC (0276467)
53000.065566/2013-76 - Exposição de Motivos 494 2017 MCTIC (0276464)

53900.006386/2014-90 - Exposição de Motivos 490 2017 MCTIC (0277800)
53000.007056/2013-84 - Exposição de Motivos 561 2017 MCTIC (0288082)
53000.015816/2013-27 - Exposição de Motivos 687 2017 MCTIC (0311291)
53000.063176/2012-81 - Exposição de Motivos 674 2017 MCTIC (0310173)
53000.075026/2013-09 - Exposição de Motivos 658 2017 MCTIC (0309598)
53000.043084/2012-84 - Exposição de Motivos 529 2017 MCTIC (0287146)
53000.026544/2011-29 - Exposição de Motivos 332 2017 MCTIC (0285817)
53000.064284/2010-17 - Exposição de Motivos 369 2017 MCTIC (0281344)
53000.024854/2013-71 - Exposição de Motivos 633 2017 MCTIC (0303388)
53000.058104/2011-31 - Exposição de Motivos 628 2017 MCTIC (0303107)
53000.041034/2013-43 - Exposição de Motivos 629 2017 MCTIC (0303205)
53000.029374/2013-04 - Exposição de Motivos 621 2017 MCTIC (0303217)
53900.001804/2014-52 - Exposição de Motivos 601 2017 MCTIC (0302096)
53000.057044/2013-09 - Exposição de Motivos 600 2017 MCTIC (0302345)
53000.017204/2013-79 - Exposição de Motivos 606 2017 MCTIC (0302407)
53000.003434/2014-31 - Exposição de Motivos 582 2017 MCTIC (0301851)
53900.036274/2015-44 - Exposição de Motivos 647 2017 MCTIC (0308500)
53900.003524/2015-60 - Exposição de Motivos 648 2017 MCTIC (0308543)
53900.006344/2014-59 - Exposição de Motivos 652 2017 MCTIC (0308650)
53900.039554/2015-12 - Exposição de Motivos 679 2017 MCTIC (0311456)
53000.056624/2011-17 - Exposição de Motivos 659 2017 MCTIC (0309608)
53000.000634/2013-51 - Exposição de Motivos 703 2017 MCTIC (0312137)
53000.057704/2012-62 - Exposição de Motivos 76 2018 MCTIC (0527529)
53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
53900.017294/2015-16 - Exposição de Motivos 464 2017 MCTIC (0274123)
53000.056644/2011-80 - Exposição de Motivos 462 2017 MCTIC (0274523)
53000.047754/2013-12 - Exposição de Motivos 473 2017 MCTIC (0274544)
53900.007754/2014-17 - Exposição de Motivos 551 2017 MCTIC (0275107)
53000.049664/2012-85 - Exposição de Motivos 530 2017 MCTIC (0275268)
53000.065174/2012-26 - Exposição de Motivos 488 2017 MCTIC (0276350)
53000.058124/2011-10 - Exposição de Motivos 495 2017 MCTIC (0276793)
53000.031924/2012-66 - Exposição de Motivos 564 2017 MCTIC (0288218)
53000.014914/2013-47 - Exposição de Motivos 559 2017 MCTIC (0287358)
53000.021334/2013-14 - Exposição de Motivos 558 2017 MCTIC (0287196)
53900.002094/2014-88 - Exposição de Motivos 739 2017 MCTIC (0322005)
53900.003474/2014-31 - Exposição de Motivos 736 2017 MCTIC (0321857)
53000.056194/2013-97 - Exposição de Motivos 203 2017 MCTIC (0228364)
53000.058734/2012-96 - Exposição de Motivos 543 2017 MCTIC (0278264)
53000.057904/2011-34 - Exposição de Motivos 553 2017 MCTIC (0279688)
53000.070514/2013-11 - Exposição de Motivos 547 2017 MCTIC (0279720)
53000.039604/2007-97 - Exposição de Motivos 368 2017 MCTIC (0280177)
53000.057914/2011-70 - Exposição de Motivos 349 2017 MCTIC (0280450)
53000.069974/2013-05 - Exposição de Motivos 548 2017 MCTIC (0281204)
53000.003804/2013-50 - Exposição de Motivos 432 2017 MCTIC (0272628)
53900.003004/2014-76 - Exposição de Motivos 836 2017 MCTIC (0328793)
53900.048244/2015-81 - Exposição de Motivos 830 2017 MCTIC (0328813)
53000.025604/2012-77 - Exposição de Motivos 783 2017 MCTIC (0327039)
53000.062554/2013-90 - Exposição de Motivos 788 2017 MCTIC (0327259)
53000.017094/2013-45 - Exposição de Motivos 769 2017 MCTIC (0324607)
53000.007034/2013-14 - Exposição de Motivos 684 2017 MCTIC (0324031)
53000.007674/2014-13 - Exposição de Motivos 676 2017 MCTIC (0323272)
53000.007104/2013-34 - Exposição de Motivos 596 2017 MCTIC (0322906)

53000.059764/2010-58 - Exposição de Motivos 580 2017 MCTIC (0322770)
 53000.056954/2012-85 - Exposição de Motivos 741 2017 MCTIC (0322174)
 53900.039644/2015-03 - Exposição de Motivos 803 2017 MCTIC (0345516)
 53000.031934/2012-00 - Exposição de Motivos 794 2017 MCTIC (0345294)
 53000.046474/2012-14 - Exposição de Motivos 912 2017 MCTIC (0332009)
 53900.014134/2015-15 - Exposição de Motivos 872 2017 MCTIC (0332146)
 53900.034554/2015-18 - Exposição de Motivos 856 2017 MCTIC (0332205)
 53000.057214/2011-85 - Exposição de Motivos 894 2017 MCTIC (0331931)
 53000.067714/2013-97 - Exposição de Motivos 915 2017 MCTIC (0331705)
 53000.062334/2013-66 - Exposição de Motivos 847 2017 MCTIC (0329940)
 53900.025954/2015-32 - Exposição de Motivos 845 2017 MCTIC (0329839)
 53000.059284/2011-78 - Exposição de Motivos 825 2017 MCTIC (0328678)
 53000.073494/2013-31 - Exposição de Motivos 1062 2017 MCTIC (0382352)
 53000.005244/2012-97 - Exposição de Motivos 1040 2017 MCTIC (0381897)
 53000.042814/2013-19 - Exposição de Motivos 979 2017 MCTIC (0374191)
 53000.056644/2012-61 - Exposição de Motivos 978 2017 MCTIC (0374168)
 53000.069884/2013-14 - Exposição de Motivos 932 2017 MCTIC (0373154)
 53000.027624/2012-82 - Exposição de Motivos 926 2017 MCTIC (0372163)
 53000.008174/2012-29 - Exposição de Motivos 1023 2017 MCTIC (0360829)
 53000.058924/2012-11 - Exposição de Motivos 886 2017 MCTIC (0346677)
 53000.064084/2012-18 - Exposição de Motivos 871 2017 MCTIC (0346564)
 53000.067904/2013-12 - Exposição de Motivos 881 2017 MCTIC (0346643)
 53900.049094/2015-22 - Exposição de Motivos 117 2018 MCTIC (0554330)
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
 53000.013444/2010-51 - Exposição de Motivos 918 2017 MCTIC (0372147)
 53000.045554/2013-25 - Exposição de Motivos 81 2018 MCTIC (0523079)
 53900.048224/2015-18 - Exposição de Motivos 92 2018 MCTIC (0523434)
 53000.039184/2013-97 - Exposição de Motivos 96 2018 MCTIC (0523590)
 53000.018934/2013-97 - Exposição de Motivos 64 2018 MCTIC (0521368)
 53900.011474/2014-11 - Exposição de Motivos 56 2018 MCTIC (0481150)
 53000.001524/2001-73 - Exposição de Motivos 153/2016 (0037790)
 53000.008854/2012-42 - Exposição de Motivos 1095 2017 MCTIC (0383607)
 53000.061475/2011-08 - Exposição de Motivos 483 2018 MCTIC (0845098)
 53000.037545/2012-80 - Exposição de Motivos 451 2018 MCTIC (0837119)
 53900.016795/2015-85 - Exposição de Motivos 339 2018 MCTIC (0733769)
 53000.022735/2012-01 - Exposição de Motivos 344 2018 MCTIC (0732889)
 53900.043275/2015-45 - Exposição de Motivos 336 2018 MCTIC (0732952)
 53900.046475/2015-50 - Exposição de Motivos 350 2018 MCTIC (0732843)
 53900.046725/2015-51 - Exposição de Motivos 351 2018 MCTIC (0732784)
 53900.047355/2015-70 - Exposição de Motivos 275 2018 MCTIC (0703173)
 53900.016805/2015-82 - Exposição de Motivos 294 2018 MCTIC (0702222)
 53000.022715/2012-21 - Exposição de Motivos 242 2018 MCTIC (0677098)
 53000.048845/2013-75 - Exposição de Motivos 265 2018 MCTIC (0677186)
 53000.041395/2012-17 - Exposição de Motivos 252 2018 MCTIC (0677222)
 53900.046555/2015-13 - Exposição de Motivos 210 2018 MCTIC (0676692)

 53000.052465/2011-73 - Exposição de Motivos 250 2018 MCTIC (0676561)
 53900.038365/2016-03 - Exposição de Motivos 239 2018 MCTIC (0676488)
 53000.007685/2014-95 - Exposição de Motivos 208 2018 MCTIC (0673503)
 53900.047995/2015-80 - Exposição de Motivos 219 2018 MCTIC (0672423)
 53770.000815/2002-12 - Exposição de Motivos 129 2018 MCTIC (0569306)
 53000.038735/2007-57 - Exposição de Motivos 897 2017 MCTIC (0347655)
 53830.001345/1997-80 - Exposição de Motivos 49 2018 MCTIC (0481248)
 53900.029945/2015-11 - Exposição de Motivos 152 2018 MCTIC (0585829)

53000.051425/2012-95 - Exposição de Motivos 162 2018 MCTIC (0583804)
53000.058135/2011-91 - Exposição de Motivos 79 2018 MCTIC (0527723)
53000.056215/2011-11 - Exposição de Motivos 78 2018 MCTIC (0527689)
53000.045645/2013-61 - Exposição de Motivos 69 2018 MCTIC (0521418)
53000.052005/2013-15 - Exposição de Motivos 67 2018 MCTIC (0521819)
53000.021295/2013-47 - Exposição de Motivos 74 2018 MCTIC (0521936)
53900.029902/2015-35 --- Exposição de Motivos 360 2018 MCTIC (0765180)
53900.016132/2016-41--- Exposição de Motivos 373 2018 MCTIC (0764577)
53900.038342/2016-91--- Exposição de Motivos 321 2018 MCTIC (0733707)
53900.046422/2015-39---Exposição de Motivos 335 2018 MCTIC (0732876)
53900.048812/2015-43---Exposição de Motivos 279 2018 MCTIC (0703215)
53000.020902/2012-71--- Exposição de Motivos 312 2018 MCTIC (0702864)
53900.049962/2015-74---Exposição de Motivos 293 2018 MCTIC (0702170)
53900.002972/2015-46---Exposição de Motivos 263 2018 MCTIC (0676991)
53000.067112/2011-78--- Exposição de Motivos 171 2018 MCTIC (0676181)
53900.016392/2015-36--- Exposição de Motivos 261 2018 MCTIC (0674459)
53000.005022/2011-93---Exposição de Motivos 267 2018 MCTIC (0673261)
53000.015432/2013-12-- Exposição de Motivos 159 2018 MCTIC (0584416)
53000.054912/2010-48--- Exposição de Motivos 128 2018 MCTIC (0568453)
53900.047532/2016-07--- Exposição de Motivos 104 2018 MCTIC (0553386)
53000.006952/2013-26 --- Exposição de Motivos 91 2018 MCTIC (0523452)
53900.029912/2015-71--- Exposição de Motivos 101 2018 MCTIC (0523442)
53000.044722/2011-01 --- Exposição de Motivos 34 2018 MCTIC (0483504)
53000.057872/2010-96 --- Exposição de Motivos 43 2018 MCTIC (0483044)
53000.014702/2012-89-- Exposição de Motivos 19 2018 MCTIC (0482374)
53000.008922/2012-73 --- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
53900.000192/2016-42 --- Exposição de Motivos 1089 2017 MCTIC (0383189)
53900.023982/2016-04--- Exposição de Motivos 1083 2017 MCTIC (0382822)
53900.000562/2016-41--- Exposição de Motivos 1070 2017 MCTIC (0382537)
53900.041642/2015-76--- Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
53000.015612/2013-96--Exposição de Motivos 942 2017 MCTIC (0373644)
53900.021042/2014-19-- Exposição de Motivos 927 2017 MCTIC (0372132)
53000.060442/2012-13-- Exposição de Motivos 751 2017 MCTIC (0322432)
53000.011502/2010-11---Exposição de Motivos 1033 2017 MCTIC (0360901)
53000.051422/2012-51--- Exposição de Motivos 940 2017 MCTIC (0357320)
53000.029232/2008-71--- Exposição de Motivos 953 2017 MCTIC (0357667)
53000.006812/2013-58--- Exposição de Motivos 868 2017 MCTIC (0346340)
53000.023322/2012-35 --- Exposição de Motivos 896 2017 MCTIC (0332521)
53000.056642/2012-71 --- Exposição de Motivos 889 2017 MCTIC (0332520)
53000.056242/2011-85 --- Exposição de Motivos 920 2017 MCTIC (0332584)
53900.048912/2015-70--- Exposição de Motivos 863 2017 MCTIC (0332177)
53900.017272/2015-56--- Exposição de Motivos 857 2017 MCTIC (0332254)
53000.060392/2012-74--- Exposição de Motivos 917 2017 MCTIC (0332282)
53900.016742/2015-64 ---Exposição de Motivos 900 2017 MCTIC (0332352)
53000.056222/2011-12 --- Exposição de Motivos 827 2017 MCTIC (0328735)
53900.021662/2014-40 --- Exposição de Motivos 814 2017 MCTIC (0328021)
53000.017052/2013-12 --- Exposição de Motivos 790 2017 MCTIC (0327424)
53000.048422/2012-74 --- Exposição de Motivos 748 2017 MCTIC (0322342)
53900.011242/2014-55--- Exposição de Motivos 776 2017 MCTIC (0324174)
53000.070982/2013-96--- Exposição de Motivos 764 2017 MCTIC (0323771)
53000.040872/2012-19 --- Exposição de Motivos 603 2017 MCTIC (0323236)
53000.031922/2012-77 --- Exposição de Motivos 588 2017 MCTIC (0322848)
53000.051842/2012-38 --- Exposição de Motivos 752 2017 MCTIC (0322408)
53000.022892/2010-46 --- Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
53000.018882/2009-72--- Exposição de Motivos 118 2017 MCTIC (0231073)
53900.006082/2014-22 --- Exposição de Motivos 536 2017 MCTIC (0278162)
53900.041862/2015-08 --- Exposição de Motivos 544 2017 MCTIC (0278209)
53000.036682/2009-00 --- Exposição de Motivos 402 2017 MCTIC (0267749)

53900.014792/2015-15 --- Exposição de Motivos 335 2017 MCTIC (0263492)
 53000.037302/2011-61 --- Exposição de Motivos 162 2017 MCTIC (0271003)
 53900.053112/2015-71 --- Exposição de Motivos 545 2017 MCTIC (0272216)
 53000.045952/2013-41--- Exposição de Motivos 522 2017 MCTIC (0272270)
 53000.066832/2013-88--- Exposição de Motivos 442 2017 MCTIC (0272322)
 53000.063555/2012-71 - Exposição de Motivos 54 2018 MCTIC (0481638)
 53000.046795/2012-19 - Exposição de Motivos 190 2017 MCTIC (0261645)
 53000.058765/2011-66 - Exposição de Motivos 1057 2017 MCTIC (0382267)
 53900.008065/2014-20 - Exposição de Motivos 937 2017 (0375377)
 53900.039625/2015-79 - Exposição de Motivos 985 2017 MCTIC (0374398)
 53900.020155/2014-99 - Exposição de Motivos 948 2017 MCTIC (0357187)
 53000.012365/2011-12 - Exposição de Motivos 967 2017 MCTIC (0357812)
 53000.007145/2014-10 - Exposição de Motivos 956 2017 MCTIC (0357836)
 53900.010415/2014-18 - Exposição de Motivos 851 2017 MCTIC (0346015)
 53900.039805/2015-51 - Exposição de Motivos 848 2017 MCTIC (0345696)
 53000.045475/2012-33 - Exposição de Motivos 779 2017 MCTIC (0344590)
 53000.039925/2013-30 - Exposição de Motivos 778 2017 MCTIC (0344502)
 53000.051845/2012-71 - Exposição de Motivos 771 2017 MCTIC (0344002)
 53000.057995/2011-16 - Exposição de Motivos 757 2017 MCTIC (0343747)
 53900.022295/2014-00 - Exposição de Motivos 874 2017 MCTIC (0332417)
 53900.020495/2014-10 - Exposição de Motivos 875 2017 MCTIC (0332519)
 53900.047605/2015-71 - Exposição de Motivos 878 2017 MCTIC (0332063)
 53900.039875/2015-17 - Exposição de Motivos 883 2017 MCTIC (0332121)
 53900.015655/2015-90 - Exposição de Motivos 858 2017 MCTIC (0332268)
 53000.055775/2011-40 - Exposição de Motivos 935 2017 MCTIC (0373424)
 53000.055825/2012-70 - Exposição de Motivos 860 2017 MCTIC (0332278)
 53900.022015/2014-55 - Exposição de Motivos 835 2017 MCTIC (0328817)
 53000.064515/2012-46 - Exposição de Motivos 834 2017 MCTIC (0328847)
 53000.070695/2013-86 - Exposição de Motivos 815 2017 MCTIC (0327243)
 53000.055765/2011-12 - Exposição de Motivos 702 2017 MCTIC (0324652)
 53000.057355/2011-06 - Exposição de Motivos 705 2017 MCTIC (0324368)
 53000.048725/2012-97 - Exposição de Motivos 753 2017 MCTIC (0323955)
 53000.015825/2013-18 - Exposição de Motivos 589 2017 MCTIC (0322898)
 53000.059475/2011-30 - Exposição de Motivos 731 2017 MCTIC (0321623)
 53000.064145/2012-47 - Exposição de Motivos 740 2017 MCTIC (0322061)
 53900.009135/2014-67 - Exposição de Motivos 112 2017 MCTIC (0230996)
 53900.015755/2015-16 - Exposição de Motivos 400 2017 MCTIC (0280641)
 53000.050945/2013-61 - Exposição de Motivos 419 2017 MCTIC (0270317)
 53000.053915/2012-26 - Exposição de Motivos 501 2017 MCTIC (0272379)
 53900.003595/2014-81 - Exposição de Motivos 519 2017 MCTIC (0272693)
 53900.017335/2015-74 - Exposição de Motivos 516 2017 MCTIC (0273391)
 53900.000545/2014-42 - Exposição de Motivos 552 2017 MCTIC (0275044)
 53000.070495/2013-23 - Exposição de Motivos 632 2017 MCTIC (0303371)
 53000.054475/2012-24 - Exposição de Motivos 619 2017 MCTIC (0303142)
 53000.058115/2011-11 - Exposição de Motivos 602 2017 MCTIC (0302035)

 53000.051605/2012-77 - Exposição de Motivos 574 2017 MCTIC (0301664)
 53900.004565/2015-73 - Exposição de Motivos 672 2017 MCTIC (0310140)
 53900.009305/2015-94 - Exposição de Motivos 709 2017 MCTIC (0312245)
 53900.041855/2015-06 - Exposição de Motivos 698 2017 MCTIC (0312028)
 53900.017158/2015-26 - Exposição de Motivos 728 2017 MCTIC (0320616)
 53000.052558/2013-60 - Exposição de Motivos 700 2017 MCTIC (0312114)
 53900.022938/2014-15 - Exposição de Motivos 710 2017 MCTIC (0312092)
 53000.051498/2012-87 - Exposição de Motivos 701 2017 MCTIC (0312010)
 53900.046568/2015-84 - Exposição de Motivos 690 2017 MCTIC (0311614)
 53900.017348/2015-43 - Exposição de Motivos 685 2017 MCTIC (0311402)
 53900.034358/2015-43 - Exposição de Motivos 680 2017 MCTIC (0311569)
 53900.021498/2014-71 - Exposição de Motivos 649 2017 MCTIC (0308562)

53000.015818/2013-16 - Exposição de Motivos 635 2017 MCTIC (0303453)
 53000.028888/2013-34 - Exposição de Motivos 626 2017 MCTIC (0302470)
 53900.006868/2014-40 - Exposição de Motivos 531 2017 MCTIC (0287103)
 53000.056228/2011-81 - Exposição de Motivos 351 2017 MCTIC (0282457)
 53000.045558/2013-11 - Exposição de Motivos 344 2017 MCTIC (0281816)
 53900.034498/2015-11 - Exposição de Motivos 614 2017 MCTIC (0302510)
 53000.021788/2012-04 - Exposição de Motivos 625 2017 MCTIC (0303306)
 53000.007888/2014-81 - Exposição de Motivos 607 2017 MCTIC (0302122)
 53900.017538/2015-61 - Exposição de Motivos 613 2017 MCTIC (0302147)
 53000.019859/2008-14 - Exposição de Motivos 693 2017 MCTIC (0323820)
 53900.012819/2015-27 - Exposição de Motivos 768 2017 MCTIC (0323907)
 53000.069249/2013-29 - Exposição de Motivos 575 2017 MCTIC (0322572)
 53000.016939/2012-02 - Exposição de Motivos 692 2017 MCTIC (0323885)
 53000.027549/2013-31 - Exposição de Motivos 743 2017 MCTIC (0322220)
 53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
 53000.058095/2011-88 - Exposição de Motivos 931 2017 MCTIC (0372086)
 53000.006805/2014-37 - Exposição de Motivos 914 2017 MCTIC (0372036)
 53900.020685/2014-37 - Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)
 53900.039515/2015-15 - Exposição de Motivos 784 2017 MCTIC (0327057)
 53000.026025/2011-61 - Exposição de Motivos 636 2017 MCTIC (0324062)
 53000.048665/2012-11 - Exposição de Motivos 399 2017 MCTIC (0281062)
 53000.062335/2013-19 - Exposição de Motivos 578 2017 MCTIC (0322838)
 53900.017345/2015-18 - Exposição de Motivos 747 2017 MCTIC (0322580)
 53000.022892/2010-46--Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
 53900.041642/2015-76--Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
 53000.008922/2012-73-- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
 53900.018692/2014-79---Exposição de Motivos 439 2017 MCTIC (0272696)
 53900.012702/2014-62---Exposição de Motivos 518 2017 MCTIC (0272813)
 53000.055772/2011-14---Exposição de Motivos 456 2017 MCTIC (0274060)
 53000.057442/2011-55---Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.057442/2011-55--- Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.050492/2011-10 --- Exposição de Motivos 354 2017 MCTIC (0286002)
 53000.031942/2012-48--- Exposição de Motivos 505 2017 MCTIC (0281319)
 53000.006882/2013-14--- Exposição de Motivos 359 2017 MCTIC (0281002)
 53000.059292/2011-14--- Exposição de Motivos 641 2017 MCTIC (0303329)
 53000.046522/2013-47--- Exposição de Motivos 584 2017 MCTIC (0302242)
 53000.057352/2011-64---Exposição de Motivos 592 2017 MCTIC (0302001)
 53900.017332/2015-31---Exposição de Motivos 683 2017 MCTIC (0311579)
 53000.047332/2013-47---Exposição de Motivos 556 2017 MCTIC (0273358)
 53000.025272/2013-10--- Exposição de Motivos 493 2017 MCTIC (0276074)
 53900.016802/2015-49--- Exposição de Motivos 486 2017 MCTIC (0276232)
 53000.045172/2012-11--- Exposição de Motivos 482 2017 MCTIC (0276766)
 53000.056212/2011-79---Exposição de Motivos 645 2017 MCTIC (0304134)
 53000.015822/2013-84---Exposição de Motivos 642 2017 MCTIC (0304152)
 53900.050622/2015-96---Exposição de Motivos 669 2017 MCTIC (0309897)
 53900.047842/2015-32---Exposição de Motivos 666 2017 MCTIC (0309708)
 53900.022882/2014-91--- Exposição de Motivos 706 2017 MCTIC (0312058)
 53000.053259/2013-42---Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53000.053259/2013-42--- Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53900.007299/2015-31--- Exposição de Motivos 511 2017 MCTIC (0273366)
 53000.031939/2012-24--- Exposição de Motivos 520 2017 MCTIC (0273156)
 53000.015189/2014-13--- Exposição de Motivos 452 2017 MCTIC (0272529)
 53900.039779/2015-61--- Exposição de Motivos 298 2017 MCTIC (0263419)
 53000.021819/2010-57--- Exposição de Motivos 343 2017 MCTIC (0280272)
 53000.048009/2013-91---Exposição de Motivos 395 2017 MCTIC (0280047)
 53900.006559/2014-70---Exposição de Motivos 117 2017 MCTIC (0231079)
 53000.008099/2010-34--- Exposição de Motivos 119 2017 MCTIC (0231064)
 53900.020685/2014-37--- Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)

Att,

Luciana Silveira Teixeira

Assessora

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Casa Civil – Presidência da República

(61) 3411-3426

luciana.teixeira@presidencia.gov.br

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.057858/2013-35.**

Entidade: **Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro.**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos.**

1. Considerando a devolução do processo pela Casa Civil da Presidência da República, para reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, bem como a adequação às novas diretrizes governamentais, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 03/07/2019, às 17:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 04/07/2019, às 17:06 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 05/07/2019, às 18:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4328787** e o código CRC **D77DB1EA**.

Minutas e Anexos

MINUTA
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.057858/2013-35, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro, inscrita no CNPJ nº 02.852.367/0001-69, explore pelo prazo de dez anos a partir de 17 de outubro 2013, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Quatro Pontes, estado do Paraná, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 11987/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 72/2016 de 01 de fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de fevereiro de 2016.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53000.057858/2013-35

SEI nº 4328787

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria-Executiva

Processos de Radiodifusão da Secretaria-Executiva

DESPACHO

Processo nº: 53000.057858/2013-35

Referência: Despacho SEARC (4328787)

Interessado: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL 03 DE NOVEMBRO

Assunto: Renovação de Outorga

Trata-se de minuta de exposição de motivos referente à renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de outubro 2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL 03 DE NOVEMBRO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Quatro Pontes / PR.

Considerando as manifestações das áreas técnica e jurídica (parecer jurídico referencial) acostadas nos autos do presente processo, manifesto-me favorável ao prosseguimento do trâmite.

À consideração do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO

Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Julio Francisco Semeghini Neto, Secretário Executivo**, em 23/08/2019, às 18:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4483484** e o código CRC **A74BA0C4**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.057858/2013-35

SEI nº 4483484

Brasília, 19 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.057858/2013-35, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro, inscrita no CNPJ nº 02.852.367/0001-69, explore pelo prazo de dez anos a partir de 17 de outubro 2013, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Quatro Pontes, estado do Paraná, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 11987/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 72/2016 de 01 de fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de fevereiro de 2016.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 34101/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Outorga de radiodifusão, processo nº 53000.057858/2013-35.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 19/09/2019, às 17:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4649887** e o código CRC **C3F10831**.